

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2013



GOVERNO DE
PORTUGAL



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

1. Linhas Estratégicas da Intervenção do ACIDI, IP em 2013
2. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)
 - 2.1. Justificação dos indicadores cujas metas foram superadas
 - 2.2. Proposta de avaliação Final do ACIDI
3. Funcionamento do Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural
 - 3.1. Orçamento do ACIDI, I.P.
 - 3.2. Equipa do ACIDI, I.P. e Equipa de Parceiros

II. SOLUÇÕES PARA RESOLVER PROBLEMAS: UMA ADMINISTRAÇÃO PRÓXIMA DO IMIGRANTE

1. II Plano de Integração dos Imigrantes (PII)
2. Serviços de Acolhimento e Apoio aos Imigrantes
 - 2.1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante
 - 2.2. Linha SOS Imigrante
 - 2.3. Serviço de Tradução Telefónica (STT)
 - 2.4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI)
3. Oportunidades no Acesso ao Mundo do Trabalho
 - 3.1. Rede GIP Imigrante (RGI)
 - 3.2. Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI)
4. Projeto de Mentores – ENGAGE
5. Programa Português para Todos (PPT)

III. PELOS IMIGRANTES, COM OS IMIGRANTES

1. Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI)
 - 1.1. Apoio Técnico e Financeiro às Associações de Imigrantes
 - 1.2. Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes
 - 1.3. Promoção e divulgação do Associativismo

IV. COMUNIDADES CIGANAS

1. Projeto Mediadores Municipais
2. Programa ROMED
3. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC)
4. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)
5. Visitas ao terreno
6. Outras atividades



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

V. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR

1. Portal ACIDI, I.P. - www.acidi.gov.pt
2. Programa de televisão “Nós” na RTP
3. Programa de rádio “Gente Como Nós”, na Antena 1
4. Produção de materiais informativos e promoção de iniciativas de sensibilização
5. Promoção de eventos de sensibilização

VI. PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE

1. Cidadania e Interculturalidade
2. Selo ‘Escola Intercultural’
3. Mediação Intercultural em Serviços Públicos

VII. PROGRAMA ESCOLHAS

VIII. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

1. Enquadramento
2. Atividades da CICDR
3. Comissão Permanente da CICDR
4. Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE)

2

IX. CONSELHO CONSULTIVO PARA OS ASSUNTOS DA IMIGRAÇÃO (COCAI)

1. Enquadramento
2. Constituição
3. Reuniões e Decisões do COCAI

X. CONHECER MAIS PARA AGIR MELHOR

1. Observatório da Imigração
 - 1.1. Estudos e Publicações do Observatório da Imigração
 - 1.2. Site OI
2. Organização de Workshops, Seminários e Conferências
3. Centro de Documentação do ACIDI, I.P.

XI. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Contributos do ACIDI para Redes Internacionais
2. Comunicações do ACIDI, IP em conferências e encontros internacionais
3. Projetos internacionais financiados pela União Europeia em que o ACIDI participou



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

I. INTRODUÇÃO

1. Linhas Estratégicas da Intervenção do ACIDI, IP em 2013

A equipa do ACIDI vem, com este documento, apresentar e divulgar o trabalho realizado em 2013.

Foi um ano em que assistimos ao fecho, desenvolvimento e arranque de diferentes projetos na área da promoção da integração dos imigrantes, das comunidades ciganas e da promoção da interculturalidade junto da sociedade portuguesa.

Assistimos ao termo da execução do II Plano para a Integração dos Imigrantes (II PII – 2010-2013), que é um intenso trabalho de coordenação conjunto de dez Ministérios e de uma Secretaria de Estado, com as suas 90 medidas que permitiu atingir uma taxa de execução superior a 80%. Aqui, destaca-se o facto deste instrumento de política pública estar a fazer caminho no sentido de instituir junto dos governos a permanente continuidade de uma agenda interministerial comum para esta área. A experiência adquirida e os resultados alcançados deste ciclo de 4 anos será muito útil para a definição da nova geração de políticas que já se encontra em marcha em 2014.

No que toca às comunidades ciganas, foi o ano da aprovação formal da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2012-2020), através da Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2013 de 17 de abril. Trata-se de um marco fundamental para a construção de um trabalho conjunto das comunidades ciganas e dos portugueses não ciganos num ciclo temporal alargado que comporta enormes desafios. Consequentemente, arrancaram os trabalhos do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas que esperamos que contribua para uma mudança real e efetiva da integração destes cidadãos portugueses ao nível dos direitos e dos deveres, com vista a uma real coesão social da sociedade portuguesa.

Em 2013 assistimos à consolidação da 5ª geração (2013-2015) de um dos programas mais emblemáticos das políticas de inclusão social do nosso país, o Programa Escolhas, em que tivemos a oportunidade de reforçar o impacto do programa com a aprovação 15 novos projetos de cariz experimental e inovador aos 110 já existentes, no que toca a soluções inovadoras na dimensão da empregabilidade dos jovens oriundos de contextos mais vulneráveis.

No que respeita aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa, abrimos o Gabinete de Apoio ao Recenseamento Imigrante numa parceria com a Direcção-Geral da Administração Pública, com vista a potenciar uma maior participação política destes cidadãos.

Também foi um ano marcado pela transição de ciclo no quadro do financiamento comunitário o que envolveu um empenho redobrado na programação do futuro (2014-2020), quer na negociação com os nossos parceiros ministeriais e com Bruxelas, quer no fecho do ciclo que termina, com a particularidade do ACIDI ter assumido competências de autoridade delegada do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros que também implicou o desenho de um novo sistema de gestão e controlo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

No que toca aos recursos humanos do instituto, deu-se início ao processo de reestruturação por força do concurso público interno, que possibilitou, para já, a entrada de 3 funcionários para o mapa de pessoal deste instituto, estando a segunda fase do concurso agendada para 2014, dado que, não se preencheu o total das 18 vagas postas a concurso.

Sendo este o último relatório de atividades no quadro do mandato que me tem vindo a ser conferido desde fevereiro de 2008, é incontornável reconhecer que nada disto é possível sem a enorme qualidade humana e profissional de todos os colegas e parceiros que, todos os dias, erguem uma rede de apoio à integração dos imigrantes e das comunidades ciganas em prol de uma sociedade mais justa e intercultural.

Gostaria, por isso, de agradecer a todas e a todos.

A Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural,

Rosário Farmhouse



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

Os dados de execução dos objetivos e indicadores do QUAR 2013, constam da Tabela Anexa, de onde se infere o cumprimento dos 9 indicadores, estando, quatro deles, superados.

2.1. Justificação dos indicadores cujas metas foram superadas

2.1.1. Indicador 1 – Visitas de acompanhamento aos projetos do ACIDI

A razão principal pela qual este indicador foi superado, está relacionada com o funcionamento do Programa Escolhas e as visitas previstas aos respetivos projetos. Na verdade, apesar da 5ª Geração do Programa Escolhas (2013-2015) ter sido aprovada através da RCM nº68/2012 de 9 de agosto, só no final desse ano é que tivemos as garantias, em termos de orçamento, do número de projetos que iriam ser envolvidos no programa e, em consequência, planear corretamente o número de visitas a realizar.

2.1.2 - Indicador 7 – Tempo de espera médio no CNAI

A superação deste indicador deve-se, possivelmente, a dois fatores: a introdução de um novo sistema de “atendimento” (SIGA) a partir de Março de 2013 que permite dados mais apurados e rigorosos. Note-se que, por esse mesmo motivo, em Março de 2013, não foi possível retirar o tempo médio de espera do CNAI de Lisboa. Acresce, ainda, a diminuição do número de atendimentos nos CNAIs (em 2013).

2.1.3. Indicador 8 – Número de horas de formação por colaborador dirigidas aos serviços e equipa do ACIDI

A diferença entre a meta prevista de 16 horas e o resultado executado de 28,7, prende-se com o facto do ACIDI ter iniciado, em 2013, uma parceria com o IEFEP que possibilitou a realização, nas instalações deste Instituto, de várias ações de formação, devidamente certificadas, nas diversas áreas: Línguas, Informática, Primeiros Socorros e Segurança e Higiene no Trabalho. Dado que se tratou de uma oportunidade única, com as óbvias vantagens para a gestão dos recursos humanos de um serviço público, nomeadamente com atendimento ao público, fizemos um esforço considerável para aproveitar e potenciar esta parceria.

2.1.4. Indicador 9 – Número de apresentações sobre a experiência portuguesa em encontros internacionais e visitas institucionais de delegações internacionais

A internacionalização das políticas de integração de imigrantes e do ACIDI, associados aos resultados do MIPEX – que colocam Portugal (desde 2007 e reforçado em 2011) no segundo lugar do ranking (entre os 32 países analisados) com as melhores políticas de integração de imigrantes -, reforçado pelo reconhecimento europeu obtido com o Prémio EPSA em 2011, têm justificado o número sempre inesperado e em crescimento – a que o ano de 2013 voltou a não ser exceção - tanto de visitas de comitivas internacionais aos serviços ACIDI, em particular o modelo *one-stop-shop* (com os CNAIs), como o convite a participarmos com



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

comunicações em conferências internacionais para apresentarmos as nossas políticas e respostas para um melhor acolhimento de integração dos imigrantes no país.

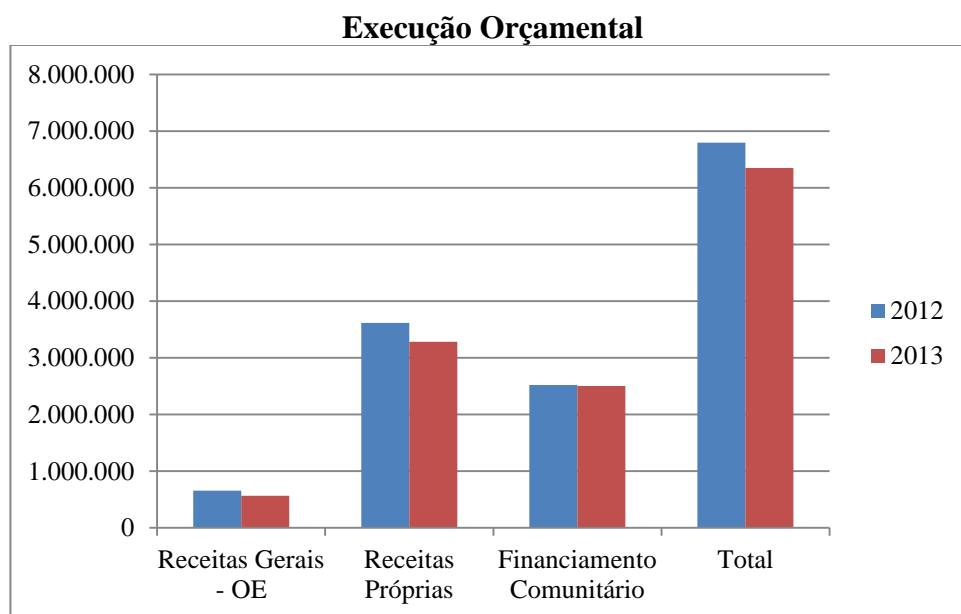
2.2. Proposta de avaliação Final do ACIDI

Tendo presente as menções qualitativas de avaliação constantes do art. 18º da Lei 66B/2007 de 28 de Dezembro, a autoavaliação final do desempenho dos serviços ACIDI é de “Bom”, atento o cumprimento de todos objetivos e respetivos indicadores com a superação de 3 dos 9 indicadores previstos.

3. Funcionamento do Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural

3.1. Orçamento do ACIDI, I.P.

A execução orçamental do ACIDI, I.P., que em 2009 atingiu os 10,5 M€, tem desde então vindo a ser progressivamente reduzida, em virtude da contenção de despesa pública que se tem vindo a realizar neste período de consolidação orçamental. Em 2013 a execução do orçamento ficou pouco acima dos 6,3 M€, uma redução de 7% face aos 6.8 M€ em 2012. Esta evolução é visível no quadro em baixo:



O orçamento global do ACIDI, I.P. resulta essencialmente de três fontes de financiamento:

- (1) **autofinanciamento**, 3,3M€ representando 52% do orçamento, apresenta uma redução de perto de 10% face ao ano transato;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- (2) **financiamento comunitário**, que tem vindo a assumir uma importância crescente no orçamento do ACIDI, I.P. ao longo dos últimos anos, representou em 2013 perto de 40% do orçamento (2,5 M€) à semelhança do ano anterior. Esta fonte de financiamento resultou predominantemente dos diferentes projetos desenvolvidos pelo ACIDI no âmbito do programa POPH inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) no âmbito do SOLID;
- (3) os restantes 9% resultaram de **receitas gerais do orçamento do Estado** (0,565 M€), que sofreram uma redução de 14% relativamente ao ano anterior.

O financiamento comunitário foi fundamental para inúmeras atividades das diferentes áreas de intervenção do ACIDI, permitindo o reforço de alguns dos serviços prestados para uma melhor integração das populações imigrantes. Destaque-se o papel do cofinanciamento comunitário nas seguintes vertentes:



Durante o ano 2013 o POPH continuou a cofinanciar alguns dos serviços promovidos pelo ACIDI, contribuindo para o reforço de algumas das valências desses mesmos serviços: os CNAI Lisboa, Porto e extensão de Faro; a rede CLAII sociedade civil; o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante; o projeto-piloto de Mediadores Municipais; o Programa Português para Todos (PPT); o Programa Escolhas; as publicações do Observatório da Imigração e os espaços de partilha do conhecimento (e.g. Seminários e Jornadas do Observatório da Imigração); materiais de disseminação de informação para imigrantes e de sensibilização para a interculturalidade e diversidade; apoio à promoção da Diversidade nos Media com o Prémio de Jornalismo e Seminários para jornalistas; na vertente da formação apoiou a Bolsa de Formadores, oficinas, formações e projetos que permitiram a definição ou disseminação de materiais pedagógicos.



Por outro lado o FEINPT cofinanciou em 2013 outras áreas de intervenção do ACIDI, onde se destacam as seguintes: o projeto Mediação Intercultural no Atendimento em Serviços Públicos (MISP); cofinanciou vários canais de disseminação de informação e de sensibilização do ACIDI – Programa Nós (TV), Programa Gente Como Nós (Radio), Portal do ACIDI (internet); o programa Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) e as atividades de coordenação da Rede GIP Imigrante; cofinanciou inúmeras ações da CICDR na vertente de sensibilização para o combate ao racismo e à xenofobia; e apoiou os Projetos Municipais de Promoção da Interculturalidade.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Continuando a grande aposta de desenvolver a sua missão através da cooperação estreita com a sociedade civil, em particular com as Associações de Imigrantes e outras instituições sem fins lucrativos que trabalham em prole dos/as imigrantes, o ACIDI voltou a alocar a maior fatia do seu orçamento global – cerca de 55%, o correspondente a 3,5 M€ (3,8M€ em 2012) – para o agrupamento económico *04 Transferências Correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos*.

Estes meios orçamentais destinaram-se a apoiar e estimular a rede associativa imigrante, bem como as associações nacionais que trabalham com as populações imigrantes, promovendo a sua participação na definição e implementação das políticas de integração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a sua integração na sociedade portuguesa.

As despesas com as *Aquisições de Bens e Serviços* representaram globalmente 28% do total do Orçamento (cerca de 1,7 M€), 10% abaixo do valor que este tipo de despesas representou em 2012, e destinaram-se a:

- criação e manutenção de interfaces amigáveis de resposta integrada ao acolhimento e integração de imigrantes;
- sensibilização da opinião pública para a tolerância e a diversidade enquanto valores civilizacionais estruturantes da sociedade portuguesa, através de ações nos domínios sociais, culturais, artísticos e desportivos;
- sensibilização dos meios de comunicação social para o seu contributo para a integração das populações imigrantes e para o combate à estigmatização de pessoas de origem imigrante e de minorias étnicas, nomeadamente através do *Prémio de Jornalismo*;
- criação e produção de sistemas de suportes de informação;
- aposta no aprofundamento do conhecimento das realidades da imigração, através de estudos promovidos pelo Observatório da Imigração;
- promoção da interculturalidade, nomeadamente nos domínios da educação e da formação.

Finalmente as *Despesas com Pessoal (Agrupamento Económico 01)* representaram globalmente apenas 18% do Orçamento Global, cerca de 1,1 M€. Ligeiramente acima do que se verificou em 2012 (1.0 M€) pelo pagamento dos subsídios de férias e de natal em 2013 mantendo-se a redução nos vencimentos por aplicação do disposto no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

3.2. Equipa do ACIDI, I.P. e Equipa de Parceiros

A 8 de fevereiro, o ACIDI, I.P. lançou um Procedimento concursal comum através do Aviso nº 1972/2013 (Diário da República, 2ª série – nº 28) para a ocupação de 17 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior e 1 posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal do ACIDI, I.P.

Como resultado deste procedimento concursal, foram admitidos/as quatro colaboradores, a 1 de setembro, ficando os restantes postos de trabalho a concurso por preencher. Os/as novos/as colaboradores/as substituíram os/as nomeados/as que exerciam as mesmas funções até então.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

A equipa do Instituto em 2013 era constituída pelos seguintes elementos:

Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural: Rosário Farmhouse

Gabinete da Alta-Comissária:

- **Chefe de Gabinete:** Duarte Miranda Mendes
- **Adjunta:** Susana Antunes
- **Secretária:** Anabela Morais, substituída por Jucineia Souza em setembro
- **Motorista:** Armando Rosa, substituído por Rui Mateus em maio

Diretor: Bernardo Sousa

Coordenadora do Departamento de Acolhimento e Apoio ao Imigrante: Marisa Horta
Coordenação do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa: Rita Gonçalves, substituída por Mário Ribeiro, a partir de 1 de setembro, via concurso público

Coordenadora do Gabinete de Resposta a Emergência Social: Ana Furão

Coordenadora do Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes: Paula Moura (até 1 de setembro)

Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes: Isabel Cunha

9

Coordenadora do Gabinete Técnico do Programa Operacional Potencial Humano - Programa Português para Todos: Gabriela Semedo
Colaboradoras: Fernanda Rodrigues e Matilde Silva, substituída por Susana Oliveira, a 1 de setembro, via Concurso público

Coordenadora do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação: Elisa Luís
Colaboradoras: Ana Correia e Margarida Caseiro

Coordenadora do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação: Isabel Baía

Coordenadora do Gabinete Administrativo e Financeiro: Tatiana Botelho
Colaboradoras: Maria João Fouto, Maria José Capacete, Ana Alfredo, substituída por Carla Dickson (entre 1 de setembro e 6 de dezembro, via concurso público), Celeste Barreiras, Cristina Nicodemes (até setembro), Cristina Rosas (a partir de 1 de setembro, via concurso público), José Mateus, Sara Quaresma

Coordenadora do Gabinete de Estudos, Relações Internacionais e Direitos Humanos: Catarina Reis Oliveira
Colaboradores/as: Vasco Malta e João Cancela (até junho), substituído por Natália Gomes (a partir de 4 de novembro)



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Coordenadora do Plano para a Integração dos imigrantes: Cristina Casas

Coordenadora do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos: Carla Martingo, substituída por Paula Moura a 1 de setembro

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas: Maria Helena Torres

Gabinete de Apoio aos Recursos Humanos: Margarida Moura (até 1 de setembro)

Diretor do Programa Escolhas: Pedro Calado

Colaboradores/as: Alexandra Fabião, Angella Graça (meio tempo), Artur Cabral, Francisco Madeira, Cristina Gonçalves, Glória Carvalhais, Inês Reis (consultora jurídica, a meio tempo), Inês Rodrigues (consultora para a comunicação, a meio tempo), Júlia Santos, Ludmila Ribeiro, Luísa Borges, Luísa Malhó, Manish Mulgi (até 1 de outubro), Marina Pedroso, Nuno Cristóvão, Paula Silva, Paulo Vieira, Rita Castro, Rui Dinis, Salete Lemos, Tatiana Gomes, Teresa Batista.

Equipa de Parceiros: À equipa do ACIDI, I.P. juntam-se as mediadoras e os mediadores interculturais, enquadradas/os nos serviços através de protocolos com Associações de Imigrantes e Organizações Não-Governamentais. Tal como em anos anteriores, em 2013, as/os mediadoras/es interculturais tiveram um contributo fundamental para o desenvolvimento das atividades descritas neste relatório:

10

Adnilson Santos, Albertina Afonso, Alexandra Ferreira, Álvaro Gaspar, Ana Couteiro, Ana Cunha, Andreia Santos, Anelide Pereira, Ângela Ramos, Assunção Sousa, Aurora Doana, Bárbara Duque, Berill Baranyai, Carlos Nobre, Carmem Tavares, Catarina Duarte, Cátia Almeida, Cidália Pinto, Clarisse Vistas, Cláudia Monteiro, Cláudia Pires, Cristina Gomes, Cristina Ribeiro, Cristina Rodrigues, Dina Santos, Dulcineia Varela, Elena Oliveira, Eliseu Lopes, Elsa Antunes, Élsio Domingos, Emília Santos, Esmeralda Pedro, Georgina Funny, Gonçalo Salgado, Hermínia Firmino, Igor Skitsko, Iolanda Cruz, Isabel Lima, Isabel Rolim, Joana Jianu, João Leite, José Bernardo, José Fernandes, José Lino Neves, Jucineia Ferreira (até 1 de setembro), Júlia Cruz, Larysa Mikulich, Lígia Almeida, Lúcia Marques, Ludmila Donoaga, Lyubov Patravchan, Lyudmila Tkachuk, Manuel Fidalgo, Manuela Belino, Marco Alvarez, Maria Demian, Mariana Campilho, Mariana Melenti, Marianna Kasyanova, Marisa Vieira, Marlene Jordão, Marta Pereira, Mónica Barbosa, Natalia Tarasenko, Natália Trofimova, Neila Karimo, Noémia Monteiro, Olga Basileeva, Olga Ferreira, Olga Pavlik, Oxana Bordos (até novembro), Oxana Sphuy, Patrícia Dias, Paula Ferreira, Paulo Rodrigues, Raísa Machindonschi, Rita Gonçalves (desde 1 de setembro), Rogério Lopes, Rosete Royet, Rute Carvalho, Sandra Costa, Sandra Intchasso, Sandrina Santos, Sarah de Negreiros, Sergiu Albu, Sónia Almada, Soraya Gonçalves, Sueli Martins, Susana Godinho, Svetlana Alves, Tatiana Albu, Valéria Repina, Vera Ciubotaru, Vlademiro Duarte (até setembro) e Zaida Furtado.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

II. SOLUÇÕES PARA RESOLVER PROBLEMAS: UMA ADMINISTRAÇÃO PRÓXIMA DO IMIGRANTE

1. II Plano de Integração dos Imigrantes (PII)

O ano de 2013 foi o ano de conclusão da implementação do *II Plano para a Integração dos Imigrantes* (II PII). Tal como o plano anterior, o II PII consistiu num instrumento político, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010, de 12 de agosto, que visou delinear uma estratégia de abordagem global e integrada de um conjunto de compromissos do Estado na área da integração dos imigrantes a implementar entre 2010 e 2013. Composto por 90 medidas e 408 metas (anuais e plurianuais), distribuídas por 17 áreas de intervenção, em 2013, o PII teve o seu último ano de vigência.

Nesta medida, o acompanhamento da sua execução dirigiu-se, em especial, à conclusão da implementação das medidas em curso e dinamização das medidas não executadas. Especial atenção foi dada à organização e compilação da informação sobre as atividades realizadas ao longo do seu período de execução.

Dada a logica de trabalho interinstitucional que preside à conceção e exceção do PII, a Rede de Pontos Focais do PII manteve a sua constituição, com representantes da Presidência do Conselho de Ministros (PCM); Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT); Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE); Ministério da Economia e Emprego (MEE); Ministério da Educação e Ciência (MEC); Ministério da Defesa Nacional (MDN); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Administração Interna (MAI); Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social (MSESS) e Secretaria de Estado da Cultura. Tendo por objetivo o acompanhamento e monitorização das medidas, a Rede de Pontos Focais reuniu, em plenário, quatro vezes ao longo de 2013, nos dias 4 de abril, 1 e 8 de julho e 6 de novembro.

Para além das referidas reuniões da Rede, à semelhança dos anos anteriores, o acompanhamento da execução das medidas foi assegurada também por reuniões bilaterais e multilaterais para a dinamização de medidas concretas.

Na reunião de 8 de Julho, foi realizada a apresentação do relatório de Execução relativo ao ano de 2012, ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI).

Em modo de balanço de execução, entre outras, importa salientar algumas das concretizações deste ano de 2013:

- A abertura de um Gabinete de Apoio ao Recenseamento (GAR), a funcionar no CNAI do Lisboa, no âmbito de uma parceria entre o ACIDI e a Direção Geral da Administração Interna (DGAI), com o objetivo de disponibilizar informação útil aos cidadãos imigrantes que pretendam esclarecimentos sobre o direito de votar e de ser eleito em Portugal, fez parte do processo de consolidação do CNAI;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- A criação de um grupo de trabalho com diversas entidades públicas que facultados importantes dados estatísticos e/ou administrativos que permitiram a sistematização de informação com vista à caracterização da situação dos estrangeiros em Portugal, em dimensões como a demografia, o trabalho, a educação, cidadania ativa, inclusão social, habitação, discriminação. Os dados oficiais sistematizados foram disponibilizados numa área própria criada no *site* do Observatório da Imigração "*Compilações Estatísticas*." ¹ e trabalhados mais pormenorizadamente pela equipa do ACIDI num relatório de análise comparado de estrangeiros e portugueses;
- A entrega do "*Selo Escola Intercultural*," iniciativa que visou distinguir Escolas que se destacaram na aplicação de boas práticas no apoio e integração de estudantes descendentes de imigrantes, também foi alvo de concretização em 2013. A cerimónia de entrega do Selo Intercultural teve lugar no dia 10 de Dezembro de 2013, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, no Centro Ismaili, da Fundação Aga Khan e distinguiu as seguintes escolas: Centro de Estudos de Fátima, Agrupamento de Escolas de Castro Marim, Agrupamento Vertical de Escolas Ordem de Sant'Iago, Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, Agrupamento de Escolas de João da Rosa, Olhão, Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte, Agrupamento Vertical de Escolas de Sines, Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Jardim Infantil do Centro Social Paroquial Vera-Cruz.
- No processo de institucionalização de procedimentos com vista a melhorar a gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus descendentes ao serviço de saúde, em parceria com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a DGS elaborou um *Guia de Acesso dos cidadãos estrangeiros ao SNS* com o objetivo de serem simplificados, clarificados e normalizados os procedimentos em vigor no acesso dos cidadãos estrangeiros ao sistema de saúde.

12

No final do ano de 2013 previa-se que a execução do PII II ficasse em cerca de 80%, estando previsto o lançamento do seu relatório final de implementação para o primeiro semestre de 2014, o qual será apresentado e discutido no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI).

O ano de 2013 também ficou marcado pelo início dos trabalhos de preparação do PII III, tendo em vista o planeamento e delineação de novas medidas que respondam a bloqueios de integração vividos por imigrantes em Portugal. Neste âmbito, tal como ocorreu no desenho dos planos anteriores, foi promovida uma consulta pública de sinalização de bloqueios de integração, exemplos e propostas de medidas para responder a dificuldades sentidas. Para o efeito foram auscultados os serviços de atendimento do ACIDI, nomeadamente através dos diferentes Gabinetes do CNAI de Lisboa, Porto e Faro e a Rede CLAII. Idêntico procedimento foi também desencadeado junto dos Conselheiros do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

¹ <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=123>



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

(CICDR). Foram ainda realizadas reuniões internas de reflexão e de compilação de bloqueios e propostas de medidas e recolhidos contributos por parte dos Pontos Focais do PII.

Com o intuito de promover sempre melhores políticas e aprender com outras experiências e práticas, no âmbito dos trabalhos de preparação do terceiro plano, foi ainda realizado um inquérito europeu que contou com as respostas dos pontos focais de integração da comissão europeia e os pontos focais da rede europeia das migrações. Este levantamento teve como objetivo não apenas recensear os países europeus que já dispõem de planos de integração, mas aprofundar também nesses contextos qual a metodologia subjacente à definição de medidas e de metas de execução, e clarificar como se processa a monitorização de execução do plano e se é aferido o impacto na efetiva integração dos imigrantes. Neste âmbito foram recolhidos elementos de caracterização da entidade coordenadora, o método de implementação do plano, o orçamento e referências para consulta e análise comparativa.

2. Serviços de Acolhimento e Apoio aos Imigrantes

Durante 2013 o ACIDI manteve os seus serviços de acolhimento e apoio aos imigrantes, tanto na vertente de atendimento presencial através dos centros nacionais e locais de apoio à integração de imigrantes, como através dos seus serviços de apoio telefónicos - linha telefónica SOS Imigrante e do serviço de tradução telefónica.

2.1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa e Porto comemoraram em 2013 o 9º aniversário, enquanto a Extensão do CNAI, em Faro, comemorou o seu 4º aniversário.

2.1.1. Organização e Funcionamento

Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e Faro mantiveram o mesmo horário de atendimento ao público, tendo o CNAI Porto estendido o seu horário e passado a encerrar mais tarde. Assim, os horários dos CNAIs passaram a ser: em Lisboa de segunda a sexta-feira das 8 às 17h, no Porto de segunda a sexta-feira das 8.30 às 17.30 e ao sábado das 9 às 13h, e em Faro, de segunda a sexta-feira das 8.30 às 19h e ao sábado das 9 às 13h.

Em 2013 os CNAIs reforçaram os seus serviços com a abertura de novos gabinetes: no CNAI de Lisboa abriu o *Gabinete de Apoio ao Recenseamento*, em parceria com a Direção Geral da Administração Interna, e na Extensão do CNAI em Faro abriu o *Gabinete de Apoio Social*. O Gabinete de Apoio ao Recenseamento entrou em funcionamento a 19 de março de 2013, tendo como objetivo disponibilizar informação aos cidadãos imigrantes quanto à capacidade eleitoral ativa e passiva. Desde a sua entrada em funcionamento tem sido muito pouco solicitado. A maior parte dos atendimentos realizaram-se durante os dias anteriores à data limite para os cidadãos se recensearem e ainda participarem nas eleições autárquicas 2013.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Neste âmbito, deve salientar-se ainda assim a participação do CNAI de Lisboa e da Extensão do CNAI em Faro na divulgação do Projeto “*Operation to Vote*”, através da disseminação de folhetos informativos colocados em expositores, procurando sensibilizar para o recenseamento e participação política de todos os estrangeiros em Portugal.

Entre as novidades de 2013, deve ainda registar-se que no final do primeiro trimestre do ano, os CNAIs de Lisboa e Porto passaram a dispor de um novo sistema de atendimento- SIGA- que permitiu um maior controlo estatístico sobre os atendimentos realizados.

Durante o ano de 2013, foi ainda colocado em funcionamento no CNAI de Lisboa e Porto um novo sistema de registo de assiduidade com controlo biométrico.

2.1.2. Atendimentos

Em 2013 os CNAIs totalizaram 279.558 atendimentos correspondendo, desde a abertura dos centros, ao ano com menor número de atendimentos. Note-se que desde a sua criação e até ao final de 2013, os CNAIs de Lisboa e Porto e Extensão de Faro tinham feito 3.339.223 atendimentos (tendo em 2013, o CNAI do Porto ultrapassado o 1 milhão de atendimentos desde a abertura e a Extensão do CNAI em Faro atingido os 100.000 atendimentos).

No ano de 2013, no **CNAI de Lisboa** registaram-se 146.340 atendimentos, o que significou uma descida relativamente ao ano de 2012 em 16%. Conforme se pode constatar na tabela em baixo, a descida do número de atendimentos foi mais significativa em alguns serviços de instituições e de gabinetes especializados de apoio:

CNAI Lisboa	Atendimentos 2012	Atendimentos 2013	Taxa de Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT)	74.756	60.491	-19
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social (GAS)	3.766	4.439	+18
G. A. Reagrupamento Familiar (GARF)	5.971	5.612	-6
G.A. Habitação (GAH)	121	268	+121
G.A. Imigrante Consumidor (GAIC)	2.725	4.605	+ 69
G.A. Jurídico ao Imigrante (GAJI)	7.049	5.657	-20
G.A. Emprego (GAE)	4.323	4.356	+1
G.A. Qualificação (GAQ)	998	839	-16
G. A. Recenseamento (GAR)		16	
Instituições parceiras			
Saúde	844	1.031	+22
Segurança Social	33.531	22.544	-33
Educação	6.032	6.196	+3
Conservatória dos Registos Centrais (CRC)	4.462	3.592	-20
Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)	9.130	6.054	-34
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	19.771	20.640	+4
Total	173.479	146.340	-16



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O número de atendimentos das instituições parceiras diminuiu em relação ao ano de 2012, cifrando-se em apenas 60.057 atendimentos em 2013. A maior quebra no número de atendimentos foi no gabinete da Segurança Social (-33%), refletindo não uma menor procura do serviço, mas antes as alterações ao nível dos recursos humanos do serviço. Também a Autoridade para as Condições do Trabalho e a Conservatória dos Registos Centrais tiveram uma diminuição no número de atendimentos relativo ao ano 2012, menos 34% e menos 20%, respetivamente. Em contraste, as restantes instituições parceiras (Saúde, Educação e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) tiveram em 2013 uma ligeira subida no número dos atendimentos.

Ao nível dos gabinetes especializados de apoio aos imigrantes disponíveis no CNAI de Lisboa, em 2013 também se verifica uma quebra nos atendimentos de alguns desses gabinetes (e.g. GAT, GAJI, GAQ e GARF) e um aumento da procura de outros (e.g. GAS, GAH, GAIC e GAE).

O *Gabinete de Acolhimento e Triage* (GAT) realizou no ano de 2013, 60.491 atendimentos, menos 10.832 que no ano anterior. Em 2013, a triagem para a renovação e concessão de autorização de residência passou a estar agrupada numa única senha e deixou de ser feita a triagem dos documentos para apresentação do pedido de nacionalidade (acedendo as pessoas diretamente à CRC quando querem entregar o pedido mas continuando a haver uma senha para informações sobre a documentação necessária para dar entrada do pedido de nacionalidade). Por outro lado, devido à grande procura para apoio nas marcações para renovações e concessões de títulos e vistos, junto do SEF, foi criada uma nova senha específica para esse efeito. O gabinete também acolheu formandos externos, essencialmente animadores dos gabinetes de inserção profissional da Rede GIP Imigrante ou dos CLAI.

O *Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante* (GAJI) também registou uma quebra de 20% nos atendimentos por comparação ao ano anterior, ficando a sua cifra em 5.657 atendimentos, sendo a grande maioria dos atendimentos realizados com marcação prévia (5.121). O trabalho desenvolvido no GAJI caracteriza-se fundamentalmente pelas suas funções de atendimento, aconselhamento e apoio aos imigrantes na defesa dos seus direitos. Refira-se que a intervenção deste gabinete restringe-se a matérias que se encontrem numa fase extrajudicial. Dando continuidade ao trabalho de anos anteriores, em 2013 as principais áreas de intervenção do GAJI foram: o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (vulgarmente chamado de “lei de imigração”); nacionalidade; direito do trabalho; segurança social; direito dos menores; acesso ao direito e aos Tribunais, e outras áreas do direito (direito de Família, regime do arrendamento urbano). Em 2013 o gabinete também promoveu ações de formação externa, nomeadamente através de: (a) sessão de esclarecimentos sobre o Código do Trabalho no Conselho Português para os Refugiados; (b) sessão de esclarecimentos sobre a Lei de Imigração, no estabelecimento prisional do Linhó; e (c) sessão de esclarecimentos “Dia do Imigrante”.

No ano de 2013 manteve-se também a tendência de decréscimo nos atendimentos do *Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar* (GARF), passando para 5.612 os atendimentos do gabinete neste ano (quando tinha tido 5.971 atendimentos em 2012 e 7371 em 2011). Dos



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

atendimentos presenciais resultaram 339 intervenções escritas e 1.184 marcações para o SEF. Tal como em 2012, no ano de 2013 continuou a verificar-se uma acentuada procura de apoio para questões que dizem respeito a familiares de cidadãos nacionais, quer para informações, quer para responder a projetos de indeferimentos de pedidos de Cartão de Residência e de pedidos de vistos de curta duração. Relativamente aos pedidos de vistos, de uma maneira geral, deve assinalar-se que se verificou uma maior celeridade na decisão dos mesmos por parte da Divisão de Vistos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Postos Consulares.

O *Gabinete de Apoio à Qualificação* (GAQ) funciona no CNAI de Lisboa desde março de 2009, prestando informações e encaminhando processos de reconhecimento e equivalência de habilitações profissionais e superiores, tendo em 2013 diminuído os seus atendimentos presenciais em cerca de 16%. Aos atendimentos presenciais, acrescem ainda os atendimentos não presenciais do GAQ, tendo no total o gabinete acompanhado 1.424 casos de cidadãos de 26 nacionalidades diferentes, maioritariamente cidadãos dos Países de Língua oficial portuguesa. Como em anos anteriores, o GAQ manteve o contacto permanente com as instituições que intervêm nos processos de qualificação/formação ou reconhecimento de graus académicos e profissionais, de modo a dar respostas prontas e adequadas à situação do cliente. Internamente, o GAQ articula em estreita colaboração não só com o GAE, mas também de forma significativa com o Gabinete da Educação.

Neste sentido, os assuntos explorados encontram-se distribuídos pelas seguintes áreas²: novas oportunidades com ofertas para adultos (1.121 atendimentos); reconhecimento ou equivalência de habilitações superiores (140); reconhecimento ou equivalência de habilitações profissionais (84); Novas Oportunidades de ofertas para jovens (84); Novas Oportunidades RVCC (30); e 138 atendimentos para outros assuntos, onde se incluíram questões relacionadas com a pesquisa de ofertas formativas não associadas às Novas Oportunidades, pesquisa de cursos pagos, questões relacionadas com as certificações necessárias para o desempenho de determinadas atividades profissionais e com o acesso ao Ensino Superior.

Por sua vez, outros gabinetes especializados de apoio aos imigrantes tiveram, no ano de 2013, o aumento da procura no CNAI de Lisboa (e.g. GAIC, GAH e GAS):

O *Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor* (GAIC) destacou-se em 2013 como um dos gabinetes que registou um maior aumento no número de atendimentos (de 2.725 para 4.605 atendimentos), tendo mais do que duplicado o número de atendimentos (+ 68% do que o verificado em 2012). Vários foram os fatores para o referido aumento, designadamente: aumento do número de utentes que procuram o GAIC, menor tempo de espera, algumas alterações na forma de arrumação de procedimentos, alguns atendimentos de acordo com o grau de especialização, a consolidação dos conhecimentos e experiência dos mediadores e o êxito obtido em algumas das intervenções (divulgação entre os utentes por via testemunhal).

Em 2013, os temas de consumo mais atendidos foram: (1) serviços financeiros, onde se incluem os créditos ao consumo e hipotecário. Cumpre fazer referências para as situações de

² No mesmo atendimento pode ser contabilizado mais do que um assunto.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

incumprimento por parte do consumidor. Estas situações são tratadas no âmbito do sobreendividamento e normalmente têm sido articuladas com o GOEC; (2) seguros (habitação, vida, veículos, onde se inclui a responsabilidade civil obrigatória); (3) serviços públicos essenciais (onde se inclui os fornecimentos de água, eletricidade, telefone fixo e móvel, e serviços de internet); e (4) conformidade do bem com o contrato (onde se encontram as questões atinentes às garantias). Noutros temas diversos da defesa do consumidor tratados no GAIC, cumpre destacar ainda: (5) acesso à justiça, especialmente através do mecanismo de proteção jurídica/apoio judiciário; (6) segurança Social, com áreas tão diversas como RSI, CSI, pensões, abonos, aplicação de acordos internacionais; e (7) fiscal, especialmente IUC. O GAIC prestou ainda apoio na redação de reclamações e recursos, inscritos num âmbito extrajudicial e apoio no preenchimento dos documentos para efeitos de apoio judicial.

Porque integrado no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), o GAIC manteve os encaminhamentos de reclamações e utentes para outras instituições ou entidades, em especial organismos de resolução extrajudicial de conflitos. Assim, a maioria dos encaminhamentos foram para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL). No entanto houve casos de encaminhamento para entidades reguladoras, como a ERSE, para o Provedor de Justiça, para a Direcção-Geral do Consumidor (incluindo o Centro Europeu do Consumidor) e o Julgado de Paz de Lisboa.

O *Gabinete de Apoio Social* (GAS) realizou 4.439 atendimentos no ano de 2013 (+18% que em 2012). De acordo com a situação apresentada pelo cidadão(a) que procura o GAS, o mediador estabelece um plano individual de acompanhamento ou integração e procura dar uma resposta adequada através da articulação com diversas instituições e/ou outros gabinetes do CNAI. Dando continuidade às atividades de anos anteriores, o GAS continuou a intervir em outras áreas adjacentes:

- (1) no âmbito da representação na Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), foi consolidada a articulação no acompanhamento dos processos, sempre que se verifique a existência de menores desacompanhados ou menores no agregado em situações suscetível de afetar a segurança, saúde, formação, educação, ou desenvolvimento integral, nomeadamente no esclarecimentos para a regularização documental das crianças e jovens e no apoio na tradução presencial, sempre que solicitado, quer nos atendimentos ou para a assinatura dos acordos e/ou medidas da promoção de proteção. O gabinete também participou nas reuniões mensais da Comissão Alargada da CPCJ Lisboa Centro;
- (2) o GAS também continuou a representar o ACIDI/CNAI no GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo* (ENIPSA)
- (3) o GAS também continuou a representar o ACIDI na Rede Social, Plataforma Supraconcelhia e Comissão Social de Freguesia dos Anjos.

Ao nível das formações, durante o ano de 2013, foram realizadas ações de formação com especial enfoque na região de Faro, com o apoio e colaboração na constituição do Gabinete de Apoio Social no CNAI de Faro.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

No *Gabinete de Apoio ao Emprego* (GAE) também se verificou em 2013 um ligeiro aumento do número de atendimentos (+1%) por comparação ao ano anterior, fazendo 4.356 atendimentos. O GAE presta apoio ao nível da procura ativa de emprego (e.g. elaboração de CV e cartas de apresentação, pesquisa de ofertas de emprego disponíveis, candidaturas espontâneas bem como outras metodologias que visam complementar os meios de candidatura). A pesquisa de oferta de emprego é levada a cabo com utilização de diversos meios: pesquisa em sites especializados, candidaturas online a empresas, estabelecimento de contactos privilegiados com empresas que permitam o encaminhamento e eventual colocação dos clientes inscritos no gabinete e angariação de ofertas diretas. Neste âmbito, o ano de 2013 foi um ano de continuidade e amadurecimento das alterações às regras e metodologias do gabinete implementadas em 2012, visando a criação de condições potenciadoras de um acompanhamento mais personalizado dos clientes do GAE. Destaca-se, ainda a assinatura do protocolo com o Instituto Padre António Vieira (IPAV) para a criação de um GEPE - *Grupo de Entregada na Procura de Emprego*³ no CNAI.

Em 2013 os novos clientes do GAE foram maioritariamente do sexo masculino (53%), cerca de 30% com idade inferior a 25 anos e 16% com idade superior a 46 anos, tendo, entre as nacionalidades que mais procuraram o serviço, se destacado a portuguesa (16% do total de novos clientes), cabo-verdiana (12%), brasileira (10%), ucraniana (10%) e guineense (10%). No perfil dos utentes do gabinete, cerca de 50% tinha habilitações iguais ou superiores ao 12º Ano (ainda que na sua maioria sem reconhecimento em Portugal, o que por vezes dificulta a sua colocação em determinados sectores de atividade) e cerca de 12% tinha habilitações iguais ou inferiores ao 4º ano do ensino básico.

18

Para além da componente de apoio na procura de emprego o GAE integra também o *Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo* (NAE), a funcionar desde 2007. Em 2013 o NAE realizou 160 atendimentos (136 presenciais). Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, uma percentagem significativa dos atendimentos (cerca de 43%) foi relativa a formalidades e aspetos legais da criação do próprio negócio em Portugal. Acresce que em cerca de 35% das questões colocadas foram referentes ao curso de «Apoio à Criação de Negócios» e 18% a apoios financeiros.

O ano de 2013 ficou também marcado pelo aumento nos atendimentos no *Gabinete de Apoio à Habitação* (GAH), tendo sido prestado nomeadamente apoio nas seguintes áreas: procura de habitação social (PER e PROHABITA) e o acesso a habitação em regime de renda condicionada (especialmente os programas REHABITAR e Mercado Social de Arrendamento). A intervenção do gabinete continua a ser marcada por duas áreas distintas: uma área de âmbito social e uma de mercado (de âmbito contratual, onde são suscitadas matérias atinentes ao contrato de compra e venda, arrendamento e propriedade horizontal). A segunda área de intervenção inscreve-se no âmbito da defesa do consumidor. Já no que respeita à primeira área de intervenção, tem sido fundamental a articulação com GAS para dar resposta a alguns dos casos mais problemáticos apresentados e/ou associados a maior vulnerabilidade

³ Mais informações em http://www.gepe.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=391&Itemid=151



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

socioeconómica dos clientes (e.g. caso de processos de eliminação de construções, em especial nos concelhos de Loures e Amadora). Mantêm-se também as intervenções do GAH ao nível concelhio (vg. Loures, Sintra e Odivelas) e ao nível do IHRU. Estão a ser acompanhados casos de pedidos de habitação social junto da Câmara Municipal de Lisboa e IGFSS.

Devem ainda referir-se outros serviços disponibilizados no CNAI de Lisboa. O *gabinete de pré-triagem* atribuiu durante o período de 01/03/2013 a 31/12/2013, um total de 123.164 senhas, sendo que destas 53.900 foram encaminhadas para o GAT (Gabinete de Apoio e Triagem).

Durante o ano de 2013, verificou-se também um aumento no número de crianças no *Espaço Criança* do CNAI de Lisboa em cerca de 582 crianças em relação ao ano de 2012 (em 2013 registaram-se 2.298 atendimentos e em 2012 tinham-se registado 1.716 atendimentos). Os meses de maior afluência no Espaço Criança foram o de Agosto e Setembro com 270 e 239 presenças registadas, respetivamente.

Tal como o CNAI de Lisboa, o **CNAI do Porto** teve em 2013 uma diminuição no número de atendimentos face ao ano anterior (-18%), refletindo uma quebra na procura dos serviços tanto de algumas das instituições parceiras, como de alguns dos gabinetes especializados de apoio aos imigrantes. Os serviços onde se verifica uma diminuição nos atendimentos não são, contudo, totalmente coincidentes com os serviços onde se verificaram quebras no CNAI de Lisboa.

19

CNAI Porto	Atendimentos 2012	Atendimentos 2013	Taxa de Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	63.856	47.443	-26
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	536	618	+ 15
G. A. Reagrupamento Familiar	2.627	2.879	+10
G.A. Jurídico ao Imigrante	4.896	3.556	-27
G.A. Emprego	1.918	1.661	-13
Instituições parceiras			
Segurança Social	15.187	18.053	+ 19
Educação	1.438	890	- 38
Conservatória dos Registos Centrais	8.055	8.436	+ 5
Autoridade para as Condições de Trabalho	1.567	1.247	- 20
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	30.502	22.091	- 28
Total	130.582	106.874	- 18

O *Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante* foi dos gabinetes de apoio o que teve uma maior descida do número de atendimentos (-27%). Como fatores que justificam esta menor procura está o facto de uma maior celeridade por parte do SEF na resposta aos processos o que faz com que este gabinete não seja tão procurado para a interpolação por parte do cidadão estrangeiro ao SEF. O *Gabinete de Apoio ao Emprego*, também teve uma menor procura em 2013 (-13%).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Registaram-se por outro lado, em 2013 uma subida na procura de alguns gabinetes especializados: caso do *Gabinete de Apoio Social* (+15%) e do *Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar* (+10%), este último sobretudo devido a atendimento sobre questões relacionadas com familiares de cidadãos nacionais.

Por sua vez, ao nível das parcerias institucionais, o gabinete de Educação (com 890 atendimentos registados em 2013) foi o gabinete que teve uma descida percentual maior nos atendimentos (-38%), seguido do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que realizou menos 8.411 atendimentos do que em 2012 (-28%). Os atendimentos registados na Autoridade para as Condições do Trabalho também foram mais baixos (-20%) por comparação ao verificado em 2012. Já a Segurança Social teve um aumento substancial no número de atendimentos realizados (+19%), tendência que se explica por uma maior estabilidade na equipa em termos de recursos humanos. Também a Conservatória dos Registos Centrais registou um aumento (+5%).

Finalmente, no ano de 2013, a **Extensão do CNAI em Faro** realizou 26.344 atendimentos, acompanhando a tendência de decréscimo dos restantes CNAIs (-14%).

Extensão CNAI FARO	Atendimentos 2012	Atendimentos 2013	Taxa de Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	26.968	23.489	- 13
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social		340	
G. A. Reagrupamento Familiar	1.866	1.279	- 31
G.A. Jurídico ao Imigrante	1.606	1.236	- 23
Total	30.493	26.344	- 14

Destaca-se em 2013, a abertura na Extensão do CNAI em Faro, de um *Gabinete de Apoio Social* a partir do mês de agosto, fruto da tentativa de resposta em articulação a algumas situações desta área colocada pelos cidadãos. Para além dos atendimentos, durante o mês de dezembro, o gabinete organizou e promoveu a iniciativa de “Recolha de roupa”, em articulação com a Delegação da Cruz Vermelha de Faro e da Associação Amigos da Pediatria do Hospital de Faro.

Por outro lado, em resposta às necessidades dos cidadãos imigrantes a viver no barlavento Algarvio, foi dado continuidade ao trabalho que vinha a ser efetuado pelo *Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante* (GAJI) no CLAII de Portimão. Assim foi possível sustentar o trabalho de resolução das questões Jurídicas sem que os cidadãos do Barlavento Algarvio tenham de se deslocar ao CNAI – Faro. Os atendimentos foram realizados nas instalações da Junta de Freguesia de Portimão, conseguindo-se assim dar resposta a clientes de vários conselhos nomeadamente (Lagos, Silves, Portimão, Alvor e Lagoa, Vila do Bispo, Aljezur e Monchique). Durante o ano de 2013, registara-se 186 atendimentos em Portimão.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Salienta-se que em 2013, os cidadãos que recorreram à Extensão do CNAI em Faro residiam na sua maioria no concelho de Loulé, seguido do concelho de Faro (situação que se inverteu desde as últimas estatísticas realizadas).

Por outro lado, deve salientar-se que em 2013 se verificou uma mudança no perfil dos clientes da Extensão do CNAI em Faro: observou-se uma diminuição substantiva na afluência de cidadãos brasileiros (que caíram do seu primeiro lugar nas nacionalidades que mais procuravam os serviços em 2012) e de cidadãos romenos e britânicos, passando os cidadãos ucranianos a ser a nacionalidade que mais procura os serviços, acompanhados por um aumento dos cidadãos naturais da Moldávia e da Guiné-Bissau.

2.1.3. Formação

A formação contínua dos mediadores é sempre uma questão de relevância para os CNAIs, tendo em 2013 sido realizadas várias ações de formação e esclarecimentos dirigidas aos mediadores, tanto internas, como externas, em diferentes áreas, destacando-se nomeadamente:

- Recenseamento Eleitoral
- Serviços mínimos bancários
- Asilo e Refugiados
- Provedoria de Justiça
- Lei Imigração e Decreto Regulamentar
- Reconhecimento de Qualificações
- Prevenir e Combater a Mutilação Genital Feminina / Excisão
- Igualdade de género e violência de género
- Alterações ao contrato de trabalho
- Processo disciplinar e regime de suspensão e resolução do contrato por falta de pagamento e retribuições
- Inglês nível I e II
- Excel nível I e II
- Avaliação e Monitorização de projetos
- Êxito na procura de emprego
- Cálculo de retribuições e créditos laborais emergentes da cessação do contrato de trabalho
- Primeiros Socorros
- Formação de Animadores Grupos de Entreaajuda na Procura de Emprego
- Higiene e Segurança no Trabalho
- Espanhol nível I
- Relações interpessoais e gestão do stress.

Durante o ano de 2013, foram promovidas também 12 ações de formação pela equipa do Gabinete de Apoio Social do CNAI de Lisboa. A quase totalidade dessas formações decorreram na região do algarve, por forma a apoiar a constituição do Gabinete de Apoio Social da Extensão do CNAI em Faro e consolidar o trabalho em rede com as entidades intervenientes na ação social, na região de Faro.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2.1.4. Equipas de terreno

As *Equipas de Terreno* foram criadas para responder às necessidades de cidadãos estrangeiros que, por diferentes motivos, não se deslocam até aos CNAIs. As mesmas são compostas por mediadores interculturais que integram as diferentes equipas dos CNAIs. No âmbito das Equipas de Terreno procura-se promover uma maior proximidade aos bairros e instituições, através da deslocação de técnicos do CNAI ao local e com o objetivo de informar, esclarecer e/ou encaminhar os cidadãos de acordo com as situações apuradas no atendimento.

Em 2013, as Equipas de Terreno do CNAI de Lisboa, realizaram 13 saídas, perfazendo um total de 97 atendimentos. As saídas ocorreram no concelho de Odivelas, Lisboa, Amadora, Loures e Seixal. Destacamos destas saídas os atendimentos realizados no Bairro de Santa Filomena na Amadora e a intervenção na cidade de Lisboa com sem-abrigo. Neste âmbito, destaque-se também a intervenção do Gabinete de Apoio Social do CNAI de Lisboa que participou em duas ações no terreno (Penha de França e Bairro do Rego) no acompanhamento a cidadão romenos, através da sinalização e colaboração com Núcleo de Apoio aos Sem-Abrigo (NASA) da Câmara Municipal de Lisboa.

2.1.5. Visitas Internacionais

O CNAI continua a ser alvo de interesse a nível internacional, tendo recebido durante o ano de 2013 vinte e quatro visitas de comitivas internacionais de inúmeros países (e.g. Alemanha, Arménia, China, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Moldávia, República Checa, Roménia, Suécia, Turquia), sendo exemplo, a visita da Ministra do Trabalho e Família e Proteção Social da Moldávia e a da Universidade Technica de Deunstaldt – Alemanha. A estas visitas acrescem as visitas de instituições nacionais, ONG's e outras individualidades, que se foram também realizando ao longo do ano.

22

2.2. Linha SOS Imigrante

Em 2013 a Linha SOS Imigrante comemorou uma década de trabalho. Desde o seu lançamento, em 2003, a Linha SOS Imigrante tem disponibilizado aos cidadãos imigrantes e suas associações, bem como às entidades patronais e órgãos da administração pública, um serviço de atendimento telefónico, apto a prestar informação geral sobre a temática da imigração. Para além destas informações, a Linha SOS Imigrante também efetua agendamento, para atendimento nos Gabinetes de Apoio existentes nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante.

Atualmente a equipa da linha é constituída por seis mediadores interculturais de cinco nacionalidades diferentes, provenientes de Associações de Imigrantes e Organizações não-Governamentais (com os quais o ACIDI, I.P. tem protocolos de parceria), que possibilitam o atendimento em 8 idiomas, tais como o português, crioulo de Cabo Verde, inglês, francês,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

espanhol, russo, ucraniano, bielorrusso e romeno. Quando é solicitado um outro idioma não existente na Linha SOS, a Linha recorre ao Serviço de Tradução Telefónica

Com o objetivo de continuar a garantir a qualidade no atendimento, em 2013, os mediadores frequentaram formações no âmbito do Asilo e Refugiados, Provedoria da Justiça, Higiene e Segurança no Trabalho e Primeiros Socorros.

2.3. Serviço de Tradução Telefónica (STT)

O Serviço de Tradução Telefónica (STT) continuou em 2013 a facilitar a comunicação entre os cidadãos imigrantes e as várias entidades públicas e privadas, pela tradução em formato de conferência telefónica. Os imigrantes e os técnicos de diferentes instituições, públicas ou privadas, continuaram assim a ter possibilidade de contactar a Linha SOS Imigrante para solicitar o serviço de tradução. No ano de 2013, o STT rececionou 727 chamadas, verificando-se um ligeiro decréscimo da procura do serviço, por comparação ao ano de 2012 (750 chamadas).

Bolsa de tradutores: Em 2013 cerca de 49 tradutores constituíram a Bolsa de Tradutores disponibilizando 58 idiomas:

Albanês	Espanhol	Naueti (Timor)
Alemão	Forro (S.Tomé e Príncipe)	Nepalês
Árabe	Francês	Nyungwe (Moçambique)
Azerbaijani	Georgiano	Pepel (Guiné-Bissau)
Balanta (Guiné)	Grego	Persa
Bambara	Guarani (Paraguai)	Pidgin (Nigéria)
Bengali	Hindi	Polaco
Bósnio	Holandês	Punjabi
Búlgaro	Ibo (Nigéria)	Romeno
Casique	Indonésio	Russo
Changana (Moçambique)	Inglês	Sena (Moçambique)
Checo	Ioruba (Yoruba -Nigéria)	Sérvio
Chinês Mandarim	Italiano	Sonrai
Chinês Quingian	Japonês	Tadjik
Chinês Wenzhou	Kikongo (R. Congo)	Tetum (Timor)
Chinês Xangai	Lingala (R. Congo)	Turco
Crioulo (Cabo Verde)	Lituano	Ucraniano
Crioulo (Guiné-Bissau)	Macedónio	Urdu (Índia – Paquistão)
Croata	Makassae (Timor)	
Djola	Mandinga	

Idioma Pretendido e proveniência dos Contatos: Os idiomas mais solicitados foram o chinês mandarim, o hindi e o russo, representando respetivamente 27%,17% e 12% das traduções solicitadas. Por outro lado, no ano de 2013, 62% dos contactos recebidos foram provenientes do distrito de Lisboa.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Tipologia de Cliente e Tipo de Tradução Solicitada: Ao contrário do verificado em anos anteriores, em 2013, as entidades ligadas à saúde (centros de saúde, hospitais) foram as que mais recorreram ao STT, correspondendo a 30% das chamadas recebidas. O STT continuou ainda a dar resposta a muitas das estruturas dependentes ou ligadas ao ACIDI, I.P., nomeadamente os CNAIs e os CLAIIs, que representaram cerca de 29% das chamadas. As ONGs e associações de imigrantes representaram, por sua vez, 11% dos pedidos de tradução. As traduções imediatas, ou seja, aquelas em que são efetuadas no exato momento em que é solicitado representam 84% das chamadas recebidas, verificando-se, no entanto, um ligeiro aumento de agendamentos de serviços de tradução.

2.4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)

O ano de 2013 representou um marco de pioneirismo no panorama das políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal – ano da **celebração dos 10 anos de políticas públicas de integração de imigrantes**, considerando a criação da Rede CLAII em 2003, e todo o trabalho levado a cabo na lógica da integração de proximidade, no enquadramento da *Agenda Comum para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros*, em particular, no que se refere às seguintes recomendações aos Estados Membros: (1) Promover mais políticas de integração a nível local; e (2) Melhorar a cooperação entre os diferentes níveis de governância (nacional, regional e local).

No decurso destes 10 anos a rede foi alargada e consolidada: os primeiros 15 CLAII da sociedade civil, criados em 2003, foram alargados, no ano seguinte, às autarquias, culminando, em 2013, com 86 CLAII, ano em que se procedeu à abertura de mais um gabinete em parceria com a Câmara Municipal de Alcanena e se encerrou, em função do ajustamento resultante do diagnóstico de necessidades, o CLAII de Vila Real, ficando assim com uma Rede integrada por 51 gabinetes em parceria com autarquias, 29 em parceria com a sociedade civil e 6 tripartidos, aos quais acrescem 5 Gabinetes de Apoio Especializado ao Imigrante e 1 Ponto Imigrante.

O ano de 2013 também ficou marcado pela consolidação e implementação de novas abordagens a nível local, fruto de recomendações recolhidas dos estudos diagnósticos desenvolvidos nos anos anteriores e lançados em 2012 com a coleção de estudos *Portugal Imigrante*, integrada nas linhas editoriais do Observatório da Imigração.

10 anos da rede local de Excelência....na integração de Proximidade! Este foi o lema do Encontro Anual da Rede CLAII, realizado em Santarém, nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2013, subordinado ao tema *Imigração, Interculturalidade e Políticas Públicas Locais*, e no qual participaram 94 técnicos/as, dos 143 que compõem a Rede. Mais do que uma celebração pelo caminho percorrido, este encontro representou um passo adiante na promoção da diversidade cultural, enquanto fator de apoio ao desenvolvimento local, na lógica do Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural e do trabalho levado a cabo pelo Conselho da Europa.

Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD): Entre as apostas de 2013 esteve também a concessão de uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização



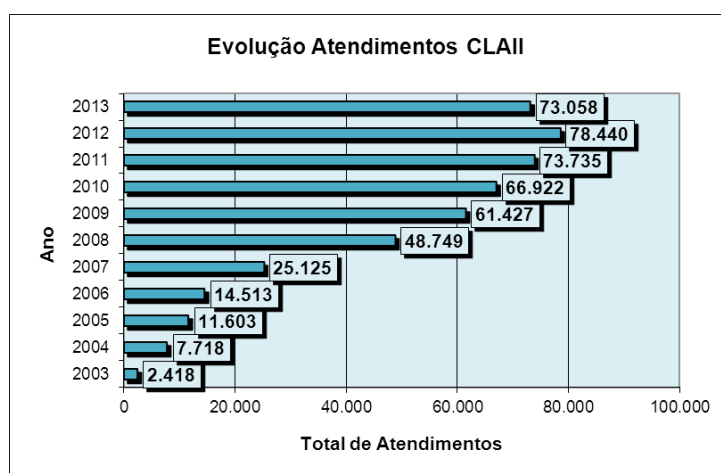
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

das políticas locais de acolhimento e integração dos imigrantes - *Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade* (IMAD) -, a aprofundar em 2014, mas cuja apresentação preliminar e discussão teve lugar no decurso do encontro. Com esta ferramenta pretende o ACIDI, I.P. facultar às instituições locais (públicas e da sociedade civil), com intervenção ao nível da integração dos imigrantes, um retrato da realidade local que lhes permita aferir, com acuidade, o universo de políticas locais relevantes nesta matéria, a efetividade dessas políticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de boas práticas desenvolvidas noutros contextos e com potencial para serem replicadas. O conhecimento aprofundado da realidade de cada município permitirá também ao ACIDI, I.P., enquanto entidade responsável a nível nacional pelas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, efetuar recomendações que visem o desenvolvimento de políticas eficientes e eficazes, no enquadramento das diretrizes nacionais e comunitárias, ao mesmo tempo que construirá um diagnóstico global daquelas que são as áreas com maiores fragilidades, de modo a desenvolver medidas que permitam fortalecer as entidades a nível local, capacitando-as e fornecendo recursos, tendo em vista a definição, a melhoria e/ou o aprofundamento de políticas locais facilitadoras de uma integração efetiva dos imigrantes na nossa sociedade. Enquanto ferramenta de monitorização, o IMAD configura a possibilidade de utilização contínua, na ótica da melhoria e aprofundamento das políticas locais futuras.

Numa primeira fase, financiada pelo Programa Operacional de Assistência Técnica – FSE (POAT), o IMAD será aplicado a cerca de 40 autarquias que integrarão a **Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade** (RMAD). Assumindo-se, o diagnóstico das políticas de integração como relevante, particularmente quando Portugal tem sido um dos países pioneiros na implementação de *Planos nacionais de Integração de Imigrantes* (PII) e procurando atualmente – responder aos apelos da sociedade civil, populações imigrantes e decisores políticos – o ACIDI, I.P. pretende com esta ferramenta incentivar o desenvolvimento de *Planos Municipais de Integração*, a promover pelas autarquias.

25

2.4.1. Atendimentos da Rede CLAII





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Nesta primeira década de trabalho, a rede CLAIIs foi responsável por 463.708 atendimentos. Ao contrário da evolução crescente dos atendimentos da Rede CLAI, desde 2003 até 2012, o ano de 2013 ficou marcado por uma redução de cerca de 7% dos atendimentos. Muito embora esse decréscimo reflita a redução dos fluxos migratórios em alguns concelhos do território nacional, deve-se também a alguns problemas subjacentes ao processo de migração do sistema de gestão da Base de Dados dos atendimentos, para a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), impedindo os parceiros de inserir os atendimentos em tempo oportuno o que conduziu à perda de dados, não só no mês da transição, como em alguns dos que se lhe seguiram, totalizando 73.058 atendimentos.

Quanto ao perfil dos atendimentos, as características mantiveram-se: o assunto mais comum continuou a ser a regularização da situação migratória à semelhança dos anos anteriores. No total, os atendimentos registados abrangeram 120 nacionalidades diferentes, sendo as primeiras cinco: a cabo-verdiana, a brasileira, a guineense, a ucraniana e a angolana. Os apoios foram prestados maioritariamente a imigrantes de sexo feminino, apesar da diferença em relação aos do sexo masculino não ser significativa. Em relação à faixa etária, o apoio foi prestado maioritariamente a cidadãos/ãs com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos.

2.4.2. A Promoção da Interculturalidade a nível Municipal

Criada em 2009, a *Promoção da Interculturalidade a nível Municipal* representou uma aposta estrutural do ACIDI, I.P. ao nível das políticas de integração, com o objetivo de reforçar a estratégia que visou assegurar direitos e deveres aos nacionais de países terceiros, comparáveis aos dos cidadãos/ãs da União Europeia. Financiada pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), a *Promoção da Interculturalidade a nível Municipal* configurou-se, ao longo destes anos, como uma estratégia de apoio ao processo multivetorial do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, contribuindo, por esta via, para uma integração ainda mais efetiva dos imigrantes na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que incentivou movimentos de interação positiva com a população autóctone. Enquadrada na Medida 78 do II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), a *Promoção da Interculturalidade a nível Municipal* constituiu-se como um mecanismo de reforço da dimensão local da interculturalidade e da integração de imigrantes, fazendo do diálogo intercultural um requisito para a construção de um modelo social assente na valorização da diversidade cultural.

Visando dar protagonismo ao poder local, à sociedade civil, às comunidades imigrantes e aos cidadãos em geral, desde 2009 até 2013, a iniciativa sempre foi levada a cabo em articulação com a Rede de CLAIIs, na base da cooperação sustentada em protocolos celebrados entre autarquias e entidades da sociedade civil (Associações de Imigrantes, ONG, IPSS, entre outras), no seguimento das candidaturas apresentadas por esta tipologia de entidades:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Edição/Ano	Número de Projetos		Número de atividades	Número de Participantes
	Autarquias	Sociedade Civil		
1ª-2009/10	13	17	113	28.428
2ª-2010/12	16	20	163	33.928
3ª-2012/13	7	16	148	46.690

Assim, em dezembro de 2013 concluiu-se a 3.ª edição da *Promoção da Interculturalidade a nível Municipal* que tinha sido iniciada em maio de 2012 e cujos projetos incluíram atividades nos domínios da Educação, Mercado de Trabalho, Saúde, Participação na Vida Local, Acolhimento Inicial de Imigrantes e Sensibilização da Opinião Pública. Com o objetivo de reforçar as intervenções locais em alguns daqueles domínios, a 3.ª edição, integrou algumas inovações:

- Como forma de potenciar mecanismos importantes para a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, alargou-se o *Programa Empreendedorismo Imigrante* a todo a Rede CLAII, tendo sido implementado nos concelhos da Guarda, Torres Vedras, Lourinhã, Seixal, Moita e Aveiro;
- Com o objetivo de fomentar uma cidadania ativa, incluiu-se a figura do *Orçamento Participativo* e com ela, o apoio à criação de estruturas representativas dos imigrantes, como foi o caso de Aveiro;
- Com o intuito de tornar mais sustentáveis estes projetos a nível local, deu-se ainda maior destaque à importância da implementação de Dias Municipais de celebração do diálogo intercultural, como aconteceu, nesta edição, em Ponta Delgada, Loures e Valongo, o que reforça os objetivos já concretizados em edições anteriores, nos concelhos Aveiro e Moura.

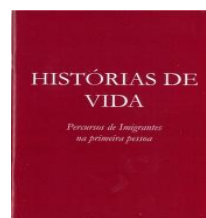
27

Na sequência das edições anteriores, a 3.ª edição deu lugar à conceção de produtos e práticas, dos quais destacamos os seguintes desenvolvidos em 2013:

Educação e Cultura: Divulgação das línguas e costumes das comunidades imigrantes, através das recolhas de contos e histórias de vida:



CM Torres Vedras e Lourinhã (Recolha de Contos de vários países)



Fundação Santa Rafaela Maria (Histórias de Vida de imigrantes residentes na Moita - Fonte da Prata)



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Mercado de Trabalho e Empreendedorismo: Sensibilização, através da conceção de materiais sobre direitos e deveres no mercado de trabalho, guias de apoio ao emprego bem como sessões formativas e informativas:



Associação Cabo Verdiana de Sines (Folheto sobre direitos e deveres no mercado de trabalho em várias línguas)



Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (DVD – Workshop na área do mercado de trabalho)



JRS – Serviço dos Jesuítas aos Refugiados (Folheto de apoio à inserção no mercado de trabalho)

Saúde: Materiais de sensibilização e informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes e respetivas instituições prestadoras de serviços na área da saúde:



CM Seixal (Folheto informativo na área da saúde)



CM Seixal (Guia dirigido aos técnicos dos serviços de saúde)

28

Acolhimento Inicial de Imigrantes: Conceção de materiais informativos, tais como *kits* de boas vindas e guias em áreas diversas, traduzidos em várias línguas:



Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (Guia na área da Segurança Social)

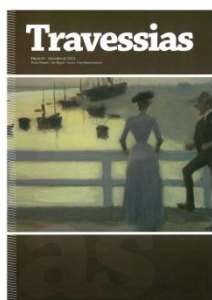


Associação Cabo Verdiana de Sines (Folheto de divulgação do CLAII, em várias línguas)

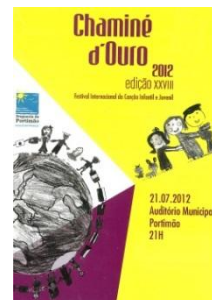
Opinião Pública e Participação na Vida Local: Promoção da sensibilização da sociedade de acolhimento, comprometendo tanto autóctones como imigrantes, ao nível da desconstrução de preconceitos e estereótipos e da valorização da diversidade cultural, através da realização de eventos de celebração da interculturalidade, e fomento da cidadania ativa:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



Associação dos Imigrantes nos Açores (Recolha de testemunhos de imigrantes em áreas diversificadas)



Junta de Freguesia de Portimão
(Concurso musical destinado aos mais jovens imigrantes e autóctones)



JRS – Serviço dos Jesuítas aos Refugiados (Brochura relativa a concurso de fotografia nas escolas públicas da zona de Lisboa)



Socialis (Material de sensibilização utilizado no dia da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial)



CM Torres Vedras e Lourinhã (Folheto sobre recenseamento eleitoral)

2.4.3. *Projetos Transversais*

A 3.^a edição da *Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal* incluiu a realização de 2 projetos de abrangência nacional, transversais a toda a Rede CLAII. Trata-se de projetos da responsabilidade do ACIDI, I.P. que visam o fomento do capital social, nos territórios aderentes:

Projeto *Família do Lado* – 2013: Pela segunda vez em Portugal, a iniciativa Família do Lado decorreu no dia 24 de novembro 2013, com famílias de norte a sul do país, bem como da região autónoma dos Açores. Através dela, uma família aceitou acolher em sua casa uma ou mais famílias que não se conheciam constituindo-se pares de famílias - imigrantes e autóctone (ou vice versa) - para a realização de um almoço-convívio, típico da cultura da família anfitriã, como forma de acolhimento do “Outro”.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



Folheto



Brochura

A iniciativa contou com 206 famílias (116 imigrantes e 90 autóctones) que deram lugar à realização de 87 encontros, em 27 concelhos de Portugal: Alcanena, Almada, Amadora, Angra do Heroísmo, Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Coruche, Estremoz, Évora, Guarda, Leiria, Lisboa, Loures, Lousã, Moita, Moura, Oeiras, Ponta Delgada, Portalegre, Santarém, Seixal, Porto, Torres Vedras, Viana do Castelo e Viseu. Este ano, fazendo jus ao Ano Europeu do Cidadão, várias famílias acolheram, de forma muito generosa, mais do que uma família em suas casas. Oriundas de 33 nacionalidades (cubana, marroquina, cabo-verdiana, são-tomense, bielorrussa, brasileira, iraniana, angolana, guineense, russa, taiwanesa, moçambicana, italiana, ucraniana, romena, indiana, líbia, búlgara, alemã, canadense, tanzaniana, espanhola, letã, polonesa, inglesa, venezuelana, russa, moldava, americana, malinesa, marfinense, congolesa e a portuguesa), as famílias congregaram à volta da mesa 655 participantes (310 imigrantes e 345 portugueses), incluindo 78 assistentes que se voluntariam na qualidade de facilitadores, estabelecendo pontes entre culturas. A iniciativa criada em 2004, pela ONG SLOVO 21, na República Checa, assenta no conceito de *Bairros Inclusivos* e ocorreu, no mesmo dia à mesma hora, em mais 3 países europeus, Espanha, Hungria e República Checa, tendo contabilizado um total de 208 encontros que compreenderam a participação de 449 famílias:

País	Número de Famílias	Número de Encontros
Espanha	200	100
Hungria	9	4
Portugal	206	87
República Checa	34	17
Total	449	208

Projeto Corfebol Sem Fronteiras: O projeto *Corfebol Sem Fronteiras* teve por objetivo fomentar a integração social, a participação cívica e a interação entre cidadãos imigrantes e autóctones, ao mesmo tempo que favoreceu a igualdade de oportunidade e o combate a comportamentos e atitudes discriminatórios, através do desporto. Com esta iniciativa pretendeu-se contribuir para que os cidadãos imigrantes, na interação com a população autóctone, encontrassem mais um mecanismo que lhes permitisse expressar e valorizar a sua presença e diversidade na sociedade portuguesa enquanto mais-valia para todos/as, prevenindo-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

se, por esta via o racismo e a xenofobia, em prol da construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e respeitadora da diferença. De salientar ainda que o Corfebol é a única modalidade coletiva mista que obriga ao cumprimento das questões de género (igual número de elementos masculinos e femininos em campo).



Para além da dimensão desportiva, que foi assegurada pela Federação Portuguesa de Corfebol, o projeto integrou ainda uma dimensão intercultural que foi levada a cabo pela Associação Juvenil Ponte. O projeto deu lugar à realização de um Torneio nacional que se realizou a 18 e 19 de maio de 2013. Associado às celebrações do *Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento*, o Torneio contou com 19 equipas, em representação de 19 concelhos do país (Alcanena, Aveiro, Azambuja, Chaves, Coimbra, Fundão, Lisboa, Loures, Lourinhã, Lousã, Moita, Moura, Odivelas, Ponta Delgada, Seixal, Sintra, Valongo, Vila Franca de Xira, Vila Real de Santo António) e que integraram participantes de 21 nacionalidades (Alemã, Americana, Angolana, Belga, Brasileira, Búlgara, Cabo-Verdiana, Congolesa, Costa-Marfinense, Espanhola, Francesa, Guineense, Iraniana, Moçambicana, Moldava, Portuguesa, Romena, Russa, São-Tomense, Senegalesa e Ucrâniana), num total de 209 pessoas a jogar em prol dos princípios da diversidade e do diálogo intercultural (vídeos dos jogos em www.review-sports.com/corfebol-sem-fronteiras).

31

2.4.4. Reforçar as competências dos técnicos da Rede CLAI

Com o objetivo de consolidar o trabalho até agora desenvolvido, bem como capacitar os técnicos/as da Rede em áreas-chave do atendimento, o ACIDI, I.P deu continuidade, ao plano de formação, em parceria com entidades estratégicas, em áreas transversais às questões da imigração:

- “Reconhecimento de Qualificações”, em parceria com a Direção Geral do Ensino Superior (DGES);
- “Igualdade de Género e Violência de Género”, em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- “Investimento na Saúde Mental”, realizada em parceria com a Administração Regional de Saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo, o Programa Nacional para a Saúde Mental e a Direção Geral da Saúde.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- “Asilo e Refugiados”, em parceria com o Conselho Português para os Refugiados (CPR);
- “Avaliação e Monitorização de Projetos”, com a Logframe;
- “Lei da Imigração nº29/2012 de 09 de agosto”, através da Bolsa de Formadores do ACIDI, IP;
- “Formação Inicial Prática” e “Formação de Observação” em gabinetes específicos dos CNAI de Lisboa, Porto e Faro, consolidando assim a ligação dos técnicos da Rede CLAII aos CNAI e demais serviços do ACIDI, I.P.

No total, foram realizadas cerca de 1950 horas de formação abrangendo toda a Rede CLAII, de norte a sul do país e regiões autónomas.

2.4.5. O reforço do trabalho em parceria

Para além do acompanhamento à distância da equipa técnica de coordenação da Rede CLAII, foram ainda realizadas 28 visitas, que deram lugar à realização de pelo menos uma visita por projeto, à exceção dos Açores. Tais visitas representaram momentos privilegiados de partilha com as equipas de projeto e, em alguns casos, envolvendo os parceiros dos nossos parceiros a nível local (escolas, associações de imigrantes, câmaras municipais, entre outros), tendo em vista uma maior partilha e rentabilização de recursos disponíveis nos territórios de intervenção, em prol do desenvolvimento dos projetos.

Por último e reforçando a lógica do trabalho em parceria, no ano de 2013, foram ainda realizadas 9 reuniões de coordenação regional em: Braga, Oliveira de Azeméis, Fundão, Nazaré, Mafra, Lisboa, Setúbal, Évora e Silves, agregando os CLAII que se situam em cada uma das regiões. Com estas reuniões pretendeu-se criar momentos de convivência e partilha entre o ACIDI, I.P. e os Técnicos/as da Rede, assim como diagnosticar as necessidades ao nível da realidade local - suas dificuldades e desafios, para uma resposta articulada ao nível da cooperação, que as parcerias entre os ACIDI, I.P. e os seus parceiros a nível local pressupõem.

32

3. Oportunidades no Acesso ao Mundo do Trabalho

3.1. Rede GIP Imigrante (RGI)

A Rede GIP Imigrante (RGI) resulta de protocolo de cooperação entre o ACIDI e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P) que prevê, desde 2004, a criação de Gabinetes de Inserção Profissional (antigas UNIVA), com especial enfoque sobre a população imigrante no que concerne a sua integração profissional e/ou formativa. Estas estruturas de apoio ao emprego estão dotadas de técnicos com formação específica que, em estreita cooperação com os Centros de Emprego, promovem uma inserção mais sustentada no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades, através das seguintes atividades:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

1. Sessões de Informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo;
2. Sessões de apoio à procura de emprego;
3. Receção e registo de ofertas de emprego;
4. Apresentação de desempregados a ofertas de emprego;
5. Colocação de desempregados em ofertas de emprego;
6. Integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP, I.P.
7. Controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego
8. Outras

Através do seu Gabinete de Coordenação da Rede, o ACIDI, I.P. tem vindo a:

- a) Coordenar e capacitar as instituições parceiras na promoção da empregabilidade dos cidadãos imigrantes, numa lógica de proximidade com as populações, articulando de forma estreita com os Centros Locais e Nacionais de Apoio ao Imigrante.
- b) Promover o trabalho em Rede entre os animadores e prestar todo o tipo de apoio técnico e formação específica, nomeadamente questões relacionadas com os imigrantes, tendo em conta a qualidade da sua intervenção e adequação ao público-alvo.
- c) Criar mecanismos de articulação do trabalho desenvolvido pelos GIP com as diferentes instituições e serviços presentes nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, Lisboa e Porto, com especial articulação com os Gabinetes de Apoio ao Emprego.

Neste âmbito, em 2013, dando continuidade a este trabalho, foram promovidas as seguintes atividades:

33

Visitas de acompanhamento aos projetos: as visitas têm como foco principal promover um trabalho mais articulado entre os atores do projeto da RGI, estreitando as relações de parceria. O objetivo foi perceber como estes Gabinetes têm desenvolvido o seu trabalho no terreno e as boas práticas adotadas, bem como garantir o uso correto da Base de Dados comum e perceber que impacto estariam a ter as novas atividades contratualizadas com o Centro de Emprego no funcionamento geral do gabinete.

Dinamização da plataforma on-line e contactos regulares com técnicos e dirigentes: a plataforma é uma das mais-valias da RGI, através da qual é possível fazer um trabalho complementar de gabinete, além de proporcionar um trabalho em rede. A dinamização da plataforma é feita diariamente para assegurar o bom funcionamento da mesma e continuarem os animadores a assegurar a inserção dos dados dos clientes e das ofertas. Em 2013, dando continuidade ao trabalho de anos anteriores, a coordenação da Rede fez a inserção de notícias úteis e de interesse geral e incentivou a inserção de dados pelos parceiros com vista a serem gerados relatórios de execução física. O contacto com os animadores e dirigentes foi feito constantemente, seja pela via de email ou pelo telefone.

Resultados de Execução obtidos pela Rede GIP Imigrante: No ano de 2013, a Rede GIP realizou o total de 11.935 atendimentos e registou 3.523 clientes novos/as, conforme quadro em baixo, representando um ligeiro decréscimo face ao ano anterior:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Rede GIP Imigrante	2012	2013
Encaminhamentos para Emprego	6959	6205
Colocações em Emprego	668	335
Encaminhamentos para Formação	687	716
Colocações em Formação	338	377
Clientes Novos	3822	3523
Atendimentos Clientes Existentes	9804	9632
Nº Total de Atendimentos	12741	11935

De referir que o número de colocações em emprego pode ser superior ao que consta do quadro em cima uma vez que esta informação decorre do posterior acompanhamento às/aos clientes e às empresas.

3.2. Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI)

O PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante tem como principais objetivos: (1) promover a criação de negócios dinamizados por imigrantes e (2) capacitar imigrantes para a aquisição de competências empreendedores. Em 2013 o PEI, na sua 5ª edição, prosseguiu as atividades que lhe são inerentes tendo em vista a integração de imigrantes no mercado de trabalho através da implementação do seu negócio próprio.

À semelhança das edições anteriores, o ACIDI manteve a parceria com entidades de base local as quais, numa lógica de proximidade com os beneficiários finais, realizaram a mobilização destes bem como de outras entidades que pudessem auxiliar os empreendedores imigrantes no desenvolvimento e implementação da sua ideia de negócio. Esta edição foi também alargada às entidades promotoras de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIs), através do projeto “Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal”, bem como às Associações de Imigrantes, através do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI). Os concelhos nos quais se realizaram ações do PEI ao longo de 2013 foram do Porto, Aveiro, Guarda, Torres Vedras, Amadora, Lisboa, Loures, Moita, Almada, Seixal e Portimão, envolvendo 14 entidades.

Em 2013, das atividades dinamizadas no âmbito do PEI, destinadas aos imigrantes, destacam-se as seguintes:

Curso «Apoio à Criação de Negócios»: esta ação de capacitação procura responder às necessidades e dificuldades sentidas pela população imigrante que pretende criar um negócio. Procura-se estimular a consolidação de ideias de negócio para que venham a ter viabilidade e sustentabilidade. Neste âmbito todos os participantes são portadores de um *Dossier do Empreendedor* onde as ideias de negócio podem ser sistematizadas através de fichas de trabalho que incidem sobre aspetos pertinentes e a ponderar no desenvolvimento de qualquer negócio. O curso tem a duração de 62 horas em que 30 horas correspondem a sessões coletivas e 32 horas compreendem a disponibilidade do formador para reunir individualmente com cada um dos participantes de modo a apoiá-los na estruturação da ideia de negócio concreta e



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

aplicação prática dos conteúdos da sessão coletiva. Em 2013 realizaram-se 21 cursos, envolvendo cerca de 305 participantes, dos quais 66% foram mulheres e 34% homens.

Reuniões de acompanhamento e orientação aos empreendedores: este apoio realiza-se após o curso terminar e destina-se ao empreendedor cuja ideia de negócio demonstre condições de que poderá tornar-se um negócio viável. Este apoio pode incidir sobre o seguinte: (1) reestruturação da ideia de negócio; (2) auxílio na identificação e encaminhamento para as melhores propostas de apoio financeiro ou outros apoios complementares; (3) apoio na implementação da ideia de negócio ou na gestão do negócio entretanto formalizado. Em 2013 beneficiaram deste apoio 48 empreendedores.

O quadro em baixo reporta os principais indicadores de caracterização da 5ª edição do PEI:

Dados PEI 2013	N
Participantes no curso «Apoio à Criação de Negócios»	305
Cursos realizados	21
Entidades que promoveram localmente o projeto	14
Entidades formadoras envolvidas	2
Formadores	7
Certificados de Frequência	185
Cartas de Recomendação	70
Beneficiários das reuniões de orientação posteriores ao curso	48
Negócios criados (decorrentes da edição referida, não tendo sido criados necessariamente nesse mesmo ano)	6
Negócios criados no ano em análise (decorrentes de todas as edições do PEI)	15

35

Capacitação de técnicos/formadores: estas ações tiveram como objetivo o reforço e consolidação da intervenção das entidades parceiras e seus técnicos ou formadores junto dos beneficiários finais do projeto. Em 2013 as temáticas das ações foram centradas nos seguintes pontos: (1) Instrumentos e recursos para melhoria do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto; (2) Mitos e Factos sobre Imigração em Portugal (3) ENGAGE - Projeto de Mentores; (4) Lei de Imigração (Lei n.º 29/2012 de 9 de Agosto - primeira alteração à Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho); (5) Competências Pessoais e empreendedoras. Realizaram-se, em 2013, 2 momentos de capacitação e partilha de informação (*feedback* acerca do projeto).

Acompanhamento às atividades desenvolvidas pelos parceiros: a equipa de coordenação do PEI realizou visitas de acompanhamento e reuniões variadas com o intuito de monitorizar os resultados quantitativos e qualitativos do projeto, bem como apresentar ou receber sugestões acerca do desenvolvimento das atividades (permitindo uma situação *win/win*). A equipa de coordenação participou também em iniciativas promovidas pelos parceiros locais, que se complementavam ao projeto, nomeadamente workshops, sessões de encerramento dos cursos, sessões de partilha de experiências entre empreendedores. Deste acompanhamento e trabalho cooperativo resultou um total de 30 visitas/reuniões.

Avaliação externa: a fim de avaliar o impacto e resultados do PEI nos locais onde o mesmo é implementado e por referência aos anos da sua implementação (desde 2009), verificando a



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

adequabilidade aos objetivos e estratégias do mesmo, foi lançado um convite para avaliação do projeto. São questões e aspetos principais a referir nesta avaliação os seguintes: (1) caracterizar genericamente os empresários imigrantes em Portugal, clarificando conceitos de base e enquadrando os participantes do PEI neste universo global; (2) caracterizar o enquadramento político e legislativo da imigração em Portugal no período em avaliação no que respeita à criação do próprio negócio por parte de imigrantes (limitações, constrangimentos e/ou oportunidades definidas pela lei da imigração para a dinamização de um negócio) e o enquadramento das políticas de apoio ao empreendedorismo vigentes em território nacional; (3) caracterizar o contexto institucional, identificando respostas de apoio ao imigrante empreendedor existentes e/ou aplicáveis no território nacional e apontando o papel do sector público, privado e da sociedade civil (institutos públicos, organismos da administração central, ONG's, associações de imigrantes, etc.) no apoio aos empreendedores imigrantes; (4) caracterizar e monitorizar os dados do PEI; (5) identificar conclusões e produzir recomendações em que, atendendo a experiências nacionais e internacionais, se aborda impacto e resultados do PEI junto dos seus beneficiários e se analisa o enquadramento do PEI nas políticas públicas de promoção da empregabilidade. Espera-se que o relatório final desta avaliação fique disponível em junho de 2014.

Outras iniciativas na área do empreendedorismo: A 30 de abril de 2013 o ACIDI, I.P. estabeleceu um acordo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para a criação da plataforma BIS – Banco de Inovação Social (<http://bancodeinovacaosocial.pt/>) que tem como objetivo promover a inovação social, ou seja, incentivar soluções inovadoras e sustentáveis para problemas, necessidades ou desafios de ordem social, económica, ambiental ou cultural de interesse geral. O ACIDI é representado no Conselho Operacional e no Conselho Estratégico do BIS. No âmbito do BIS o ACIDI assumiu-se como parceiro estratégico da SCML no desenvolvimento do Programa de Empreendedorismo Intergeracional – UAW United at Work (<http://uaw.unitedatwork.eu/index.php>).

36

4. Projeto de Mentores – ENGAGE

Em 2013, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, o ACIDI promoveu, em parceria com o GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), o projeto ENGAGE – Projeto Mentores que assentou na criação de uma rede de voluntários empresariais – mentores – disponíveis para estabelecer compromissos de mentoria (numa base informal) com cidadãos imigrantes em parceria. Tendo 2013 sido o *Ano Europeu dos Cidadãos* este projeto enquadrou-se numa das iniciativas do ano. Assim durante o ano este modelo continuou a proporcionar uma experiência de entreaajuda de cidadãos portugueses e imigrantes, através do voluntariado e a responsabilidade social corporativa. O objetivo central é a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, assumindo que para tal é necessário o envolvimento de todos, constituindo-se como exemplo de interculturalidade e de participação cívica na construção de uma sociedade mais coesa onde todos tenham lugar.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Consolidando as atividades desenvolvidas no último trimestre de 2012, no decurso de 2013 foram promovidas as seguintes atividades no âmbito do ENGAGE:

1. *Preparação e enquadramento geral do projeto*: elaboração de uma adenda ao protocolo de cooperação; definição do cronograma de ações do projeto (assinatura a setembro de 2013); participação numa visita de carácter formativo à KVINFO (The Danish Center for Information on Gender, Equality and Diversity), em Copenhaga, para recolha de boas práticas de implementação deste modelo em Portugal (entre 7 de janeiro e 10 de janeiro); desenvolvimento de um modelo de avaliação de impacto do projeto: construção e aplicação de questionários aos participantes, sistematização dos dados recolhidos.
2. *Elaboração de materiais de comunicação e divulgação do projeto*: elaboração de instrumentos de apoio ao projeto e de disseminação - revisão dos questionários iniciais e guiões de entrevista (para definição do perfil, levantamento de interesses, necessidades e motivações); conclusão do Kit Mentores e Mentorados (guia de apoio, folhas de registo, questionários de avaliação); criação de um Grupo no Facebook para partilha sobre o projeto e comunicação sobre o seu desenvolvimento (com 28 integrantes); criação de espaços de divulgação do projeto nas Newsletters das entidades (GRACE e ACIDI) para comunicação do projeto.
3. *Iniciativas de apresentação do projeto*: neste âmbito foram promovidas três estratégias:
 - (a) promoção de atividades de angariação de empresas e voluntários para participar no projeto. Em números estas atividades geraram: 34 reuniões de apresentação do projeto a responsáveis de empresas; 10 sessões de apresentação do projeto a colaboradores de empresas que chegaram a 153 participantes. Como resultado destas iniciativas, conseguiu-se a inscrição de 50 mentores no projeto e o envolvimento das seguintes empresas e entidades para a angariação de voluntários: Portugal Telecom, Grupo LIFT, FilmBroakers, Carris, ISCTE, EDIFER, CAOS, EDP, Montepio, IBM, IAPMEI, ANA Aeroportos, Sair da Casca, RZK e Siemens.
 - (b) promoção de atividades de divulgação do projeto junto de imigrantes, traduzindo-se em: 13 sessões de apresentação do projeto a imigrantes, 95 imigrantes presentes em sessões de apresentação do projeto e 93 imigrantes inscritos no projeto e 45 imigrantes não elegíveis ou desistentes do projeto.
 - (c) promoção de iniciativas de apresentação do projeto a entidades parceiras, nomeadamente.
4. *Desenvolvimento de atividades de formação para mentores e mentorados*: 1 sessão de formação inicial para mentores que contou com a presença de 25 mentores; e 3 sessões de formação inicial para mentorados que contou com a presença de 40 participantes.
5. *Atividades de acompanhamento dos processos de mentoria*: 36 matchings entre mentores e mentorados, 21 processos de mentoria e 13 processos concluídos de mentoria. Os processos de mentoria variaram entre 3 meses e 12 meses de acompanhamento. A mentoria remeteu para um acompanhamento numa diversidade de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

áreas, destacando-se as áreas do empreendedorismo e da qualificação e procura de trabalho – representando em conjunto cerca de 70% dos casos de mentoria – seguido de situações de mentoria na vertente da cidadania e participação, interculturalidade e direitos humanos e tempos livres e informações gerais, entre outras.

Uma análise preliminar (e muito intuitiva) dos resultados dos questionários de avaliação de impacto do projeto ENGAGE, promovida no final do ano de 2013, permite aferir que a grande maioria dos voluntários considera que o projeto lhes deu um maior contacto com a realidade da imigração em Portugal, mas também, exercer a sua cidadania de forma mais ativa, ter mais consciência acerca das desigualdades sociais e da necessidade de uma maior abertura à diversidade. Para além disso, os mentores referem que esta interação também lhes trouxe novas aprendizagens, competências úteis à sua vida pessoal e profissional.

5. Programa Português para Todos (PPT)



Dentro da sua missão de “favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica”, o ACIDI, I.P. enquanto Organismo Intermédio do POPH - Programa Operacional Potencial Humano no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional é responsável pela gestão do Programa Português para Todos (PPT).

Assim, é disponibilizado aos cidadãos e cidadãs imigrantes cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam ao nível A2 – Utilizador Elementar, B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e de português técnico. Para além de serem gratuitos para os/as cidadãos/ãs imigrantes, o certificado que é obtido pela frequência com aproveitamento releva para efeitos de acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração. Considerando a distribuição da população imigrante nos vários distritos do país, a formação em língua portuguesa para estrangeiros, constitui uma oferta formativa regular nos centros de emprego e formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e nas escolas da rede pública tuteladas pela DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. No ano de 2013, estiveram envolvidos na operacionalização destas ações cerca de 27 Centros de Emprego e Formação Profissional, 3 Centros de Formação Protocolar e 130 Escolas da rede pública.

Ainda que a oferta formativa seja maioritária marcada por ações de língua portuguesa para os estrangeiros de nível A2 – Utilizador Elementar, na medida em que certificam o “conhecimento suficiente da língua portuguesa”, no entanto também é de ressaltar a oferta de cursos de nível B2 – Utilizador Independente. No ano de 2013, a oferta de cursos de língua portuguesa de nível Intermédio, B1 e B2 – Utilizador Independente, destinados aos imigrantes que já detêm conhecimentos básicos de língua portuguesa, conseguiu atrair mais de 1.000 formandos/as. O objetivo destas ações é permitir aos cidadãos e cidadãs imigrantes, a melhoria das competências em língua e cultura portuguesa, bem como aprofundar o seu nível de proficiência de modo a tornarem-se cidadãos ativos de plenos direitos e deveres.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

No que respeita às ações de português técnico da responsabilidade do IEF, não tiveram expressão no ano de 2013, não obstante as ações aprovadas e os esforços envidados para a sua realização. Neste âmbito, procedeu-se à respetiva divulgação nos meios de comunicação do ACIDI, bem como junto dos parceiros privilegiados da rede do ACIDI.

No que respeita ao sexto concurso da Tipologia de Intervenção 6.6. e suas congéneres – Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros, foram aprovadas 398 ações de formação de língua portuguesa e português técnico a serem desenvolvidas pelo IEF e pela DGEstE, com o objetivo de abranger 10.807 formandos/as. Assim, no ano de 2013 foram realizadas 349 ações de formação, o que permitiu abranger 7.352 formandos/as, com a seguinte distribuição:

Dados Provisórios PPT 2013			
Região	Nº de Ações de Formação	Nº de Formandos Abrangidos	Nº de Formandos Certificados
Norte	71	2.064	1.107
Centro	50	1.143	546
Alentejo	12	336	219
Lisboa	135	2.468	1.749
Algarve	81	1.341	1.008
Total	349	7.352	4629

Considerando os anos de implementação (2008-2013) do Programa PPT teve início em 2013, o Estudo de Avaliação Intercalar do Programa PPT, com o principal objetivo de proceder à avaliação da operacionalização, bem como das realizações e dos resultados das intervenções apoiadas.

O Programa PPT – Português para Todos durante o ano de 2013, levou a cabo várias ações de disseminação através dos seguintes meios:

- Notícias publicadas sobre o Programa PPT e eventos organizados, em sites da União Europeia, mas também sites nacionais (escolas, entidades públicas, CLAIIs, entre outros);
- Distribuição de folhetos e cartazes junto de entidades públicas e privadas, bem como junto de comitivas internacionais que visitam o ACIDI, IP.
- Realização em Lisboa do Seminário: *Políticas Públicas: A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento através da promoção do ensino/aprendizagem da língua*, a 22 de novembro, para promover uma reflexão sobre as políticas públicas de integração de imigrantes, nomeadamente as medidas políticas de promoção de aprendizagem da língua e da certificação de competências.
- Organização de Workshops Temáticos sob os temas: Metodologias de Ensino, Heterogeneidade Cultural em Sala; Avaliação das Aprendizagens e Materiais / Recursos Pedagógicos dirigidos aos professores/ formadores que lecionam as ações de língua portuguesa para estrangeiros.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

III. PELOS IMIGRANTES, COM OS IMIGRANTES

1. Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI)

Os imigrantes que escolheram Portugal para concretizar os seus projetos de vida têm vindo a organizar-se em associações com o objetivo de proteger os seus direitos e interesses, assim como dos seus descendentes. As associações de imigrantes constituem espaços privilegiados de organização de pertenças culturais e comunitárias e de participação, nos quais as pessoas não são meras destinatárias, mas atores intervenientes na defesa dos seus direitos e na promoção de condições de bem-estar social. Elas são também as legítimas representantes da comunidade imigrante e os parceiros privilegiados na definição e execução das políticas de imigração.

Neste sentido, o GATAI desenvolve a sua ação centrada nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, I.P., assumindo as seguintes responsabilidades:

- apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACIDI, I.P. às iniciativas das associações de imigrantes;
- ações de capacitação das associações de imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- promoção do associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração de imigrantes e seus descendentes.

40

1.1. Apoio Técnico e Financeiro às Associações de Imigrantes

O apoio técnico e financeiro disponibilizado pelo ACIDI, I.P., através do GATAI, às associações de imigrantes, são enquadrados pela Lei 115/99, de 3 de agosto. O apoio técnico caracteriza-se essencialmente pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACIDI, I.P., bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes meios que o ACIDI, I.P. disponibiliza para o efeito e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros.

Tendo em vista o estabelecimento de prioridades de intervenção, foi proposto pela Alta Comissária e aprovado pelo Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), o *Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2013 (PAAI 2013)*, que estrutura o apoio concedido às associações de imigrantes em quatro linhas prioritárias de intervenção:

- 1) *Eixo de Apoio à Integração Plena e Igualdade de Oportunidades* – iniciativas de apoio à plena integração de imigrantes na sociedade, através de projetos dirigidos a imigrantes



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

e suas famílias, que facilitem o acesso a bens e serviços fundamentais para o exercício de direitos e deveres na sociedade portuguesa;

- 2) *Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade* – iniciativas que tenham em vista a mudança de mentalidades, a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências de diálogo intercultural; iniciativas de divulgação da cultura do país de origem, como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade;
- 3) *Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito* – iniciativas que possuem características particularmente inovadoras e de qualidade reconhecida;
- 4) *Eixo de Apoio à Capacitação Associativa* (Apoio Estrutural) – consiste no apoio à aquisição de bens ou serviços transversais e indispensáveis ao dia a dia do trabalho associativo, que capacitem as associações das ferramentas necessárias para a execução das atividades a desenvolver.

Entre janeiro e dezembro de 2013 foram apoiados 43 projetos (35 anuais e 8 pontuais, num montante global de 702.562,26 €).

Tipo de Apoio	N.º de Projetos	N.º de Associações	Montante
Anuais	35	35	664.470,26€
Pontuais	8	3	38.092,00€
Total	43	38	702.562,26€

O montante aprovado repartiu-se pelos diferentes eixos do PAAI 2013 da seguinte forma:

Eixo	Atividades (N)	Valor
Eixo de Apoio à Integração Plena e Igualdade de Oportunidades	85	469.395,76 €
Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade	51	126.977,52 €
Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito	4	31.539,76 €
Eixo de Apoio à Capacitação Associativa	-	74.649,22 €
Total	140	702.562,26 €

Geograficamente, o apoio atribuído em 2013 distribuiu-se da seguinte forma:

Região		N.º de Associações	Valor
Norte		3	54.637,00 €
Centro		4	57.810,00 €
Lisboa e Vale do Tejo	Amadora	4	70.677,94 €
	Cascais	1	20.014,20 €
	Lisboa	10	182.740,97 €
	Loures	3	63.552,62 €
	Oeiras	2	45.000,00 €
	Setúbal	3	63.715,57 €
	Sintra	2	42.014,70 €
Vila Franca de Xira		1	16.555,56 €
Alentejo		1	22.500,00 €
Algarve		2	41.737,16 €
Ilhas		2	21.606,54 €
Total		38	702.562,26 €



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

As visitas de acompanhamento realizadas às associações de imigrantes têm sido fundamentais para, por um lado, avaliar no terreno a execução dos protocolos e o impacto do apoio atribuído, e, por outro, aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e os principais constrangimentos.

Com o objetivo de capacitar as associações de imigrantes, através da formação dos seus líderes e/ou técnicos, foram realizadas ações de formação/informação sobre diferentes temáticas:

- “Educação Financeira”, em parceria com a Associação das Comunidades Auto-Financiadas (ACF), que decorreu em Lisboa no dia 21 de setembro;
- “Tráfico de seres Humanos”, em parceria com a Comissão para a Igualdade de Género (CIG), que decorreu em Lisboa no dia 26 de setembro;
- “Avaliação e Monitorização de Projetos, em parceria com a Logframe, que decorreu em Coimbra no dia 28 de outubro, em Évora no dia 04 de novembro e em Lisboa no dia 05 de novembro;
- “Investimento na Saúde Mental dos Imigrantes”, em parceria com a Direção-Geral de Saúde (DGS) e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – Departamento de Saúde Pública, que decorreu em Coimbra no dia 28 de outubro e em Lisboa no dia 15 de novembro;
- “Procedimentos de Aquisição no âmbito do FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros”, que decorreu em Ermesinde no dia 15 de novembro e em Lisboa nos dias 18, 21 e 26 de novembro;
- “Legislação Europeia Antidiscriminação”, que decorreu no dia 12 de dezembro.

1.2. Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes

Em 2013, foram reconhecidas, ao abrigo da Lei 115/99, de 3 de agosto regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000, de 9 de maio, três associações de imigrantes, de âmbito local: GHAM-AHTÉ - Associação dos Filhos e Amigos da Ilha das Galinhas, MCUP - Movimento Cristãos Ucrrianos em Portugal e Estrela da Lusofonia - Associação Cultural e Recreativa. Em resultado, em 2013 contabilizavam-se um total de 134 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACIDI, I.P. Desse universo apenas 98 associações estavam ativas, desenvolvendo o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as atividades de tempos livres, os eventos culturais, recreativos e desportivos, os gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico, as aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa, as ações de intervenção política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação e também os projetos de desenvolvimento nos países de origem.

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se o concelho com maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (27), seguido do concelho do Porto (11), da Amadora (8) e de Sintra (8).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações mantém-se como tendência crescente as associações que representam múltiplas comunidades (28). As comunidades cabo-verdiana e guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (23 e 16, respetivamente).



1.3. Promoção e divulgação do Associativismo

As *Conversas sobre Associativismo* têm sido uma das estratégias de promoção do associativismo imigrante. Esta iniciativa consiste na organização, ao nível local, de sessões de informação e debate sobre o associativismo imigrante em Portugal, sua contextualização legal e social, direitos e deveres, mais-valias e constrangimentos, numa perspetiva de incentivo à organização de cidadãos imigrantes pela via associativa. Neste âmbito em 2013 foram realizadas as seguintes sessões: no dia 25 de novembro, na Moita, em parceria com o CLAII da Moita; e outra sessão em Lisboa, no dia 13 de novembro, em parceria com o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) do ACIDI, IP dirigida a mediadores da comunidade cigana. Esta última sessão teve como objetivo central sensibilizar para a importância do associativismo e informar sobre os diferentes passos de constituição de uma associação.

Para além da informação permanentemente atualizada e disponível no portal do ACIDI, I.P., o *mailing* tem sido também uma forma de fazer chegar informação útil, quer às associações de imigrantes, quer às entidades públicas e privadas que, por terem um interesse especial nesta temática, contactam o GATAI.

Acrescente-se ainda que o GATAI acompanha e participa nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACIDI, I.P. em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, atividades festivas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença justifica-se sobretudo pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos líderes associativos, pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

IV. COMUNIDADES CIGANAS

O Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), criado em 2007, prosseguiu em 2013 na concretização dos seus objetivos principais. Tal como em anos anteriores, o êxito da sua missão dependeu não só da resolução de problemas e provimento das necessidades detetadas pelo seu diagnóstico, mas também de uma abordagem especial junto das comunidades ciganas. Procurar consensos e desenvolver capacidades de diálogo, criando sinergias, foi uma das grandes apostas, sustentadas na mediação, enquanto fator de aproximação e de combate à discriminação.

1. Projeto Mediadores Municipais

A análise positiva feita nos últimos anos à atuação dos mediadores em contextos multiculturais, sedimentou a convicção de que esta seria a forma de atuação para melhorar o acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais e promover a igualdade de oportunidades e o diálogo intercultural com a comunidade envolvente. Certas realidades sociais exigem respostas que suscitam a criação de figuras que promovam e facilitem a comunicação quando esta se encontra dificultada, especialmente quando uma das partes apresenta vulnerabilidades acentuadas. A sua intervenção, baseada na interculturalidade, tem uma ação transformadora na relação entre as partes, reforçando o que as aproxima.

Assim, dois anos após o lançamento da primeira fase do *Projeto-Piloto Mediadores Municipais*, que integrou um grupo de 15 mediadores ciganos que fez intervenção nos respetivos municípios, o ACIDI lançou a segunda fase, em abril de 2011, garantindo, assim, a continuidade do Projeto e a implementação de estratégias facilitadoras, em que o mediador é a figura principal. A 30 de Setembro de 2013, a primeira fase do Projeto Mediadores Municipais terminou, tal como estava previsto.

A segunda fase do Projeto de Mediadores Municipais integrou seis municípios e respetivos mediadores que, em outubro de 2013, iniciou o terceiro ano de execução nos municípios de Barcelos, Valongo, Abrantes e Vila Real de Santo António. Nessa data e por impossibilidade dos municípios de Espinho e Odivelas, o número de mediadores da segunda fase passou a quatro.

Formação dos mediadores: A formação dos mediadores em contexto de sala foi dada pelo Centro de Estudos para a Integração Social (CESIS) que os acompanha desde o primeiro ano de Projeto. O número de horas de formação dada em 2013 fez 75 horas, tendo sido feita a avaliação dos formandos segundo critérios previamente estabelecidos após a elaboração do Balanço de Competências. Embora a primeira fase do Projeto Mediadores Municipais tenha sido concluída a 30 de Setembro de 2013, o ACIDI considerou fundamental dar continuidade à formação desse grupo inicial de mediadores, convidando-o a participar em todas as ações de formação que se seguiram, dando suporte financeiro a todo o processo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Avaliação externa do Projeto: A equipa de avaliação externa da Dinâmia/CET, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), fez o acompanhamento das intervenções no terreno, interagindo com mediadores, coordenadores, comunidades ciganas, técnicos dos serviços municipais, colhendo dados que vieram reforçar o diagnóstico, ajudando a otimizar alguns recursos e criando instrumentos para superar obstáculos. Após a apresentação do Relatório Final de Avaliação Externa, no final do primeiro ano de Projeto, a mesma equipa apresentou, em 2012 e 2013, respetivamente, o relatório intercalar sobre o progresso do Projeto, com recomendações para os intervenientes, que foi enviado aos coordenadores técnicos.

2. Programa ROMED

O Conselho da Europa e a Comissão Europeia decidiram, depois de uma reunião de alto nível realizada em Estrasburgo em 2010, criar um programa de formação de mediadores ciganos, para reforço das áreas da educação, saúde e emprego – Programa ROMED. Tendo tido conhecimento do *Projeto Mediadores Municipais*, o Conselho da Europa convidou Portugal, através do ACIDI, para integrar a rede de países que faziam parte do Programa ROMED.

Numa primeira fase da implementação deste programa em Portugal participaram os 18 mediadores que integravam o Projeto Mediadores Municipais. Já, na segunda, foram incluídos mais 12 mediadores/dinamizadores externos ao ACIDI. A primeira fase do programa ROMED decorreu entre outubro de 2011 e março de 2013.

Finalizado o Programa ROMED, novas questões emergiram das organizações e instituições parceiras do Conselho da Europa e da União Europeia, surgindo o conceito ROMED 2, visando aprofundar a nível local a ação dos mediadores já formados, promovendo a mudança através da participação democrática dos ciganos.

Assim nesta fase ROMED 2, iniciada formalmente em dezembro de 2013, o trabalho é liderado por uma Equipa Nacional de Apoio, composta pelo Ponto Focal Nacional – o ACIDI –, um Delegado Nacional pelo Projeto, formadores/dinamizadores, mediadores e peritos, com a coordenação do Conselho da Europa. No centro do processo está o Grupo de Ação Comunitária, composto por cidadãos da comunidade local, que se envolvem progressivamente no processo democrático do seu município, transmitindo as prioridades a que consideram mais urgente dar resposta, tendo em conta os meios à disposição das autoridades locais, assim como os seus direitos e deveres enquanto cidadãos. O ROMED 2 utiliza a mediação e os princípios de boa governança e exige a organização da comunidade como meio de desencadear um processo sustentável e justo para todos, sendo dada especial atenção à participação das mulheres e dos jovens.

Em 2013, o GACI iniciou o acompanhamento das reuniões realizadas nos municípios, envolvendo, além da Câmara Municipal, toda a Equipa Nacional de Apoio. Mostraram interesse em fazer parte desta nova fase do Programa quatro municípios – Beja, Elvas, Figueira da Foz e Barcelos - número aconselhado pelo Conselho da Europa.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

3. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC)

O Governo Português assumiu a responsabilidade de responder, não só às diretivas emanadas pela União Europeia, como às necessidades reais das comunidades ciganas portuguesas sistematizadas na Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas. O ACIDI é o Ponto Focal para a ENICC, elaborada em 2011, tendo o GACI assumido toda a dinâmica inerente à sua realização. Em 2012, após a Consulta Pública a que a ENICC foi submetida, foram incorporados contributos relevantes recebidos, dando forma ao texto final que viria a ser aprovado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 de 27 de março, publicada em Diário da República 1ª série n.º 75 de 17 de abril de 2013. Assim em 2013 deu-se início à implementação da ENICC, a decorrer até 2020.

O ACIDI assumiu as funções de coordenador nacional da Estratégia que envolve diferentes ministérios e tem diversas áreas de intervenção da responsabilidade do ACIDI, em domínios como: conhecimento das comunidades ciganas em Portugal, acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional, combate à discriminação, educação para a cidadania, mediação, valorização da história e cultura ciganas.

Estudo Nacional sobre as comunidades ciganas: Para dar resposta à prioridade 2 da dimensão “Conhecimento das Comunidades Ciganas” da ENICC, o ACIDI fez uma candidatura ao POAT, a fim de obter financiamento para a realização de um estudo a nível nacional sobre as comunidades ciganas. Esta candidatura foi aprovada e concedido o financiamento de 70.000€ para a realização deste estudo. Neste âmbito foram abertas candidaturas para elaboração do estudo nacional, tendo sido selecionado o Centro de Estudos para as Migrações e Relações Interculturais, que iniciou os trabalhos de investigação no final de 2013.

46

4. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)

O conhecimento das comunidades ciganas passa também pelo acompanhamento da sua situação socioeconómica, estando diretamente ligado às medidas adicionais adotadas na Estratégia Nacional, pondo em curso uma grande diversidade de iniciativas, ligadas às áreas prioritárias. Este acompanhamento e análise deveriam ser feitos por uma estrutura que, através dos seus pareceres e recomendações, permitissem contribuir para a conceção e implementação de políticas mais ajustadas e inclusivas.

Assim em 2013 foi criado o *Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas* (CONCIG), também no âmbito da ENICC e/ou da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013. O CONCIG é coordenado e presidido pela Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, e tem neste primeiro mandato a seguinte constituição de conselheiros:

- dois representantes do membro do Governo responsável pela área da administração interna: pela Guarda Nacional Republicana, Paulo Poiães e pela Polícia de Segurança Pública Hugo Batista e Guinote;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- representante do membro do Governo responsável pela área da justiça, Ana Correia Lopes;
- representante do membro do Governo responsável pelas áreas da economia e do emprego, José Manuel Cordeiro;
- representante do membro do Governo responsável pela área da habitação, Teresa Leal Ferreira;
- representante do membro do Governo responsável pela área da saúde, Vasco Prazeres;
- representante do membro do Governo responsável pela área da educação, Lina Varela;
- representante do membro do Governo responsável pelas áreas da solidariedade e da segurança social, Maria João Cleto;
- representante do Governo Regional dos Açores, como efetivo, Paulo Teves e como suplente, Melanie Medeiros da Silva;
- representante do Governo Regional da Madeira, Gonçalo Perestrelo dos Santos;
- representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Carlos Miguel;
- representante da Associação Nacional de Freguesias, Elisabete Matos;
- dois representantes de instituições que trabalham com as comunidades ciganas: pela EAPN-Portugal, Maria José Vicente e pela Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, Francisco Sales Diniz;
- quatro representantes de associações das comunidades ciganas, eleitos para esse fim: Adérito Montes, António Pinto Nunes, Almerindo Lima, João Norton Barbosa e Rafael Ximenes Soares;
- dois cidadãos de reconhecido mérito: Rogério Roque Amaro e Maria do Rosário Carneiro;
- dois representantes de instituições de ensino superior ou de investigação com trabalho relevante sobre as comunidades ciganas: pelo ISCTE-IUL, Alexandra Castro e pela Universidade do Minho, Maria José Casa-Nova.

47

No decurso de 2013 realizaram-se duas reuniões do CONCIG: a primeira, no dia 24 de junho de 2013, Dia Nacional dos Ciganos, em que ocorreu a tomada de posse dos seus membros e a segunda em outubro de 2013.

5. Visitas ao terreno

Seguindo a política de proximidade do ACIDI, o GACI fez visitas periódicas aos municípios onde decorre o Projeto Mediadores Municipais, para monitorização e avaliação da sua execução. Observou *in loco* a atuação do mediador, reuniu com os responsáveis do Projeto, desde o presidente da Câmara até ao coordenador técnico e parceiros locais, para além do mediador para, em conjunto, ser feito o balanço desta iniciativa e criar soluções para a resolução de alguns problemas locais.

Foram feitas também visitas às comunidades ciganas locais, principalmente as que têm habitações mais precárias. Foram visitados os municípios de Vila Real de Sto. António,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Barcelos, Coimbra, Valongo, Espinho, Seixal (3 visitas), Sines, Peso da Régua e Campo Maior.

6. Outras atividades

Dando resposta a outras solicitações, o GACI participou nos seguintes eventos:

- Congresso ROMED, em Bruxelas (17 e 18 de janeiro);
- Encontro sobre Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIPS – promovido pela Universidade Católica (18 de fevereiro);
- Encontro de encerramento do Programa ROMED em Portugal (5 a 8 de março);
- Apresentação do Projeto Mediadores Municipais ao grupo FEMROM, da República Checa, parceiro de projeto com o ISCTE (1 de abril);
- Conferência nos Amigos dos Castelos - História e Cultura do povo cigano (22 de abril);
- Apresentação da ENICC num encontro promovido pela EAPN, no Porto (23 de abril);
- V reunião CAHROM, em Estrasburgo (14 a 16 de maio);
- Conferência no Centro Universitário Pe. António Vieira – CUPAV – História e Cultura do povo cigano (28 de maio);
- Seminário promovido pela Câmara Municipal de Barcelos, sobre Mediação e História do povo cigano (1 de julho);
- Apresentação da ENICC e do Projeto Mediadores Municipais em Encontro em Tomar (19 de julho);
- I Reunião do Programa Romed2 em Bucareste (10 a 12 de setembro);
- Participação na inauguração da exposição “Vidas Ciganas”, no Museu da Cidade (23 de setembro);
- Ação de formação a pedido do Centro Hospitalar de Lisboa, sobre História e Cultura ciganas (29 de setembro);
- I workshop sobre comunidades ciganas, promovido pelo Museu da Cidade (5 de novembro);
- Apresentação da ENICC no encontro promovido pela Obra Nacional das Migrações (23 de novembro);
- I Encontro das Mulheres Ciganas, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, promovido pela Associação Letras Nómadas (26 e 27 de novembro);
- II workshop sobre comunidades ciganas promovida pelo Museu da Cidade (3 de dezembro);
- II reunião de preparação do Programa ROMED 2 (15 a 18 de dezembro)

No decurso de 2013, o GACI procurando sensibilizar e melhor conhecer a realidade das comunidades ciganas em Portugal, acolheu e participou em inúmeras reuniões com investigadores, parceiros da ENICC, coordenadores de projetos, alunos de mestrado e doutoramento a estudar as comunidades ciganas, centros de estudos, técnicos de câmaras municipais e outras entidades. O GACI deu ainda diversos contributos/pareceres em documentos internacionais e nacionais, nomeadamente:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- questionário sobre a implementação do Plano Nacional para os Roma e Sinti, da DG Justiça- CE - Informação sobre o progresso da implementação do Plano de Integração dos Ciganos;
- comentário à proposta de recomendação para a implementação de medidas eficazes para os ciganos promovido pela REPER;
- contributos para a resposta ao questionário da FRA sobre a integração das comunidades ciganas – “mapping data sources on Roma in EU Member States”.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

V. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR

1. Portal ACIDI, I.P. - www.acidi.gov.pt

O portal do ACIDI, I.P., com o objetivo de manter o público informado acerca das questões da imigração e minorias étnicas e, ao mesmo tempo, constituindo um veículo/canal noticioso, formativo, difusor de informação útil e prática, tem, também, a vertente da sensibilização um vasto público, ele próprio muito heterogéneo. Disponibiliza informação detalhada acerca da missão, objetivos e valências do ACIDI, I.P., divulgando, em paralelo, os serviços e recursos disponíveis, a legislação relacionada, bem como atividades culturais, entre muitos outros temas da atualidade. Disponibiliza vários materiais informativos, bem como *podcast* do programa de rádio “Gente como Nós” e peças do programa de televisão “Nós”.



Tendo por base esta “carta de intenções”, o portal implica um esforço crescente no sentido da atualização permanente de conteúdos diários que incluem a inserção de iniciativas na agenda do site, assim como a divulgação de efemérides, notícias que incluem as sinopses semanais do programa “Nós” e “Gente como Nós”, a atualização de procedimentos, bem como de contactos úteis, entre muitos outros conteúdos.

Neste sentido, o trabalho de manutenção e gestão dos conteúdos do site, bem como a atualização dos vários menus continuou, em 2013, a realizar-se numa base de atualização diária e na ótica de flexibilização e adequação aos públicos-alvo, de forma a tornar a informação o mais inteligível possível. Desse modo, foram atualizados os conteúdos fixos relativos aos diversos menus existentes, bem como incorporados conteúdos de *subsites*, até à data autónomos, o caso das Comunidades Ciganas, e da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), bem como criados novos menus, a exemplo do menu da Formação e Recursos e o menu do FEINPT. A par da atualização e reforço de conteúdos, foram criadas novas páginas, como a página do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP), do Gabinete de Apoio ao Recenseamento (GAR), entre outros.

A secção de *banners* também mereceu especial atenção com a introdução de *banners*, de novos projetos, sempre com o intuito de divulgar e chamar a atenção dos diversos utilizadores do site ACIDI.

O portal passou, este ano, a disseminar mais uma *newsletter*, desta vez, temática, ela própria assente num novo modelo, criado para o efeito. Criada em substituição da revista B-I, numa aposta de disseminação *online*, a *newsletter* abordou, em cada edição, um tema específico enquadrado no público-alvo e linhas de ação do ACIDI, recorrendo ao contributo de artigos de opinião de especialistas, parceiros ou profissionais do tema, bem como um texto de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

apresentação do coordenador do ACIDI responsável pela área abordada em cada edição. Em 2013 foram publicadas 9 *newsletters* sobre as respetivas temáticas: *10 anos Serviços Apoio ao Imigrante*; *O recenseamento eleitoral de cidadãos estrangeiros*; *A integração das comunidades ciganas*; *O papel do Associativismo Imigrante*; *O programa Português para Todos*; *Casos de sucesso do Programa Escolhas*; *O Racismo em Portugal*; *Empreendedorismo Imigrante* e *O Diálogo Inter-religioso*. Ao longo do ano foram, também, enviadas 40 *newsletters* com conteúdos generalistas, cada uma dirigida a mais de 5.500 assinantes.

No que se refere à divulgação, o portal foi amplamente divulgado em todos os meios do ACIDI, incluindo todos os materiais informativos, marcadores de livros específicos, através de um grande destaque na sala de espera do CNAI de Lisboa, junto de todos os parceiros do ACIDI, bem como, no Portal do Cidadão. Do mesmo modo, foi impulsionada a sua publicitação através das redes sociais, nomeadamente através da partilha de conteúdos na página de *Facebook*, que chegou aos cerca de 5.100 gostos.

No cômputo geral, o portal somou 450.720, visitas únicas desagregadas pelos seguintes sites temáticos:

www.acidi.gov.pt - 201.961 visitas

www.cicdr.pt - 8.112 visitas (de janeiro a maio 2013)

www.oi.acidi.gov.pt - 49.742 visitas

www.oss.inti.acidi.gov.pt - 3.141 visitas

www.programaescolhas.pt - 187.764

2. Programa de televisão “Nós” na RTP

Com a vocação de dar a conhecer e envolver as comunidades imigrantes, os descendentes de imigrantes, as comunidades ciganas e a sociedade portuguesa em geral, sensibilizando para as questões do acolhimento e da integração da diversidade cultural – o programa “Nós”, magazine semanal, com emissão na RTP2, continuou em 2013 a privilegiar a riqueza cultural e social, através de histórias de vida, gastronomia, desporto, cultura e informação. Durante o ano de 2013 foram emitidos 52 programas “Nós” compactos, com a duração de 40 minutos cada, 9 dos quais emitidos no início do ano, como programas *best of*.



O programa sofreu algumas mudanças de horário, ao longo do tempo, tendo, no início do ano, alterado a sua emissão de domingo para sábado, às 11:00, e mais tarde, visto regressar a sua emissão aos domingos, pelas 11:00, na RTP2. O programa viu concretizada a possibilidade de chegar a maiores audiências e targets diferenciados, ao ganhar, ainda, mais espaço na grelha da RTP2, através de mais uma emissão (repetição), às 4^{as}. feiras, às 15:30. O programa manteve a repetição das suas versões reduzidas (20 minutos), de segunda a sexta-feira, às 06:00, na RTP1, tendo, também, tido repetições na RTP África e RTP Internacional.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Apresentação do programa: Visando mostrar ambos os géneros e a diversidade étnica existente na sociedade portuguesa, o programa continuou a contar com um leque diversificado de apresentadores, representando as três maiores comunidades residentes em Portugal, designadamente, a conhecida apresentadora Cláudia Semedo, de ascendência africana, a desempenhar o papel de *pivot*, a coapresentadora Viktoriya Starchenko, de nacionalidade ucraniana e o coapresentador Renato Tezolin, de nacionalidade brasileira.



Rubricas: em 2013 o programa continuou a ser desenvolvido a partir de inúmeras rubricas, a destacar:

- *Vox Pop:* sempre com questões atuais e relacionadas com a temática do programa.
- Entrevista em estúdio: conduzida por Cláudia Semedo, com convidado(a) reconhecido(a) na sua área.
- Enquadramento: reportagem que pretende aprofundar o tema central do programa.
- História de Vida: reportagem centrada na história de vida inspiradora de um(a) imigrante.
- *Samba na Cozinha:* reportagem do coapresentador Renato Tezolin. Consiste em visitar um restaurante intercultural e acompanhar a sua gastronomia.
- *Escolhas:* reportagem sobre os jovens e projetos do programa Escolhas.
- *Nós por Aí:* rubrica a cargo da coapresentadora Viktoriya Starchenko em que esta descobre, com o olhar curioso de quem vem de fora, aspetos e locais típicos da cultura portuguesa.
- Entrevista de Agenda: centra-se em figuras e personalidades ligadas à cultura e com raízes culturais diversificadas.
- Agenda multicultural: seleção de eventos multiculturais.
- Notícias: rubrica que consiste num noticiário de *short-news* conduzido por Viktoriya Starchenko, um espaço para as notícias sobre imigração e diálogo Intercultural.
- Entrevistas de Noticias: centra-se em assuntos que marcaram a atualidade no âmbito das políticas de imigração.
- Consultório: centrada em tirar dúvidas aos imigrantes em todos os âmbitos das políticas de imigração.
- A aposta numa integração cada vez maior das diversas comunidades assentou, sobretudo, em reportagens dinâmicas e diferentes dedicadas àquilo que as comunidades que escolheram Portugal para viver necessitam conhecer para melhor viverem e interagirem com a sociedade portuguesa.

Convidados: A opção recaiu sobre pessoas de diferentes nacionalidades ou que de algum modo tenham relação com questões ligadas à imigração e ao diálogo intercultural, desde empreendedores imigrantes de sucesso, líderes nas diversas áreas da integração, histórias



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

inspiradoras de jovens promissores, investigadores, até responsáveis governamentais com a tutela da área da Imigração, responsáveis do Programa Escolhas e do ACIDI e, sobretudo, pessoas com histórias enaltecedoras de imigração para contar aos espetadores.

Temas dos programas: Em 2013, a título de exemplo, seguem algumas das temáticas abordadas no programa:

- Programa "Nós" dedicado aos Imigrantes e as Artes
- Programa "Nós" dedicado ao Empreendedorismo
- Programa "Nós" dedicado ao Reagrupamento Familiar
- Programa "Nós" dedicado a Portugal Multicultural
- Programa "Nós" dedicado ao Programa Escolhas
- Programa "Nós" dedicado a Bairros Interculturais
- Programa "Nós" ao Recenseamento Eleitoral para Imigrantes
- Programa "Nós" dedicado a Diversidade nos Media
- Programa "Nós" dedicado à Educação para a Interculturalidade
- Programa "Nós" dedicado a 10 anos de políticas de imigração - Novos desafios
- Programa "Nós" dedicado ao Ano Europeu dos Cidadãos
- Programa "Nós" dedicado a Artes de Rua
- Programa "Nós" aborda o simbolismo das religiões
- Programa "Nós" dedicado a Família do Lado - a festa da Gastronomia
- Programa "Nós" dedicado ao Desporto Intercultural - Corfebol sem Fronteiras
- Programa "Nós" dedicado aos ventos de mudança nas mulheres ciganas
- Programa "Nós" - A China aqui tão perto

53

Reportagens: As temáticas giraram em torno da imigração e do diálogo intercultural. Abordaram temas como diálogo inter-religioso, responsabilidade social das empresas, empreendedorismo imigrante, comunidades ciganas, gastronomia, artes, associativismo imigrante, projetos do Programa Escolhas, iniciativas do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, e muitas histórias de vida.

You Tube, RTP Play e Sinopses: Semanalmente as principais reportagens do programa foram colocadas *online* no *You Tube* e o programa completo ficou disponível logo após a exibição na RTP Play. Semanalmente foram, também, amplamente divulgadas as sinopses dos programas, com as temáticas, convidados em estúdio e reportagens dos temas visados em cada episódio, junto, quer de toda a rede de parceiros, como junto de todos os subscritores da *newsletter* do ACIDI. Em 2013, o programa "Nós" foi, ainda massivamente publicitado através de um *outdoor* fixado na sala de espera do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa, com visibilidade para os milhares de cidadãos e cidadãs imigrantes que se dirigem aquele Centro de Atendimento.



Plataformas Online/redes sociais: O "Nós" esteve muito presente nas redes sociais, sendo o *Facebook* a plataforma onde teve uma maior adesão por parte dos espetadores. Regularmente foram deixados *posts* nas redes sociais, divulgadas as sinopses dos programas. As redes foram



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

também dinamizadas com o auxílio de um rodapé no final de todos os programas, sendo visível, logo após o final de cada emissão, o número de pedidos de amizade/comentários/mensagens a sucederem-se. <https://www.facebook.com/ProgramaNos>

Interação com o público: Todas as semanas foram colocadas questões pertinentes e relacionadas com as temáticas e convidados em estúdio aos telespectadores. Os prémios atribuídos foram, sobretudo, publicações relacionadas com as temáticas abordadas.

Audiências: As audiências mantiveram-se relativamente idênticas às do ano 2012, tendo acompanhado as médias dos canais emissores, RTP1 e RTP2. Só na RTP2 o número total de espetadores em 2013 rondou os 2.000.000, sendo acompanhado de igual valor pela soma de todas as repetições na RTP1.

O programa “Nós”, iniciativa do ACIDI, em parceria com a RTP, foi cofinanciado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e produzido pela *Companhia de Ideias Anónimas – Media, Lda*.

3. Programa de rádio “Gente Como Nós”, na Antena 1



O “Gente como Nós” programa de rádio semanal, com uma média de 20 minutos, na Antena 1, continuou, em 2013, a procurar sensibilizar a opinião pública para as questões da integração e do acolhimento. Dele fizeram parte muitas e variadas histórias de vida com o objetivo de dar a conhecer os percursos empreendedores de imigrantes que escolheram Portugal para trabalhar e viver. Foram relatos na primeira pessoa que mostraram o mosaico intercultural em que se transformou a sociedade portuguesa.

No decorrer de 2013, foram emitidos na Antena 1 uma série de 52 programas de rádio “Gente Como Nós”. Os referidos programas, com uma duração média de 20 minutos, tiveram como base entrevistas e reportagens produzidas para temáticas específicas, tendo, nos primeiros meses do ano, sido complementadas por conteúdos produzidos pelo programa “Nós”.

Temas “Gente Como Nós”: No ano de 2013 foram inúmeros os temas abordados, tendo como ponto de partida a interculturalidade, a vivência dos imigrantes em Portugal e a troca de experiências com os portugueses. De entre os muitos acontecimentos com cobertura, destaque para as seguintes emissões:

- Emissão 1 fevereiro: Nilza Alves vive e trabalha em Lisboa, onde é motorista de táxi há quase dois anos. Percorremos as ruas da capital à boleia desta imigrante enquanto escutámos a sua história, que começou no estado brasileiro de São Paulo e se escreve, há seis anos, em Portugal.
- Emissão 8 fevereiro: Reportagem alargada sobre Escola de Samba “Tropa no Coqueiro”, em Sesimbra, no âmbito do Carnaval 2013.
- Emissão 3 março: Programa dedicado ao “corte e costura”. Um curso para alfaiates africanos imigrantes e um ateliê de costura gerido por uma ucraniana são dois projetos



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

que mostram o lado positivo do fenómeno da imigração em Portugal. São iniciativas que visitámos nesta emissão de Gente Como Nós.

- Emissão 15 março: Programa dedicado ao Dia Internacional da Mulher com reportagem junto das novas instalações da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas em Amora, Seixal.
- Emissão 22 março: Reportagem com a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. A coordenadora Juliana Moya, brasileira, falou sobre o trabalho na unidade de apoio e a experiência enquanto imigrante, e “Maria”, nome fictício de uma alemã, partilhou o testemunho enquanto vítima de violência doméstica.
- Emissão 29 março: Nesta emissão assinalaram-se os 10 anos de existência de Políticas Públicas dedicadas à Imigração e demos destaque à nova “geração” de projetos patrocinados pelo Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante.
- Emissão 7 abril: Porque a religião é parte do património cultural de cada povo decidimos conhecer a fé Bahá’í, religião monoteísta que acredita na existência de um só Deus. Quem são e como vivem os Bahá’ís em Portugal? O “Gente como Nós” explicou tudo.
- Emissão 12 abril: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Portugal. Os seis países estiveram de mãos dadas no programa “Gente como Nós” com a reportagem na Mostra Multicultural na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda.
- Emissão 14 junho: Reportagem alargada “por ruelas e calçadas da Ribeira até à Foz” com uma imigrante da Rússia no Porto. Elena passeou-se com o microfone do “Gente como Nós” no centro histórico portuense contando como chegou a Portugal, como se integrou e também falou de São Petersburgo, cidade que deixou para viver o amor com um português...
- Emissão 21 junho: Com o verão a chegar fomos à descoberta da noite africana em Lisboa! Convidámos um colega de profissão, o jornalista João Rosário da RTP com origens africanas, a traçar o itinerário para uma noite lisboeta diferente.
- Emissão 28 junho: Reportagem para assinalar a criação do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, uma plataforma que vai juntar representantes de entidades e instituições para procurar soluções que garantam a integração plena na sociedade.
- Emissão 11 outubro: Custódio Langane é um moçambicano que chegou a Portugal motivado pela religião católica. O padre da Obra da Rua, uma instituição em Maputo, falou sobre a vocação de missionário e a experiência na paróquia de Igreja Nova, em Mafra.
- Emissão 18 outubro: 2013 foi o Ano Europeu dos Cidadãos. Os coordenadores do AEC em Portugal apresentaram os objetivos e metas a atingir, e ainda revelaram o que tem sido feito para aproximar os portugueses da Europa e das instituições europeias.
- Emissão 22 novembro: Cinco estudantes portuguesas estiveram na cidade da Praia, em Cabo Verde, para um estágio em medicina tropical. Nesta emissão revelaram episódios desta experiência nos serviços hospitalares na capital cabo-verdiana, mas também evocaram o enriquecimento pessoal no contacto com a cultura africana.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Emissão 29 novembro: Programa dedicado à iniciativa “Família do Lado” com acompanhamento dos almoços entre uma família portuguesa e outra moldava, em Torres Vedras, e entre três estudantes africanos e uma família portuguesa, em Moura.
- Emissão 6 dezembro: Acompanhamento do “Fórum Diálogo Inter-religioso: um contributo para a cidadania em tempos de globalização”, que serviu de promoção ao entendimento e diálogo entre todas as crenças, credos e religiões.

Além de reportagens, entrevistas e informações, o “Gente como Nós” destacou, em 2013, um grande número de eventos culturais e sociais ligados à temática da imigração, tendo sido feitas inúmeras notícias, destaques de agenda e referências aos serviços institucionais prestados pelos CNAIs e CLAIs.

O programa “Gente como Nós”, programa da iniciativa do ACIDI, I.P. em parceria com a Antena 1 (RTP), foi cofinanciado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e produzido pela PGM – *Produção de Rádio e Televisão*.

4. Produção de materiais informativos e promoção de iniciativas de sensibilização

A produção de materiais informativos, a organização de iniciativas de promoção da diversidade nos media e a comunicação por via da *newsletter* temática do ACIDI foram da responsabilidade do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) no âmbito de candidaturas (projetos) a Fundos Comunitários. No caso, descreve-se o trabalho executado durante o ano de 2013, no que respeita a duas candidaturas cofinanciadas pelo Programa Operacional de Potencial Humano (POPH) – Materiais Informativos no âmbito da Imigração e Promoção da Diversidade nos Media – e uma candidatura do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) – Informação em Papel e Websites. No contexto das atividades imputadas a estes projetos, o trabalho do GECI consistiu na execução de várias fases que implicaram a execução física e/ou digital de materiais informativos e de sensibilização sobre a imigração e o diálogo intercultural para serem difundidos quer junto dos cidadãos imigrantes que se deslocaram diariamente à rede de serviços de atendimento (CNAI's, CLAII, etc), como junto dos parceiros estratégicos do ACIDI, sejam o COCAI, a CICDR, as associações de imigrantes, as ONG, as autarquias, os centros de saúde, em iniciativas pontuais internas ou externas ao Instituto, e demais público que demonstre interesse nestas temáticas; a promoção da diversidade e da interculturalidade nos órgãos de comunicação social através da organização anual de um Prémio de Jornalismo e de seminários dirigidos a jornalistas.

Materiais Informativos no âmbito da Imigração e Diálogo Intercultural: Durante o ano de 2013 e à semelhança dos anos anteriores, o GECI monitorizou a execução física de brochuras, desdobráveis, cartazes e demais suportes informativos dos seus Gabinetes, em papel e em versão digital (disponíveis no portal do ACIDI). Estes produtos destinaram-se, essencialmente, à divulgação da missão do ACIDI, incluindo-se o planeamento e execução de materiais para iniciativas pontuais ou a que o ACIDI se





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

associou. Nesse âmbito, a título de exemplo, destacam-se, apenas, alguns dos materiais produzidos:

- Brochura informativa do ACIDI;
- Marcadores Linha SOS Imigrante/ Serviço de tradução telefónica;
- Desdobrável “Serviço Doméstico” em Português;
- Brochura Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (versão em português e inglês);
- *Merchandising*: sacos, fitas de pescoço, bandanas, para divulgação do Instituto nas iniciativas que promove ou a que se associa – articulação com o design e respetivos fornecedores de bens.

5. Promoção de eventos de sensibilização

Prémio de Jornalismo Pela Diversidade Cultural 2013: A edição do Prémio de Jornalismo que o ACIDI organiza anualmente foi, em 2013, à semelhança das três últimas edições, subordinada ao tema da Diversidade Cultural, tendo como objetivo "premiar os melhores trabalhos realizados por profissionais da comunicação social que retratem e/ou promovam a diversidade cultural enquanto ativo de uma sociedade mais justa e mais plural", entendendo o ACIDI que os media constituem um meio privilegiado de promoção da diversidade cultural e de denúncia de discriminação e xenofobia na sociedade portuguesa.



57

As candidaturas estiveram abertas a jornalistas habilitados com Carteira Profissional e cujos trabalhos tivessem sido publicados ou emitidos em órgãos de comunicação social sediados em Portugal, entre janeiro de 2012 e 30 de abril de 2013, e que se enquadrassem nos termos definidos pelo respetivo regulamento do Prémio. O prazo de entrega de candidaturas decorreu entre 1 de março e 30 abril de 2013, estando previstas as seguintes categorias: Imprensa Escrita, Televisão, Órgãos de Informação Regionais e Locais, Media Étnicos, Rádio e Fotojornalismo, cada uma com um prémio pecuniário no valor de € 2.250, e a maior distinção, o Prémio Diálogo Intercultural, no valor de € 4.500, a atribuir ao/s trabalho/s, de entre as várias categorias, que o júri considerasse melhor abordar o tema da diversidade cultural. À edição de 2013 concorreram 39 trabalhos. Os cinco membros do concurso, constituído pelos jurados Adelino Gomes, Cesário Borga, Deolinda Almeida, Fernando Cascais e Roberto Carneiro que, numa primeira fase, analisaram os trabalhos individualmente e, posteriormente, se reuniram para decidir as distinções que viriam a ser comunicadas oficialmente na cerimónia de entrega do Prémio, decidiram distinguir os seguintes trabalhos em 2013:

- *Prémio Diálogo Intercultural*: “Seleção de Esperanças” de Mafalda Gameiro, RTP 1 – Programa *Linha da Frente*;
- *Prémio Imprensa Escrita*: “O caminho para a liberdade” de Isabel Nery (texto) e José Carlos Carvalho (fotografia), Revista *VISÃO*;
- *Menção Honrosa Imprensa Escrita*: “Os vilões que viraram os bons da fita” de Liliana Garcia, Semanário *SOL*;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- *Menção Honrosa Imprensa Escrita*: “Futebol, cachupas e mornas em Bragança”, de Sérgio Pereira e Pedro Jorge Cunha, Portal *Maisfutebol*;
- *Prémio Televisão*: “Um dia vou ficar português”, de Susana André, SIC – *Grande Reportagem*;
- *Menção Honrosa Televisão*: “Alfaiates Africanos”, de Catarina Neves, Odacir Júnior e Jorge Costa, SIC – *Jornal da Noite*;
- *Prémio Rádio (Ex aequo)*: “Pontes entre nós”, de Álvaro Coimbra, *Antena 1*;
- *Prémio Rádio (Ex aequo)*: “Sou daqui e de lá” de Lília Almeida, *Antena 1* – Açores;
- *Prémio Media Étnicos*: “Esperança realizada”, de Vitaly Mirny, *Rádio Leste*;
- *Prémio Fotojornalismo*: “O bairro do mundo todo”, de Marcos Borga, Revista *VISÃO*

O júri decidiu não atribuir qualquer distinção na categoria Órgãos de Informação Regionais e Locais.

Tendo em vista galardoar os jornalistas selecionados pelo júri, a cerimónia de entrega dos prémios realizou-se no dia 25 de junho, no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa, numa cerimónia que contou com presença da Alta-comissária, do Secretário de Estado



Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, bem como de parceiros estratégicos do ACIDI, a par da presença de muitos outros profissionais da comunicação social. A cerimónia, apresentada pela conhecida Cláudia Semedo, enquanto rosto do programa “Nós”, contou com a participação de artistas oriundos de várias nacionalidades que, por meio de várias expressões artísticas - encenação de teatro infiltrado e danças representativas das comunidades imigrantes e comunidades ciganas presentes em Portugal -

transportaram a plateia para a riqueza do mundo da diversidade cultural. A iniciativa que se integrou nas comemorações dos *10 anos de Serviços de Apoio ao Imigrante*, foi encerrada com a inauguração da Galeria “Janela Intercultural”, um novo espaço no CNAI de Lisboa, com o objetivo de divulgar a “arte ao serviço da promoção da interculturalidade”.

Seminário “Media, Imigração e Diversidade”: Em parceria com o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR), o ACIDI organizou mais um seminário de sensibilização aos jornalistas. A ação decorreu nos dias 6 e 7 de dezembro de 2013, em Tomar, tendo como objetivo estimular o debate em torno da informação (ou escassez desta) acerca da imigração e diversidade cultural, bem como as questões éticas que diariamente se colocam a quem noticia estas matérias.



Na linha do que vem sendo feito, em 2013, o ACIDI organizou iniciativas para assinalar datas relacionadas com a sua área de ação (efemérides), além de outras, pontuais, planeadas pelos seus Gabinetes ou que se afirmaram pertinentes mediante a atualidade sociopolítica. Destacam-se, assim, algumas dessas iniciativas:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Celebrações dos 10 anos de Políticas Públicas de Integração dos Imigrantes em Portugal: iniciativa associada ao aniversário do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa e que contou com a presença da Senhora Presidente da Assembleia da República.



Concurso Nacional de Poemas e Contos Contra o Racismo: iniciativa do ACIDI e da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), lançada por ocasião do Dia Internacional de Luta pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (21 de março) e com entrega de prémios no *Dia Internacional da Tolerância*;

Projeto “Família do Lado (Next Door Family)”: Projeto de Promoção da Interculturalidade, dinamizada pelo Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes que integrou o processo de divulgação multimeios e culminou com a cobertura do almoço “Família do Lado”, no dia 24 de novembro de 2014.

Cerimónia de entrega do “Selo Escola Intercultural”: iniciativa do ACIDI, em colaboração com a Direção-Geral da Educação (DGE), que, incluiu desde a divulgação do concurso à entrega de prémios no *Dia Internacional dos Direitos Humanos*.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VI. PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE

Contribuir para a construção de uma sociedade mais aberta e inclusiva constitui-se como uma dimensão transversal das políticas de acolhimento e integração de imigrantes. Assim, ao longo do ano de 2013 manteve-se o investimento nas seguintes áreas:

1. Projeto ‘Cidadania e Interculturalidade’ através da dinamização de ações de informação/sensibilização e seminários dinamizados pela Bolsa de Formadores (BF);
2. Atribuição do selo ‘Escola Intercultural’;
3. Mediação Intercultural em Serviços Públicos.

1. Cidadania e Interculturalidade

Numa lógica de continuidade, a promoção da interculturalidade constitui-se como uma linha de intervenção levada a cabo pela *Bolsa de Formadores* (BF) que, desde 2006, tem por base uma equipa móvel de cerca de 30 formadores/as que dinamiza, gratuitamente e a pedido de entidades públicas e privadas, ações de informação/sensibilização e seminários no domínio do acolhimento e integração de imigrantes.

Esta equipa caracteriza-se pela sua dispersão geográfica em território nacional e pela diversidade de perfis, e constitui-se como uma aposta numa política de proximidade e de intervenção a medida, em que é a administração pública que vai ao encontro dos cidadãos e das cidadãs. A equipa de formadores/as constitui-se portanto como uma extensão do ACIDI, IP, agente de intervenção social e interlocutor privilegiado.

O desenrolar do projeto tem vindo a confirmar a diversificação das entidades que manifestam interesse nestes domínios, contribuindo para a visibilidade e apropriação dos princípios e valores de cidadania numa grande diversidade de setores e públicos.

Em 2013, a BF realizou um total de 73 ações de sensibilização/informação e seminários, num total de 300 horas, abrangendo cerca de 1.530 participantes, distribuídos do seguinte modo:

Módulo	Número de Participantes	Número de Horas
Aprender com Histórias: primeiros passos para a interculturalidade	66	11
Diálogo Intercultural	206	36
Diálogo Inter-Religioso	55	13
Educação Intercultural	81	24
Educação Intercultural Escolas	252	70
Educação Intercultural Jovens	163	28
Lei da Imigração	244	45
Lei da Nacionalidade	46	14
Mitos e Fatos sobre a Imigração em Portugal	123	22
Saúde, (I)Migração e Diversidade Cultural	83	13
Portugues(as) Ciganos (as): Cidadania e Interculturalidade	96	24



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Em 2013, para além das ações, realizou-se um encontro de formação para três novos formadores em que participaram e colaboraram outros formadores da BF ainda em processo de integração. Neste encontro, procurou-se refletir sobre diversas perspetivas e dimensões da aprendizagem intercultural e perspetivar a articulação entre o processo de aprendizagem e a prática de formador, tendo em vista consolidar o seu processo de integração.

Este ano ficou ainda marcado pelo processo de consolidação do *Handbook de Formação*, no respeitante à reflexão sobre novas áreas de formação. Em 2013 continuaram também os trabalhos de desenvolvimento de novos módulos de formação da bolsa – *Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade e Mediação Intercultural* – e a construção de alguns dos materiais de apoio (nomeadamente, o desdobrável sobre a Mediação Intercultural e o caderno sobre Comunidades Ciganas).

2. Selo ‘Escola Intercultural’

O Selo *Escola Intercultural* visa distinguir as escolas que se destacam na promoção de projetos com vista ao reconhecimento e valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as. É uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação e Ciência e do ACIDI, na perspetiva de contribuir para que as escolas disponham de instrumentos de promoção do desenvolvimento pessoal de adultos, crianças e jovens, de uma cidadania ativa e de construção de ‘sociedades democráticas que respeitem a diversidade cultural e linguística’ (cf. Comissão Europeia, 2001).

61

No ano de 2013, realizou-se a 2ª edição desta iniciativa, na qual foram analisadas e avaliadas 28 candidaturas e atribuídos 10 selos às seguintes escolas:

- Centro de Estudos de Fátima
- Escola Básica de Castro Marim
- Escola Básica e Secundária Ordem de Sant’Iago, Setúbal
- Escola Básica Eugénio de Andrade, Porto
- Escola Básica João da Rosa, Olhão
- Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, Sesimbra
- Escola Básica Vasco da Gama, Sines
- Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte, Marinha Grande
- Escola Secundária Júlio Dantas, Lagos
- Jardim Infantil do Centro Social Paroquial Vera-Cruz

3. Mediação Intercultural em Serviços Públicos

O *Projeto de Mediação em Serviços Públicos* (MISP) é promovido pelo ACIDI, em parceria com Câmaras Municipais e Associações de Imigrantes. Na sua segunda geração (que decorre entre janeiro 2012 e maio de 2014), com enfoque em equipas municipais de mediação



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

intercultural (EMMI), o MISP tem como objetivo desenvolver uma intervenção assente nos princípios da interculturalidade e de mediação em territórios municipais, promovendo novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, para o desenvolvimento local e a coesão social.

O projeto encontra-se estruturado em três eixos de intervenção (apoio aos profissionais e instituições, participação social e cidadã e convivência intercultural), baseando-se em três princípios, que se cruzam e se alimentam continuamente (princípio da mediação, princípio da interculturalidade e princípio da intervenção comunitária).

Com quatro Equipas Municipais de Mediação Intercultural (EMMI) nos municípios de Amadora, Cascais, Loures e Setúbal, para o MISP não existem participantes mas sim protagonistas, em que todos têm um papel ativo a desempenhar, a saber: os cidadãos, com enfoque nos cidadãos nacionais de países terceiros; as estruturas formais e informais da sociedade civil; as entidades parceiras (Câmaras Municipais e Associações de Imigrantes); a equipa central do projeto e os recursos técnicos locais (agentes de mediação intercultural).

Cada EMMI é composta por um profissional da Câmara Municipal, afeto a 100% ao projeto e que coordena a equipa, e por 3 a 5 agentes de mediação intercultural (AMI) colocados por associações de imigrantes parceiras do projeto.

O MISP integra 13 entidades parceiras (ACIDI, Câmara Municipal de Amadora, Câmara Municipal de Cascais, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Setúbal, Associação de Apoio ao Estudante Africano e Comunidades, Mediar – Associação Nacional de Mediação Sociocultural, Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde – AJPAS, Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, Associação Edinstvo, Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sociocultural-PROSAUDESC, Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude e Centro Cultural Moldavo).

Neste ano retomou-se o trabalho com a Universidade Autónoma de Madrid (UAM) centrado na capacitação técnica da equipa central de coordenação e das quatro EMMI. A formação constitui uma atividade estruturante do projeto, nomeadamente através do modelo ARCA – ação, reflexão, contextualização e ação. A formação da equipa central teve lugar através das seguintes ações:

- Workshop sobre Comunidades Ciganas, em Cascais, a 30 de janeiro;
- Seminário de Mediação, a 11 e 12 de abril na Universidade Autónoma de Madrid;
- Gestão de Projetos de Intervenção Social, a 15, 16 e 22 de abril pela Rede Europeia Anti-pobreza;
- Formação sobre Tráfico de Seres Humanos, a 27 de setembro, ministrada pela CIG;
- Formação sobre Avaliação e Monitorização de Projetos, a 5 de novembro, ministrada pelo Prof. Paulo Teixeira;
- Formação sobre Aquisição de Procedimentos FEINPT, a 18, 21 e 26 de novembro;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Formação em Excel e Inglês, ministrada pelo IIEFP, nos meses de novembro e dezembro.

A formação das EMMI esteve a cargo da equipa UAM (Seminário de Mediação, em Madrid a 11 e 12 de abril dirigido às coordenadoras das EMMI), pelos formadores da Bolsa de Formadores do ACIDI sob os temas da Lei da nacionalidade (5 de março) e regulamentação da Lei da Imigração (23 de abril), pela CIG sob o tema Tráfico de Seres Humanos (27 de setembro) e pela DGS e ARSLVT -Departamento de Saúde Pública, sob o tema Saúde Mental (manhã de 15 de novembro) no âmbito do Programa Nacional para a Saúde Mental.

No âmbito do acompanhamento às EMMI e monitorização do projeto, a equipa central realizou 7 sessões de supervisão conjunta com as quatro EMMI (30 de janeiro, 22 de março, 9 de abril, 31 de maio, 23 de outubro, tarde de 15 de novembro e 13 de dezembro) sob os temas de mediação, fortalecimento comunitário, saúde e educação. Foram ainda trabalhados os planos estratégicos com cada uma das EMMI e realizadas cerca 24 visitas de acompanhamento. Nas instalações de cada Câmara Municipal, foram ainda promovidas duas reuniões do Conselho Local de Acompanhamento, em que esteve presente a equipa de coordenação, no total de oito reuniões de Conselhos Locais.

Uma vez que a equipa central do projeto MISP integra juristas com certificação de formador, ministrou igualmente formação nos territórios das EMMI, quer a profissionais e instituições, quer a cidadãos nacionais de países terceiros: na escola Seomara da Costa Primo, na Amadora, aos professores e outros profissionais sobre lei da Imigração a 10 de julho, e no Centro Social de Amadora no Bairro 6 de Maio, na Amadora, aos cidadãos/utentes sobre lei da imigração, a 12 de dezembro. De salientar ainda que foi organizado o Fórum do Dialogo Inter-Religioso, na Amadora, uma parceria com a CM Amadora, a 21 de Novembro, no qual participaram as quatro EMMI.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VII. PROGRAMA ESCOLHAS

O Programa Escolhas (PE), criado em 2001 pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 4/2001 de 9 de janeiro, tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. A atual 5ª Geração do Programa Escolhas (E5G) foi estabelecida através da RCM nº 68/2012, de 9 de agosto, efetivando-se a renovação do Programa Escolhas para o período de 2013 a 2015.

Os participantes prioritários do PE são as crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, residentes em contextos socioeconómicos vulneráveis, nomeadamente as crianças e os jovens em situação de absentismo escolar, insucesso escolar, abandono escolar precoce, em situação de desocupação, com comportamentos desviantes, bem como crianças e jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e a medidas de promoção e proteção. Consideram-se ainda os familiares das crianças e jovens integrados nos projetos enquanto participantes indiretos.

Os projetos locais são dinamizados por consórcios de instituições que mobilizam 936 parceiros locais que, consolidando o modelo das gerações anteriores do PE, investem no desenvolvimento de atividades. As atividades estruturam-se em torno de cinco medidas prioritárias: I - Inclusão escolar e educação não formal; II - Formação profissional e empregabilidade; III - Participação cívica e comunitária; IV - Inclusão digital; V - Empreendedorismo e capacitação.

64

Indicadores de Evolução do Programa Escolhas (2001 a 2015)	1ª Geração (2001-2003)	2ª Geração (2004-2006)	3ª Geração (2007-2009)	4ª Geração (2010-2012)	5ª Geração ⁴ (2013-2015)
Número de locais de intervenção	50	87	120	134	110 + 31
Número de destinatários	6.712	43.199	85.021	89.232	69.000 ⁵
Número de técnicos envolvidos	170	394	480	850	911
Número de concelhos com projetos	17	54	70	71	66
Número de parceiros	111	412	776	1040	936

Em termos gerais, o ano de 2013 marcou o arranque da 5ª Geração do Programa Escolhas, a qual decorrerá no período compreendido entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2015. Simultaneamente, durante 2013 foram encerrados os processos pedagógicos e financeiros referentes à 4ª Geração (2010-2012).

⁴ Os dados referem-se apenas aos 110 projetos aprovados até 31 de dezembro de 2013. Com a aprovação de 16 projetos adicionais em 2014, e de 15 projetos em 2015, as metas serão revistas em alta para um universo expectável de 141 projetos no E5G.

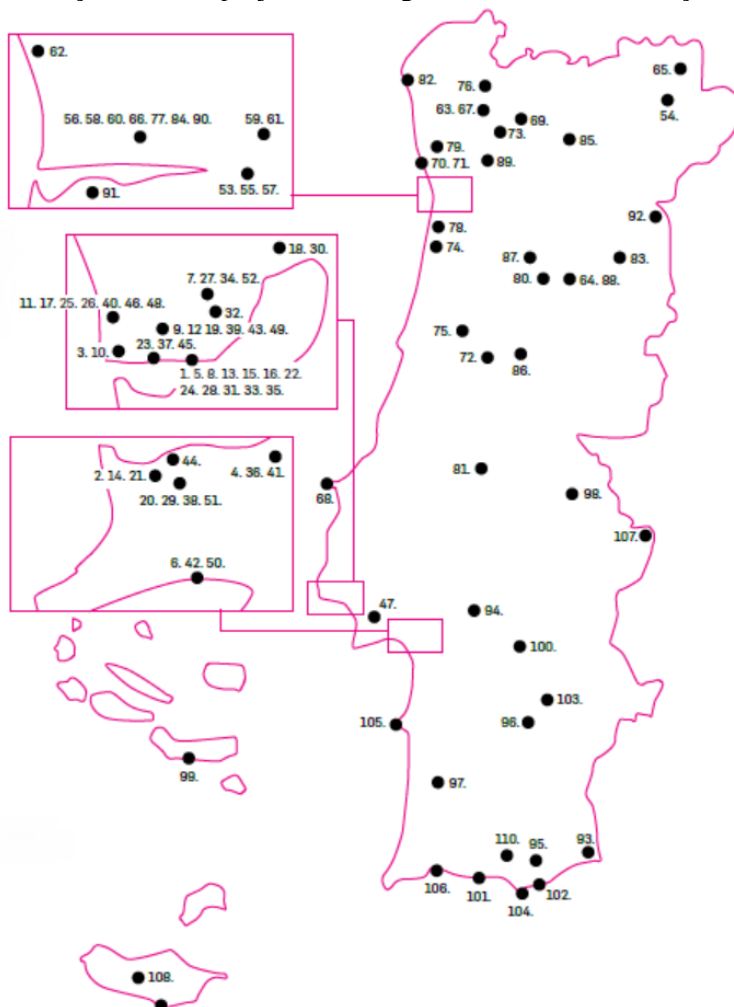
⁵ Metas previstas em candidatura para os 3 anos da 5ª Geração (2013-2015).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Em 2013 foram financiados 40 projetos na Zona Norte e Centro (NUT II Norte e Centro); 52 na Zona Lisboa (NUT II Lisboa) e 18 projetos na Zona Sul e Ilhas (NUT II Algarve, Alentejo e Regiões Autónomas), num total de 110 projetos locais, de acordo com a seguinte distribuição:

Figura 1. Distribuição dos 110 projetos do Programa Escolhas 5ª Geração (2013 a 2015).



Ainda no decorrer do ano de 2013, e tal como previsto no n.º 17 da RCM 68/2012 que estabelece a possibilidade do coordenador nacional do Programa Escolhas lançar novos períodos de candidaturas de cariz pontual e experimental, foi efetivado um novo período de candidaturas ao PE que decorreu entre 17 de setembro a 31 de outubro. Deste modo, foram selecionados 16 projetos de caráter experimental e inovador na área do emprego e empregabilidade para jovens em risco, a iniciarem em janeiro de 2014.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Projetos pontuais na área do emprego/empregabilidade

Nome do projeto	Local	Resumo
BiscoiTOP – E5G	Valongo	Negócio social de venda ambulante de biscoitos por jovens, em parceria com as fábricas tradicionais da cidade.
Keep Calm & We Work – E5G	Paredes	Oficinas de jardinagem e limpeza de automóveis, potenciando formação profissional à medida e emprego para jovens.
Eu tenho uma Escolha – E5G	Gondomar	IMPEC – Empresa de serviços de limpeza industrial e Loja/formação em arte urbana.
Mãos à Obra – E5G	Porto	Serviços <i>low cost</i> à comunidade em reparações, limpezas e outros serviços.
GAB Jovem US – E5G	Abrantes	Formação em produção e gestão agrícola para criação de uma cooperativa agrícola.
SPEAK Empowerment – E5G	Leiria	Capacitação, formação e consultoria para potenciar a criação do próprio negócio.
Empregue Habilidade – E5G	Loures	Ginásio social com café, espaço internet e galeria de exposição de arte e artesanato no bairro da Quinta da Fonte.
Fadas do Lar – E5G	Lisboa	Desenvolvimento pessoal e emprego apoiado para empregadas de limpeza provenientes de comunidades vulneráveis.
Sons à Margem – E5G	Loures e Seixal	Desenvolvimento de capacidades técnicas e artísticas em jovens artistas para a produção e criação com certificação formal.
Work & Shop – E5G	Lisboa e Amadora	Formação de jovens para a criação de produtos artesanais para criação de modelos de negócios sociais.
Abrir a porta às Escolhas – E5G	Lisboa e Porto	Plataforma <i>online</i> de apoio à transição para a vida ativa, promovendo experiências de empregabilidade de curta duração.
ROM(A)MOR – Novo Rumo – E5G	Vidigueira	Formação profissional para jovens de etnia cigana em atividades agrícolas e de criação de equídeos.
Albergue Juvenil – E5G	Lagos	Albergue juvenil com a realização de estágios e a criação de postos de emprego, apostando no turismo <i>low cost</i> .
Alinhavos – E5G	Moura	Negócio social de costura e arranjos com formação e integração socioprofissional de jovens de etnia cigana.
TXILAR – E5G	Mértola	Formação de jovens como animadores turísticos para desenvolvimento da atividade em Mértola.
Hospital das Coisas – E5G	Olhão	Formação em artes manuais e reutilização criativa numa oficina de serviços a baixo custo (vestuário, acessórios e mobiliário).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Os primeiros meses desta 5ª geração ficaram marcados pelo esforço inicial de implementação dos 110 projetos, tendo sido apresentado a todos os projetos o modelo de acompanhamento e avaliação previsto no regulamento do PE (Despacho Normativo n.º 17/2012, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 158, de 16 de agosto). Nesse sentido, o ano ficou assinalado por um elevado número de visitas aos projetos (557), num total de 434 reuniões de acompanhamento trimestrais, 31 visitas sem agendamento prévio e 92 visitas de apoio técnico adicional. Ao nível do acompanhamento da equipa central aos projetos foram produzidos e analisados os primeiros relatórios semestrais e quadrimestrais dos 110 projetos, bem como analisados os respetivos planos detalhados de atividades enviados semestralmente à equipa central do Programa Escolhas, num total de 997 documentos produzidos e analisados.

O plano de formação contínua previsto em Regulamento iniciou-se em março de 2013, no decorrer do seminário nacional subordinado ao tema “Liderar equipas criativas”, em Peniche. Posteriormente foi realizado um vasto conjunto de *workshops* temáticos e lançados diversos desafios aos 100 dinamizadores comunitários, num total de 18.391 horas de formação disponibilizadas a todas as equipas locais.

Dando continuidade a algumas das parcerias estratégicas já anteriormente estabelecidas, o PE enquanto centro de recursos estabeleceu novos protocolos, nomeadamente com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, com a Torke+CC, com a Associação Coolpolitics e com a Associação Sporting Clube de Portugal Rugby, aumentando assim o leque de respostas e de novas oportunidades para os projetos locais. No final do ano, foi celebrado um protocolo com o Instituto Padre António Vieira, tendo em vista a colaboração no projeto “Justiça para Todos”.

67

O ano de 2013 foi também um ano recheado de muitas iniciativas desenvolvidas pela estrutura central do Programa, permitindo trazer mais e melhores recursos para os projetos locais, e desta forma proporcionar experiências inovadoras e diversificadas para as crianças, jovens e familiares. Nesta área destaca-se a realização de mais uma edição do Escolhas de Portas Abertas (EPA) em que foram realizadas mais de 800 atividades, entre exposições, visitas, festivais, ateliês, teatro, entre outras. Destaca-se o lançamento da campanha Boas Notas dirigida para a comunidade cigana, salienta-se, ainda, a atribuição de bolsas de estudo através do projeto U CAN, o lançamento do concurso de ideias para jovens Mundar: muda o teu mundo e a realização de dois encontros das Assembleias de Jovens Escolhas.

No Verão de 2013 foi ainda possível promover a realização da segunda edição do Comboio Escolhas, integrada no programa oficial do Ano Europeu dos Cidadãos. Lançou-se, ainda, uma nova edição da Liga Escolhas e novas ações de *scouting* de moda e talentos artísticos nos distritos do Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro. A atribuição de distinções na área do mérito e progressão escolar e a realização de um grande evento anual, a GALA Escolhas, culminou um ano muito desafiante mas plenamente conseguido.

Ao nível da comunicação e divulgação, no ano de 2013 foram editados quatro números da revista Escolhas, destacando-se a produção de uma edição também em inglês. Em 2013, o *website* do PE atingiu 187.764 visitas, e foram publicadas nos media mais de 730 notícias acerca de atividades desenvolvidas localmente pelos projetos, e centralmente pelo PE. No



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

seguimento da anterior geração, o *Facebook* do Programa Escolhas continuou a ser um veículo relevante de divulgação do PE e dos seus projetos, sendo seguido por mais de 7200 pessoas.

Na senda da internacionalização e da partilha de boas práticas, destaca-se a seleção do Programa Escolhas como boa prática na publicação *Buenas prácticas Internacionales en prevención de delincuencia juvenil, no âmbito do Foro Internacional de Buenas Prácticas e Prevención de Delincuencia Juvenil*, promovido pelo Observatório Internacional de Justiça Juvenil, no âmbito do Programa Eurosócial II (uma iniciativa de cooperação técnica da Comissão Europeia, visando o aumento da coesão social na América Latina), financiado pela União Europeia. Destaca-se, ainda, a seleção do Programa Escolhas pela Comissão Europeia, que integrou o PE na base de dados europeia do *Small Business Act – SBA*, enquanto instituição pública reconhecida por boas práticas na área do empreendedorismo com jovens. Salienta-se, ainda, a convite da Comissão Europeia, a integração do PE na Rede SIRIUS – Rede de Políticas Europeias sobre a Educação de Crianças e Jovens Descendentes, que reúne organizações de mais de 30 países europeus.

Ao nível da avaliação externa, foi concluído o processo relativo à avaliação externa da 4ª Geração do PE, da responsabilidade da equipa da Professora Ana de Saint-Maurice do ISCTE, e lançado o concurso público para adjudicação de uma nova entidade responsável pela avaliação da 5ª Geração. Após concluído este processo, e mediante concurso público, a avaliação externa ficou sob responsabilidade do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP-UCP), através de uma equipa de peritos liderada pelo Prof. Joaquim Azevedo que apoiará a avaliação do PE por um *peer review* internacional, tendente a validar a metodologia do PE a nível internacional.

68

Salienta-se como aspeto muito positivo em 2013, a execução financeira do Programa Escolhas e dos seus projetos locais, que decorreu sem sobressaltos significativos ao normal funcionamento do PE e dos projetos locais.

Assim, e como balanço global do primeiro ano da 5ª Geração do Programa Escolhas, podemos destacar o envolvimento de 44.368 indivíduos em 216.115 sessões de trabalho. A maioria dos nossos participantes tem entre os 14-18 anos (23,14%) e são oriundos de mais de cem nacionalidades. No que concerne aos 20 indicadores globais (*outcomes*), da recolha de informação efetuada por todos os projetos e sistematizada pelo Programa Escolhas, é possível identificar os seguintes resultados:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Indicadores globais do Programa Escolhas em 2013

Indicadores por medida	Executado	Meta
Medida I		
1. Taxa de sucesso escolar global (%)	72,6%	80%
2. Reintegrações escolares (total)	916	1200
Medida II		
3. Encaminhamentos para formação e emprego (total)	4.768	2500
4. (Re)integrações em formação profissional e emprego (total)	2.476	500
Medida III		
5. Envolver parceiros nas atividades desenvolvidas (N)	1.453	550
6. Total de participantes na Medida III	22.813	20.000
Medida IV		
7. Certificar no domínio das TIC (total)	5.465	2.500
8. N.º de participantes nos CID (ind)	18.889	20.000
Medida V		
9. N.º de participantes em associativismo e empreendedorismo (total)	8.424	10.000
10. N.º de associações e iniciativas de emprego criadas (total)	80	30
Indicadores Gerais		
11. Participantes globais (indivíduos)	44.368	35.000
12. Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	33,7	45
13. Sessões totais com presenças (total)	216.115	200.000
14. Execução financeira global dos projetos (%)	86,3%	91%
15. Dinam. Comunitários com progressão escolar/projeto de vida (indivíduos)	77	20
16. N.º total de horas de formação interna por pessoa	32	31
17. N.º total de horas de formação (hora * formando)	18.391	16.000
18. N.º de contactos presenciais com os projetos locais (total)	557	500
19. N.º de inserções em comunicação social com referências positivas ao PE	688	300
20. N.º de visitas ao site do Programa Escolhas	187.764	175.000

Num contexto de dificuldades sociais acrescidas em muitos dos territórios vulneráveis onde o PE opera, podemos verificar que 16 das 20 metas estabelecidas foram largamente superadas, destacando-se os encaminhamentos e reintegrações em formação e emprego, as certificações nos Centros de Inclusão Digital e o número de iniciativas de emprego e associativas criadas.

O ano de 2013 foi, em geral, um ano em que continuámos a proporcionar boas escolhas aos que delas mais necessitam.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VIII. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

1. Enquadramento

Em 2013 a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) teve a seguinte constituição de conselheiros:

- *Representantes da Assembleia da República:* Deputada Maria Helena André (entretanto substituída pela Deputada Rosa Maria Bastos Albernaz) e Deputada Nilza Mouzinho de Sena
- *Representante do Departamento do Governo responsável pela Solidariedade e Segurança Social:* Joana Vallera
- *Representante do Departamento do Governo responsável pela Educação:* Lina Varela
- *Representante do Departamento do Governo responsável pelo Emprego e Economia:* Fernanda Estevez
- *Representantes das Associações de Imigrantes:* Djarga Seidi, Joana Ruivo e Iolanda Veiga. Relembramos que atendendo ao empate verificado nas eleições realizadas em 2012, Joana Ruivo e Iolanda Veiga acordaram em dividir o mandato, isto é, durante o período de 1 ano e seis meses, seria Joana Ruivo a representante com direito a voto (e Iolanda Veiga poderia participar nas reuniões da CICDR na qualidade de observadora) e depois desse período será Iolanda Veiga a ter assento na CICDR, com direito a voto.
- *Representantes das Associações Anti-Racistas:* José Falcão e João Silva
- *Representantes das Centrais Sindicais:* Catarina Tavares e Carlos Trindade
- *Representantes das Associações Patronais:* Helena Leal e António Vergueiro
- *Representantes das Associações de Direitos Humanos:* Teresa Tito de Moraes Mendes e Luís Braga
- *Representantes designados pelos restantes membros:* Macaísta Malheiros, Gustavo Behr e Victoria Konrad

70

2. Atividades da CICDR

Mantendo as suas funções e áreas de atuação em 2013 devem salientar-se as seguintes atividades da CICDR:

Reuniões Plenárias: em 2013, a CICDR realizou três reuniões plenárias. Estas reuniões decorreram, respetivamente, a 3 de janeiro, 10 de Abril e 18 de Outubro. No âmbito destas reuniões, a CICDR tomou conhecimento, pronunciou-se, emitiu parecer e deliberou, sobre várias questões, das quais se destacam:

- Acompanhamento da evolução dos principais processos de contraordenação e queixas decorrentes da prática de atos discriminatórios em função da raça, nacionalidade ou origem étnica;
- Eleição da Comissão Permanente da CICDR;
- Discussão do plano de atividades da CICDR para o triénio 2012 – 2015;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Apresentação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (versão final), aprovada no dia 27 de Março 2013, em Conselho de Ministros;
- Apresentação do Relatório Anual 2012 – UAVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial;
- Apresentação do *Projeto Netkard – Cooperation and Networking between Key Actors against Roma Discrimination*;
- Análise do 4.º Relatório da “European Commission against Racism and Intolerance” (“ECRI”) sobre Portugal;
- Bloqueios, exemplos e medidas consideradas importantes para o futuro Plano para a Integração dos Imigrantes.
- Projeto Boas Notas” – Promovido pelo Programa Escolhas, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Principais Ações Implementadas no decurso de 2013: para além das ações ordinárias da CICDR, há a assinalar, no decurso de 2013, a realização das seguintes atividades:

- Convite à Senhora Presidente da Assembleia da República, Dra. Assunção Esteves para visitar o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante no âmbito das celebrações dos 10 anos de Políticas Públicas de Integração dos Imigrantes e do Dia Internacional pela Luta Pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- Assinalando o *Dia Internacional de Luta pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial* (instituído pelas Nações Unidas) e aliando esta data ao Dia Mundial da Poesia, (21 de Março) o ACIDI, através da CICDR, decidiu instituir a realização de um Concurso de Poesia / Conto Contra o Racismo, com o objetivo de promover a poesia / conto enquanto veículos de combate ao racismo.
- Cerimónia da entrega dos prémios do *Concurso de Poesia/Conto contra o Racismo* que contou com mais de 500 participações. A cerimónia ocorreu no dia 15 de Novembro, no Cinema S. Jorge em Lisboa, pelas 16h00. Os vencedores de cada uma das categorias e as menções honrosas foram divulgados na cerimónia.

71

3. Comissão Permanente da CICDR

Deliberações em processos submetidos à sua apreciação: uma das competências essenciais da Comissão Permanente da CICDR é o acompanhamento da tramitação de processos de contraordenação apresentados no domínio da discriminação em função da raça, nacionalidade ou origem étnica. No âmbito da tramitação dos processos de contraordenação por práticas de atos discriminatórios em função da nacionalidade ou origem étnica, a Comissão Permanente da CICDR tem competências próprias para receber o relatório final da fase instrutória e pronunciar-se de forma não vinculativa sobre a sanção e aplicação das coimas e sanções acessórias. Do conjunto das queixas que deram origem a apreciação pela Comissão Permanente da CICDR em 2013 decorreram **38** deliberações, nos seguintes termos:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- 15 propostas de arquivamento de processos contraordenacionais por força das propostas constantes dos relatórios finais das Inspeções-Gerais competentes para a instrução dos processos;
- 8 solicitações de reabertura de instrução e solicitação de diligências complementares de prova e/ou esclarecimentos adicionais;
- 4 decisões de envio de processos contraordenacionais ao Ministério Público;
- 3 decisões de condenação de arguido.
- 8 processos em que foram solicitadas informações adicionais para tomada de decisão.

Breve análise do total das queixas recebidas em 2013: Em 2013 foram recebidas pela CICDR **60** queixas e 21 pedidos de informação. Das queixas resultaram os seguintes desenvolvimentos:

Desenvolvimentos das queixas recebidas em 2013	N
Processos de contraordenação enviados às inspeções-gerais competentes	19
Participações enviadas à Autoridade para as Condições do Trabalho (A.C.T.)	4
Participações reportadas à Linha Internet Segura	8
Participações enviadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (E.R.C.)	1
Participações reencaminhadas para a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE)	2
Participações incompletas/incorrectas	15
Participações enviadas ao Ministério Público	4
Processos abertos pelas Inspeções-Gerais	6
Participação enviada ao Conselho Superior da Magistratura	1
Total	60

72

Os números aqui apresentados relativos a processos de contraordenação não abrangem todos os processos/queixas referentes a práticas discriminatórias de âmbito laboral, uma vez que esses casos são da competência da Autoridade para as Condições do Trabalho. Também não são analisadas as queixas cujos factos se relacionam com a prática de crimes, muitas das vezes já na fase de investigação, em que a competência para a sua apreciação pertence às autoridades criminais. Sucede ainda que nem todas as queixas dão origem à abertura de processos de contraordenação. Várias razões justificam essa ocorrência, nomeadamente o facto de a mediação prévia ser bem-sucedida ou a verificação de ausência de resposta dos denunciante a pedidos de esclarecimentos formulados pela CICDR sobre aspetos essenciais do teor das queixas, de forma a poder habilitar e dar continuidade à respetiva tramitação.

As 60 alegadas situações discriminatórias distribuem-se pelas seguintes áreas: 10 relativas a forças de segurança, 10 por difamação pública, 9 no comércio, 5 nos media, 5 na área da educação, 5 na área laboral, 2 na área da saúde, 2 em transportes públicos e 12 em outras vertentes. Por sua vez, os 19 processos de contraordenação instaurados foram nas seguintes



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

áreas: 6 relativos a agentes de segurança; 4 processos no comércio; 2 na saúde; 2 nos transportes; 1 no ensino; 1 na área laboral; e 3 em outros serviços.

No que concerne à nacionalidade ou origem étnica das alegadas vítimas, do universo das 60 queixas recebidas, destacam-se os seguintes grupos: 14 queixas por a vítima ter sido identificada como “preta” ou “negra”, 11 queixas da etnia cigana, 7 queixas de vítimas identificadas de forma genérica como “imigrantes”, 6 queixas de indivíduos de nacionalidade brasileira, 3 de nacionalidade cabo-verdiana, 3 de nacionalidade guineense, 3 de nacionalidade romena, 2 de nacionalidade ucraniana, 1 de nacionalidade chinesa, 1 de nacionalidade somali, 1 de nacionalidade canadiana, 1 de nacionalidade angolana, 1 da nacionalidade da mauritânia, 1 de nacionalidade marroquina, e 1 queixa de uma vítima identificada como “asiático”. A estas queixas acrescem 2 queixas de judeus e 1 queixa de muçulmano. Em 2013 deram ainda entrada 9 queixas onde nem a nacionalidade nem a origem étnica era identificada pela vítima.

4. Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE)

A UAVIDRE resulta de um protocolo celebrado entre a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e o ACIDI, tendo entrado em funcionamento no dia 1 de maio de 2005. Esta Unidade presta apoio, de forma gratuita e confidencial, aos imigrantes vítimas de crimes em geral e a todas as vítimas de discriminação racial, imigrantes ou portugueses, disponibilizando informação genérica e apoio emocional, social, jurídico e psicológico de uma forma gratuita, confidencial, personalizada, humanizada e qualificada. Para além deste apoio, visa, igualmente, a promoção dos direitos dos imigrantes em território nacional e o conhecimento do seu estado de integração no mercado laboral.

No ano de 2013 a UAVIDRE registou 439 processos de apoio, realizando um total de 1307 atendimentos. Seguindo a tendências de anos anteriores, os crimes praticados no âmbito da violência doméstica representam mais de 75% dos crimes registados pela UAVIDRE. De acordo com os dados apurados, vindo em seguida outros crimes contra as pessoas (como as ofensas à integridade física), os crimes contra o património e as contraordenações (discriminação racial ou étnica).

No que se refere aos apoios específicos prestados, assinala-se:

- A prestação de informação jurídica foi prestada em 301 processos, sendo que o apoio jurídico específico traduziu-se em 8 informações ao processo-crime; 27 preenchimentos do requerimento de proteção jurídica; 8 informações ao processo de regulação das responsabilidades parentais; 3 propostas ao Ministério Público de aplicação de medidas de coação contra o arguido; 22 situações de apoio na redação de queixa ou denúncia; 6 pedidos de indemnização e 1 pedido de regulação ou alteração do exercício das responsabilidades parentais. O apoio jurídico revelou-se essencial para garantir a segurança dos utentes e o pleno exercício dos seus direitos em tempo útil, sobretudo nas situações em que não teriam direito ou que não poderiam aguardar pelo apoio judiciário providenciado pela Segurança Social.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Na vertente do apoio psicológico, em 2013 foram registadas 242 intervenções de apoio emocional; 5 intervenções psicológicas continuadas e 16 intervenções psicológicas pontuais. Também o apoio psicológico revelou-se essencial para remediar as consequências da vitimação e para prevenir a vitimação secundária nas mais diferentes tipologias de crime.
- Quanto ao apoio social, os registos verificados dizem respeito a articulação com casas abrigos (7 situações) e com a Linha Nacional de Emergência Social (2 situações) para o acolhimento de utentes e o fornecimento de alimentos (6 situações) para utentes em situação de risco.

No que se refere ao apoio direto prestado a vítimas de discriminação racial ou étnica, em 2013 a UAVIDRE registou um total de 50 processos de apoio. No âmbito destes processos, a equipa da UAVIDRE elaborou e encaminhou e nove queixas de contraordenação por práticas discriminatórias.

Paralelamente às situações de discriminação enquanto contraordenação, em 2013 a UAVIDRE registou também processos enquadrados no crime de ameaça e de ofensas à integridade física em que houve referência a motivos racistas ou xenófobos para a prática do crime.

As grandes fragilidades observadas pela UAVIDRE no que se refere à discriminação racial ou étnica são, por um lado, a falta de informação das próprias vítimas para reconhecerem as situações de que são alvo, e por outro, a falta de confiança nos serviços de apoio disponíveis e nas entidades responsáveis pelos processos criminais ou de contraordenação. Com o fim de colmatar tais fragilidades, a UAVIDRE realiza ações de sensibilização e outras iniciativas voltadas à disseminação de informações sobre as práticas discriminatórias legalmente proibidas e sobre os direitos das vítimas de práticas discriminatórias. Apesar dos esforços manifestados, ainda é sentida uma forte resistência por parte dos utentes em apresentar queixa (veja-se que em apenas 9 das 50 situações registadas houve o apoio para a redação da queixa), seja porque consideram que sentir-se discriminado faz parte do seu processo migratório, seja porque acreditam que um processo formal não terá um reflexo positivo para a superação da situação de vitimação vivida.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

IX. CONSELHO CONSULTIVO PARA OS ASSUNTOS DA IMIGRAÇÃO (COCAI)

1. Enquadramento

O Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) é o órgão consultivo que funciona junto do ACIDI e visa assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

Nos termos do n.º 4 do art.º 6º do DL n.º167/2007, de 3 de maio, ao COCAI compete por iniciativa própria ou sempre que para tal solicitado pelo alto/a-comissário/a: pronunciar-se sobre os projetos de diploma relativos aos direitos dos imigrantes; participar na definição das políticas de integração social que visem a eliminação das discriminações e promovam a igualdade; participar na definição de medidas e ações que visem a melhoria das condições de vida dos imigrantes e acompanhar a sua execução; participar na defesa dos direitos dos imigrantes com respeito pela sua identidade e cultura, formulando propostas com vista à sua promoção e, exercer outras competências, que lhe sejam atribuídas por lei.

2. Constituição

No que diz respeito à sua composição, nos termos do n.º2 do art.º6 do mesmo diploma, o Conselho Consultivo é composto pelo/a alto/a-comissário/a, que preside; um representante de cada uma das comunidades imigrantes dos países de língua portuguesa, que são designados pelas respetivas associações, desde que a representatividade destas seja reconhecida pelo Alto Comissariado; um representante de cada uma das três comunidades de imigrantes mais numerosas não incluídas na alínea anterior, designados pelas respetivas associações, desde que a representatividade destas seja reconhecida pelo Alto Comissariado; um representante das associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas b) e c), designados pelas respetivas associações, desde que a representatividade destas seja reconhecida pelo Alto Comissariado; um representante das instituições particulares de solidariedade social; dois representantes das instituições que trabalhem com imigrantes, designados pelo alto-comissário; dois representantes das associações patronais e dois representantes das centrais sindicais com assento no Conselho Económico e Social; dois cidadãos de reconhecido mérito, designados pelo alto-comissário; um representante do membro do Governo que tutela os assuntos relativos à emigração e comunidades portuguesas; um representante do membro do Governo responsável pela área da administração interna; um representante do membro do Governo responsável pela área da economia; um representante do membro do Governo responsável pela área do trabalho e da solidariedade social; um representante do membro do Governo responsável pela área da educação; um representante do Governo Regional dos Açores; um representante do Governo Regional da Madeira; um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Em resultado, em 2013, mantendo os mandatos iniciados em 2012, os conselheiros do COCAI foram os seguintes:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- *representante da Comunidade Angolana*, como efetiva, Vera Marina de Sousa Magalhães e como suplente Jerónimo David;
- *representantes da Comunidade Brasileira* Carlos Henrique Vianna Pereira e Ricardo Amaral Pessoa;
- *representante da Comunidade Cabo-verdiana*, Felismina Rosa Mendes;
- *representante da Comunidade Guineense*, Afonso Gomes;
- *representante da Comunidade Moçambicana*, Lívio Sebastião de Moraes;
- *representante da Comunidade São-tomense* Honório Lavres de Oliveira e Fernando Cardoso Pimentel Neto;
- *representante da Comunidade Ucraniana*, como efetiva, Galina Leonova e como suplente, Valentina Borissovna Vassilenko;
- *representante da Comunidade Chinesa*, Y Ping Chow;
- *representante da Comunidade Moldava*, Oleg Boghenco;
- *representante das associações representativas não filiadas em nenhuma das comunidades imigrantes* dos países de língua portuguesa e das três comunidades de imigrantes mais numerosas, Timóteo Macedo;
- *representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social*, como efetivo, Óscar Martins e como suplente, Mário Silva;
- *representante das Instituições que trabalham com imigrantes*: JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados, André Costa Jorge e pela Associação Olho-Vivo Maria Flora Silva;
- *representantes das Associações patronais*, Joaquim Moura e Helena Leal;
- *representante da Central Sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT)*, como efetiva, Catarina Tavares, como suplente Carlos Manuel Alves;
- *representante da Central Sindical Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CCTP – IN)*, como efetivo Carlos Trindade, como suplente Manuel Correia;
- na qualidade de *Cidadãos de Reconhecido Mérito*, João Peixoto e Celeste Correia;
- *representante do membro do Governo que tutela os assuntos relativos à emigração e comunidades portuguesas*, Cristina Pedroso;
- *representante do Ministério da Administração Interna*, como efetivo, Manuel Jarmela Palos e como suplente, Francisco Marques Alves e Luís Gouveia;
- *representante do Ministério da Economia e do Emprego*, como efetiva, Fátima Pisco e como suplente Ana Maria Moreira;
- *representante do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social*, como efetiva Joana Vallera e como suplente, Teresa Bomba;
- *representante do Ministério da Educação e Ciência*, como efetiva, Lina Varela, e como suplente, Isabel Simões de Oliveira;
- *representante do Governo Regional dos Açores*, como efetivo Paulo Teves e como suplente, Melanie Medeiros da Silva;
- *representante do Governo Regional da Madeira*, como efetivo, Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos e como suplente Celina dos Santos Cruz;
- *representante da Associação Nacional de Municípios*, como efetiva, Susana Amador, como suplente, Maria João Lopes.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

3. Reuniões e Decisões do COCAI

Ao longo de 2013 o Conselho Consultivo reuniu 3 vezes: nos dias 30.01.2013, no dia 08.07.2013 e 30.10.2013.

No dia 30 de janeiro a reunião teve como único ponto da ordem de trabalhos a apresentação das grandes linhas do processo de apreciação das candidaturas, análise técnica e votação dos *Pedidos de Apoio Financeiro Anuais* (PAAI).

No dia 8 de julho a reunião incidiu sobre a apresentação e apreciação do 2º *Relatório Intercalar de Execução do Plano para a Integração dos Imigrantes* (PII), respeitante ao ano de 2012, bem como apresentação e apreciação do *Programa Financeiro de Apoio às Associações de Imigrantes* (PAAI) para 2014. A reunião contou com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba.

Por último, a reunião de 30 de outubro, teve como aspetos centrais, a apresentação do balanço do primeiro ano de vigência da aplicação das alterações à Lei 23/2007, de 4 de Julho, pela Lei 29/2012, de 9 de Agosto, pelo então Secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo D'Ávila. A apresentação foi seguida de debate e de intervenção do senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba.

Na mesma reunião foi feito um ponto de situação sobre o processo de financiamento do FEINPT e, por último, votada a representatividade das Associações de Imigrantes GHAM-AHTÉ - Associação dos Filhos e Amigos da Ilha das Galinhas, MCUP – Movimento Cristão dos Ucrânios em Portugal e Estrela da Lusofonia – Associação Cultural e Recreativa.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

X. CONHECER MAIS PARA AGIR MELHOR

1. Observatório da Imigração

Entre as suas múltiplas áreas de intervenção, o ACIDI tem dedicado também particular atenção à avaliação das políticas públicas e serviços para imigrantes e à monitorização da integração de imigrantes em Portugal. Recorrendo a uma colaboração estratégica essencial com a academia e centros de investigação, através do seu Observatório da Imigração (OI), o ACIDI tem seguido a filosofia “conhecer mais para agir melhor”. Neste âmbito, e dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, em 2013, as atividades do OI ficaram marcadas por: o lançamento de novos estudos nas suas variadas linhas editoriais; a organização de seminários para promover o debate e um melhor conhecimento acerca dos temas que marcam a atualidade das migrações; pela análise e sistematização de informação estatística de fontes administrativas e/ou oficiais por forma a monitorizar e caracterizar a situação das populações estrangeiras no país nas mais variadas áreas; e pela disseminação de informação de conhecimento através do seu *site* e do Centro de Documentação do ACIDI.

1.1. Estudos e Publicações do Observatório da Imigração

Em 2013 o OI reforçou as suas linhas editoriais de disseminação gratuita, disponíveis em versão impressa e suporte digital em www.o.acidi.gov.pt, com 6 novas publicações (3 edições em papel e 3 em formato digital) e o encerramento de 2 novos estudos.

Coleção Estudos OI: tendo por finalidade apresentar, em cada Estudo, uma reflexão científica e pertinente sobre um determinado tema na vertente da imigração, no ano de 2013 o OI publicou 3 novos estudos, volumes 50, 51 e 52 da coleção:



Educação e Imigração: a Integração dos alunos do ensino básico nas escolas do centro histórico de Lisboa. Estudo de Maria João Hortas. Dezembro de 2013. Volume 50. ISBN 978-989-685-054-8.

Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal. Estudo de Teresa Líbano Monteiro (coord.), Verónica Policarpo, Vanda Ramalho e Isabel Santos. Estudo cofinanciado pelo Instituto de Segurança Social no âmbito do *Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social de 2010*. Dezembro 2013. Volume 51. ISBN 978-989-685-055-5.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos sectores de serviços. Estudo de Maria da Conceição Cerdeira (coord.), Ilona Kovács, João Peixoto, João Dias e Catarina Egreja. Dezembro 2013. Volume 52. ISBN 978-972-656-238-0.

No âmbito desta coleção, em 2013 também estiveram em curso os seguintes novos estudos, ficando previsto o seu lançamento para 2014:

Impacto das Políticas de Reagrupamento Familiar em Portugal. Estudo de José Carlos Marques, Pedro Góis e Joana Morais e Castro (CES – Universidade de Coimbra).

Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular. Estudo de Pedro Góis e José Carlos Marques (CES – Universidade de Coimbra).

Quando o trabalho desaparece: imigrantes em situação de desemprego em Portugal. Um estudo prospetivo. Estudo de Pedro Góis e José Carlos Marques (CES – Universidade de Coimbra). Estudo cofinanciado pela Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

A diversidade nos partidos políticos e a participação dos imigrantes na esfera política. Estudo de Isabel Estrada Carvalhais (NICPRI - Universidade do Minho).

Coleção de Teses: esta coleção pretende divulgar as dissertações de mestrado e de doutoramento, de reconhecido interesse, sobre imigração e diálogo intercultural em Portugal, que dificilmente de outra forma chegariam ao grande público. Em 2013 esta coleção ganhou 2 novos volumes, o volume 41 e 42:

79



Associativismo, capital social e mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal. Tese de Doutoramento de Rosana Albuquerque. Volume 41. Dezembro de 2013 | 336 pp. | ISBN 978-989-685-052-4.

Vários percursos, diversas identificações. Descendentes de migrantes cabo-verdianos no bairro do Talude – Unhos. Dissertação de Mestrado de Sandra Barros Delgado. Volume 42. Dezembro de 2013 | 204 pp. | ISBN 978-989-685-053-1.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Revista Migrações: com natureza temática, formato científico e suporte digital, proporciona um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. A Revista *Migrações* publica textos originais que possam contribuir para a reflexão, conceção e/ou avaliação de políticas públicas em matéria de imigração, podendo ter a forma de artigos científicos, artigos de opinião, notas e resenhas de livros da área da imigração. Em 2013 esta revista passou a ser anual (até então era semestral), tendo lançado 1 novo número, o volume 11, em setembro com oito artigos científicos originais e um artigo de opinião.



1.2. Site OI

Em 2013 foi dada continuidade ao trabalho regular de edição e atualização do sítio do Observatório da Imigração. Foram registadas 49.742 visitas ao sítio do OI (uma quebra de 27% nas visitas ao site). O *site* tem-se mantido como um instrumento de consulta para académicos, estudantes, jornalistas, representantes da sociedade civil e organizações não-governamentais, quadros da administração pública e imigrantes. Assim, o site tem atingido um conjunto alargado de utilizadores que procuram informação especializada e fiável sobre o fenómeno migratório em Portugal e sobre a atualidade das políticas e das publicações na área das migrações. No ano de 2013, realça-se, em especial, o reforço da disponibilização de estatísticas compiladas e trabalhadas pelo Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI, nomeadamente disseminando alguns dos resultados dos Censos de 2011.

80

2. Organização de Workshops, Seminários e Conferências

Procurando continuar a estimular mais debate e diálogo entre os investigadores/autores, decisores políticos, representantes da sociedade civil e de associações de imigrantes, comentadores e audiência, em 2013, o ACIDI através do seu Observatório da Imigração voltou a organizar vários Workshops e Seminários de reflexão científica:

- Organizou o *Seminário: Reagrupamento familiar em Portugal e na Europa*, que decorreu a 1 de Março de 2013 no auditório do CNAI-ACIDI. O seminário teve na sessão de abertura do Secretário de Estados Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte, e a Alta-Comissária. À semelhança de outras iniciativas do Observatório da Imigração, esta sessão sentou à mesa inúmeros investigadores – Catarina Reis Oliveira e João Cancela (GERI - ACIDI), José Carlos Marques, Pedro Góis e Joana Castro (CES – Universidade de Coimbra), e Nuno Piçarra



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

(Faculdade de Direito – UNL) –, representantes de instituições públicas – Luís Gouveia (Diretor Nacional Adjunto SEF), João Batista (em representação do Provedor de Justiça) - e da sociedade civil – Flora Silva (Olho Vivo) e Timóteo Macedo (Solidariedade Imigrante). (detalhes em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3420>).

- Coorganizou com o IGOT da Universidade de Lisboa, a FLAD e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a apresentação da edição de 2013 do relatório *International Migration Outlook* da OCDE, no seminário *Novas Dinâmicas Migratórias Internacionais: Portugal no contexto dos países da OCDE*. O seminário foi inaugurado com as intervenções de Charles Buchanan (FLAD) e Jorge Malheiros (IGOT), seguido de duas mesas de reflexão e debate: na primeira, intitulada “Emigração e Imigração em Portugal hoje: elementos contextuais e respostas políticas”, interveio a Alta-Comissária e João Maria Cabral, Director-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; na segunda mesa foi apresentado o relatório da OCDE por Jean-Christophe Dumond, director do Departamento de Migração Internacional da OCDE. Esta mesa, moderada por Jorge Malheiros (IGOT) contou ainda com intervenções de Lucinda Fonseca (IGOT) e João Peixoto (SOCIUS - ISEG). O seminário foi concluído com a intervenção do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, e (detalhes em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3504>).

3. Centro de Documentação do ACIDI, I.P.

81

O Centro de Documentação do ACIDI, a funcionar todos os dias úteis entre as 10:00 e as 18:00, manteve em 2013 o principal objetivo de recolher e disponibilizar informação, geral e especializada, sobre temáticas da imigração e interculturalidade, produzida em Portugal e no estrangeiro.

Na generalidade, o público-alvo do Centro manteve-se dominado por investigadores (nacionais e estrangeiros), professores, alunos do secundário, estudantes universitários, técnicos que trabalham de um modo geral com questões relacionadas com a imigração e líderes associativos. Em 2013 o Centro de Documentação registou 102 atendimentos (presenciais e não presenciais).

Há a assinalar, no decurso de 2013, a realização das Semanas Temáticas, nos meses de setembro e outubro, dedicadas às temáticas *Juventude e Educação* e *Justiça e Direito*, respetivamente, com o objetivo de dar a conhecer o espaço, o acervo bibliográfico existente para consulta, bem como as publicações do Observatório da Imigração subordinadas aos temas.

O Centro de Documentação, de forma a facilitar a pesquisa aos utentes e apoiar o trabalho de diferentes organismos, procura regularmente obter, processar e compilar informação estatística pertinente ligada às diferentes áreas respeitantes à imigração e produzida por diferentes fontes.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

XI. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Contributos do ACIDI para Redes Internacionais

Dando continuidade ao trabalho de anos anteriores, em 2013 o ACIDI continuou a participar e a dar pareceres para inúmeras redes europeias e internacionais. Neste âmbito faz-se o destaque para:

Participação na Rede de Pontos Nacionais de Contacto de Integração da União Europeia: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2013 o ACIDI ficou como ponto focal nas atividades da Rede supra, que permite acompanhar os trabalhos da Comissão Europeia e trocar experiências com os outros Estados Membros sobre políticas de integração dos imigrantes. O ACIDI manteve uma estreita articulação com esta rede, contribuindo com inúmeros pareceres.

Participação na Plataforma para Acompanhamento da Implementação das Estratégias Nacionais de Inclusão dos ROMA: O ACIDI continuou a assegurar a representação nacional neste Fórum, criado em 2011, tendo assegurado presença no encontro de pontos focais de 2013, e contribuído com pareceres para alguns documentos europeus nesta vertente.

Participação nas reuniões da FRA – Fundamental Rights Agency da União Europeia: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2013, o ACIDI enquanto ponto focal nacional, participou nas atividades e reuniões da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O objetivo das reuniões realizadas foi permitir um aprofundamento e análise dos objetivos, estratégias, boas práticas da referida Agência e ajudar a coordená-las ao nível nacional com os diversos organismos responsáveis nas áreas de atuação em que esses objetivos, estratégias se enquadram.

82

2. Comunicações do ACIDI, IP em conferências e encontros internacionais

A internacionalização das políticas de integração de Portugal e/ou o seu reconhecimento como boas práticas, em especial no contexto europeu, têm motivado o convite ao ACIDI para a apresentação em conferências internacionais. No ano de 2013 destaca-se a participação com comunicações de elementos da equipa do ACIDI nas seguintes conferências:

- Comunicação acerca de “Overview of the One-Stop-Shop approach developed in Portugal” no painel acerca de “Networking experiences in response to legal immigrants’ global needs”, no âmbito do Seminário Europeu *Reviewing reception measures for the integration of legal immigrants in the European Union*, organizado por o Ministère de l’intérieur - Secrétariat général à l’immigration et à l’intégration de França, em Paris, 18-19 de abril 2013.
- Comunicação acerca de "Presentation of Portuguese Government Measures Developed to Increase integration of Immigrants into the Labour Market" na *Pan-European Conference: Work: A Tool for Inclusion or a Reason for Exclusion?*, promovida pela Organização



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Internacional para as Migrações (OIM), Malta, 18-19 de abril.

- Comunicação acerca de "Programa Escolhas: inclusion social de ninõs i jóvenes en Portugal: las contribuciones en 12 años de intervención", na *Eurosocial II. Foro de buenas prácticas internacionales*, promovida pelo Governo da Colômbia-Departamento Nacional de Planeamento, Bagotá, 29-30 de abril.
- Comunicação de "Empreendedores cabo-verdianos em Portugal" no painel "A contribuição da Diáspora para a sustentabilidade e para a modernização da Nação Caboverdiana nos planos económico, simbólico-cultural e no plano político" no âmbito do *Encontro Internacional do Movimento Associativo Caboverdiano da Diáspora*, organizado por o Movimento Associativo Caboverdiano da Diáspora, 3 e 4 de maio de 2013 em Lisboa.
- Comunicação acerca das políticas de integração de imigrantes de Portugal na *Europe on the Move - Participation and Integration of EU-Citizens*, promovida por Integration State Secretary of Austria, em Viena, 7-8 de maio.
- Comunicação acerca da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas no âmbito da *Reunião de Charom*, promovida pelo Conselho da Europa, em Bruxelas, 14-16 de maio.
- Comunicação acerca do COCAI no workshop "Consultative bodies for immigrants and the authorities: Legitimacy, participation, influence", na *KIM biennial international conference*, organizada por Norway's Contact Committee for Immigrants and the Authorities (KIM), em Oslo, 14-16 de maio.
- Comunicação acerca de "Independence of Equality Bodies, dealing with Discrimination issues" na conferência *Challenges faced in the current institutional and budgetary environment*, promovida pelo Conselho da Europa (ECRI), 29-31 de maio em Estrasburgo.
- Comunicação acerca de "Immigrants and Integration: Lessons from Portugal" no painel acerca de "Best Practices on Migrant Integration" no âmbito do Workshop *Immigrant Integration in Portugal: Policies, Practices and Actors*, organizado pela Immigrant Mediterranean Network e ISCTE, em Lisboa, 31 de maio de 2013.
- Comunicação acerca de "Integration of family members, in particular migrant women from low-income countries" no *Seminário on integration of immigrants and their children*, promovido pela OCDE, Paris, 5 de junho.
- Comunicação acerca de "Migration and integration, the Portuguese experience", no *Summer School on Integration Courses for Migrants*, promovida por IOM Prague e South Bohemia University, Praga, 6 de setembro.
- Comunicação em 2 workshops: (1) *Welcoming Culture and One-Stop-Shop*; e (2) *Local integration challenges: from monitoring to assessment*, no âmbito da *Conferência Internacional Metropolis 2013*, em Tampere – Finlândia, 9-12 de setembro de 2013.
- Comunicação acerca do GATAI e do modelo one-stop-shop do CNAI na conferência acerca de modelos de boas práticas de integração de imigrantes, promovida por ICCR Budapest Foundation, Budapeste, 19-20 de setembro.
- Comunicação acerca da experiência portuguesa no painel "Exchange of information about challenges and problems faced when addressing discrimination against Roma and when implementing the Race Equality Directive and the National Roma Integration Strategies. Identification of successful practices" no *ERIO workshop with Equality Bodies and Roma Representatives*, organizado por European Roma Information Office, 26-27 de setembro



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

em Bruxelas.

- Comunicação acerca do PPT e da aprendizagem do português em Portugal no *Workshop GRUNDTVIG 2013 MAMM: mothers and immigrants – methodologies and practices for basic alphabetization and permanent didactic support for their children*, promovido pela Accademia Italiana, Salerno, 30 de setembro a 4 de outubro.
- Comunicação acerca da experiência portuguesa no combate à discriminação e a crimes de ódio, no âmbito da Conferência *Combating hate crime in the EU*, promovida por Fundamental Rights Agency, Vilnius, 11-14 de novembro.
- Comunicação acerca das políticas e serviços de integração de imigrantes em Portugal no painel “Paradigm change of the concept integration in 21st century” na *Eastern Partnership. Panel on Migration and Asylum. Integration of migrants and the rights of internally displaced persons*, em Praga, 13-14 novembro de 2013.
- Comunicação acerca da experiência portuguesa na *Round table Combating racism, xenophobia, discrimination and intolerance against asylum seekers and refugees in Europe*, promovida pelo Conselho da Europa, Estrasburgo, 18-20 de novembro.

3. Projetos internacionais financiados pela União Europeia em que o ACIDI participou

A Comissão Europeia tem vindo a apoiar ações e projetos que promovem a avaliação das políticas de integração dos imigrantes, assim como a identificação de boas práticas nos Estados-membros, em especial ao abrigo do Programa de Financiamento INTI (Integration of Third-Country Nationals). O ACIDI, IP, através do seu Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, tem participado como parceiro português em diversos projetos que visam o estudo das políticas de integração de imigrantes nas suas variadas dimensões (e.g. habitação, discriminação, acesso à nacionalidade, partidos políticos, reagrupamento familiar, altamente qualificados, literacia financeira). Neste ano de 2012 destacam-se os contributos para os seguintes projetos:

Family Reunification – a barrier or facilitator of integration? (HOME/2010/EIFX/CA/1772 - Financiamento European Integration Fund Community Actions 2010): até março de 2013 o ACIDI foi o parceiro português deste projeto que pretendeu caracterizar a situação dos imigrantes de países terceiros e de cidadãos da União Europeia relativamente ao Reagrupamento Familiar na última década (detalhes acerca deste projeto em <http://familyreunification.eu/>). Foi objetivo também do projeto caracterizar a forma como as políticas e o enquadramento legal facilitam ou restringem o direito à família. Concluindo o trabalho iniciado em 2011, em 2013 o ACIDI, através do seu gabinete de estudos e relações internacionais, concluir o estudo nacional. O estudo nacional intitulado “*Family Reunification in Portugal: the law in practice*”, de autoria de Catarina Reis Oliveira, João Cancela e Vera Fonseca, analisou o fenómeno do reagrupamento familiar na última década em Portugal, debruçando-se sobre as mudanças legislativas que enquadram o direito a viver em família dos imigrantes e avaliando a prática da lei na vertente dos impactos dos requisitos exigidos aos imigrantes e seus familiares. Através de dados quantitativos provenientes de diferentes fontes e de testemunhos de imigrantes, de representantes da sociedade civil e de mediadores interculturais, procurou-se obter uma imagem aproximada do modo como os textos legais têm



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

sido operacionalizados, dos desafios e problemas enfrentados pelos que atravessam este processo e do seu impacto na integração dos imigrantes em Portugal. Vários estudos comparativos têm elogiado a abordagem portuguesa no que toca à política de reagrupamento familiar, não sendo este projeto exceção. De acordo com o MIPEX III, Portugal ocupa a posição cimeira na concessão do direito ao reagrupamento, num total de 31 países avaliados por as suas políticas de integração de imigrantes. O estudo na sua versão integral e resumida, bem como o relatório europeu comparado (com resultados do Reino Unido, Irlanda, Holanda, Áustria, Alemanha e Portugal) encontram-se disponíveis em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3421>



Integration of Qualified third country nationals in Europe: a new proposal for circular talent management (HOME/2010/EIFX/CA/1832 - Financiamento European Fund for Integration 2010): em 2013 o ACIDI também concluiu os trabalhos deste projeto europeu, iniciado em outubro de 2011. O projeto pretendeu analisar os processos de admissão e de integração de imigrantes qualificados em vários Estados-Membros e a sua relação com a migração circular. Pretendeu ainda desenvolver um enquadramento nacional das políticas de integração especialmente direcionado a trabalhadores altamente qualificados, bem como fornecer uma caracterização mais detalhada da situação destes imigrantes. Em 2013, o ACIDI lançou os resultados do relatório de caracterização nacional da situação dos imigrantes altamente qualificados em Portugal, da autoria de Catarina Reis Oliveira e Vera Fonseca (detalhes em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3422>) e contribuiu para a discussão do relatório europeu comparado com detalhes acerca da situação de Portugal, Espanha, Finlândia, Holanda e Bulgária. Detalhes acerca deste projeto podem ser consultados em <https://sites.google.com/site/integrationqualification/>

DivPol - Diversity in Political Parties Programmes, Organisation and Representation (HOME/2011/CFP/EIFX/CA/4000001978 – projeto financiado por o European Integration Fund 2011): em 2013 o ACIDI enquanto o parceiro português continuou os trabalhos deste projeto europeu, iniciado em dezembro de 2012, que resulta da parceria entre entidades de oito países europeus e com coordenação da CJD Eutin (Alemanha). O projeto DivPol (mais informações em www.cjd-eutin.eu/149.o.html?L=2) pretende estudar a diversidade étnica e cultural dentro dos partidos políticos. Reconhecendo que as migrações trazem desafios para as estruturas política, económica, cultural e social das sociedades europeias, este projeto europeu procura monitorizar alguns dos desafios que se colocam, em particular, na integração dos imigrantes na esfera política. A capacidade dos partidos políticos para se abrirem, enquanto



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

organizações, aos imigrantes, contribui ainda para o incremento das oportunidades de participação destes cidadãos na vida pública. Neste âmbito o ACIDI promoveu em 2013 a realização de 3 *focus groups* com membros de partidos políticos e representantes das comunidades imigrantes, e a realização de inúmeras entrevistas com políticos com e sem origem imigrante, membros de partidos políticos com e sem origem imigrante, e atores relevantes, nomeadamente anteriores altos-comissários ou políticos com a tutela das políticas da integração de imigrantes, representantes das comunidades imigrantes e líderes de associações de imigrantes.

Projeto NET-KARD – *Cooperation and Networking between Key Actors against Roma Discrimination* (JUST/2012/FRAC/AG/2848 – projeto financiado pelo European Commission Fundamental Rights & Citizenship Programme): O ACIDI é, desde dezembro de 2012, o parceiro português deste projeto europeu coordenado pela Fundación Secretariado Gitano de Espanha. O projeto tem ainda como parceiros a EAPN/Portugal, o Centrul de Resurse Juridice e a Fundatia Secretariatul Romilor da Roménia e o Ufficio Nazionale Antidiscriminazioni Razziali e Instituto Internazionale Scienze Mediche Antropologiche e Sociali de Itália. Numa abordagem integrada e centrado no uso de uma metodologia de trabalho em rede entre os diferentes intervenientes, tem como objetivo central fornecer recursos aos profissionais para a prevenção da discriminação contra as comunidades ciganas, através da melhoria das práticas e metodologias existentes, replicando-as nos países parceiros do projeto, analisando a sua eficácia em diferentes contextos e obtendo linhas de orientação que possam ser utilizadas por qualquer país europeu. Em 2013 foram realizados vários *focus group* em todos os países parceiros, que recolheram as opiniões de grupos profissionais - juristas, jornalistas, técnicos que trabalham em ONG's e polícias – que irão integrar guias de combate à discriminação nas áreas referidas. Estes guias iniciaram a elaboração em 2013, tendo sido realizadas três reuniões de parceiros para aferir critérios de trabalho e organização das matérias a incluir.